



**Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina  
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**

**RUBSTAIN FERREIRA RAMOS DE ANDRADE**

**CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:  
UMA TRAJETÓRIA DA GESTÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO NOVA  
VITÓRIA, BRASÍLIA-DF**

BRASÍLIA-DF

2015



**Universidade de Brasília  
Faculdade UnB Planaltina  
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural**

**RUBSTAIN FERREIRA RAMOS DE ANDRADE**

**CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:  
UMA TRAJETÓRIA DA GESTÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO NOVA  
VITÓRIA, BRASÍLIA-DF**

**Rubstain Ferreira Ramos de Andrade**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, requisito para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

**Orientador:** Prof. Dr. Flavio Murilo Pereira da Costa

**Co-orientação:** Prof. Dra. Tânia Cristina Cruz

BRASÍLIA-DF

2015

A553c Andrade, Rubstain Ferreira Ramos de.

CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA TRAJETÓRIA DA GESTÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA, BRASÍLIA-DF / Rubstain Ferreira Ramos de Andrade; Orientador Flávio Murilo Pereira da Costa; Co-orientador Tânia Cristina Cruz. -- Brasília, 2015.

109 p.: il.

Dissertação (Mestrado – Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, 2015.

1. Protagonismo; 2. Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR); 3. Empoderamento; 4. Extensão rural; I. Costa, Flávio Murilo Pereira da, Orient. II. Cruz, Tânia Cristina, Co-orient.; III. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE UnB PLANALTINA  
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Termo de Aprovação**

**CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:  
UMA TRAJETÓRIA DA GESTÃO SOCIAL NO ASSENTAMENTO NOVA  
VITÓRIA, BRASÍLIA-DF**

**RUBSTAIN FERREIRA RAMOS DE ANDRADE**

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Flavio Murilo Pereira da Costa (UnB/FUP)  
Orientador

---

Profª. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva  
Membro Interno vinculado ao Programa (UnB/FUP)

---

Prof. Dr. Antonio de Almeida Nobre Júnior  
Membro Interno não vinculado ao Programa (UnB/FUP)

## AGRADECIMENTOS

A Deus, minha maior inspiração!

Ao meu amado esposo Jayme e as minhas filhas Orhanna, Rhanda e Rhauana por estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida e por ter acreditado em mim. Obrigada, família, por suportar minha ausência e por estar sempre ao meu lado torcendo por mim. Amo vocês!

À minha querida mãe, Dona Sebastiana (*in memoriam*), e meus irmãos Roberto e Roberval que sempre torceram por mim incondicionalmente.

À minha sogra, Dona Luzia, que teve paciência nos meus momentos de ausência.

Aos meus apóstolos, Roberto e Marta, por terem intercedido e orado por mim em todo tempo.

Aos meus ajudadores fiéis para organizar livros, apresentações e detalhes da dissertação. Minha eterna gratidão à minha sobrinha Isabela que nunca mediu esforços para me ajudar. Ao meu filho Rawlison, que se manteve fiel nas gravações das reuniões com os professores para as correções da dissertação.

Aos meus demais filhos espirituais: Jefferson Lucas e Layza, Talis Teotônio, Walerson e Leandro, por comemorar minhas vitórias! Eu amo todos vocês!

Aos meus amigos, a todos os meus verdadeiros amigos, que acreditaram em mim mesmo quando nem eu mesma acreditava, Bispa Alaíde, Joao e Simone, Pastores Sidney e Shirley, Francisca - Kinha e Batista, Pastores Heraldo e Maria Jose, Pastores Josué e Ilza por compreenderem minhas tantas ausências nas conversas e comemorações.

Aos meus colegas do MADER, por compartilharem comigo todos os percalços do caminho de um estudante de mestrado, em particular, Priscylla Dayse e Jânio Aquino (Brother), por me acompanharem nos grupos de trabalho, pelo apoio em tantos momentos dessa jornada de estudo.

À minha amiga fiel e cooperadora, Profa. Dra. Tania Cristina Cruz, por toda a paciência em responder minhas dúvidas, em me orientar mesmo naquilo que mais parecia lógico! Por sua compreensão, apoio e, principalmente, pelo seu exemplo profissional, principalmente por sua dedicação nas madrugadas em minha casa.

Ao meu orientador, Prof. Flavio Costa, pela parceria acadêmica.

Aos professores da Banca de Defesa, Profa. Regina Coelly, e Prof. Antônio Nobre, pelas valiosas sugestões e disposição em avaliar esse trabalho com tamanho zelo!

Aos demais professores do MADER, pelas muitas aulas produtivas e por me inspirarem na compreensão de novos caminhos, de novos conhecimentos. Obrigada por sua valiosa contribuição.

Ao pessoal da coordenação do MADER, por nos atender de maneira tão prestativa e acolhedora quando a gente mais precisava.

A instituição EMATER-DF, por ter me apoiado para o ingresso e me liberando para assistir as aulas. Em especial, aos meus grandes e fiéis amigos Sergio Orsi e Joao Pires, por me ensinar a ter coragem e me motivarem a prosseguir na jornada acadêmica. Recebam minha eterna gratidão! E a maravilhosa equipe da Gerencia de Metodologia, da qual faço parte, meu eterno reconhecimento as minhas fiéis escudeiras Diândria, Deijane, Camila, Cléo e Kelly. E aos meus companheiros e amigos eternos do escritório local de São Sebastiao Pedro, Marlon, Francisca, Heligleyson, Luiz e Orlando que me apoiaram deste o princípio da realização das atividades. Aos demais colegas da instituição, obrigada por todo incentivo em apostar em mim!

A todos os meus eternos companheiros agricultores do Assentamento Nova Vitória, por todos os trabalhos que realizamos juntos em entrevistados dessa pesquisa, pela disponibilidade em nos atender tão prontamente. Em especial, Eva, Mem de Sa, Maria, Vilma, Tiago, Taylon, Ilaria, Margarida, Antônio, Miro, Wellington e Rosilda Martins, por estarem sempre nos ajudando com tanta presteza.

À UnB e ao PROMADER, pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional e por proporcionar um ambiente acadêmico bastante interativo!

A todos, minha muito OBRIGADA.

## RESUMO

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) diante do novo desafio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para a promoção de uma ATER pública de qualidade, com agentes comprometidos com a agricultura familiar, com intervenção dialógica, construtiva, com uma práxis democrática e de orientação libertadora, com foco em uma extensão rural agroecológica, desenvolveu um instrumento para apoiar o processo de intervenção, chamado Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR) que tem como objetivo maior atender as demandas da gestão de políticas públicas mais específicas para cada comunidade. O objetivo do presente trabalho é estudar o processo de gestão social do Assentamento Nova Vitória - região administrativa de São Sebastião, Brasília-DF – para conhecer os caminhos para o desenvolvimento territorial, para verificar se esta ação de reconhecimento das necessidades locais viabilizará a dedicação das pessoas para a gestão social com foco na resistência para superar suas limitações, aproveitando o potencial local e a contribuição das políticas públicas construídas para uma melhor capacidade de negociação junto aos diversos setores institucionais.

Palavras-chave: Protagonismo; Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural – IDCR; Empoderamento e Extensão Rural.

## **ABSTRACT**

The Enterprise Technical Assistance and Rural Extension of the Federal District (DF-EMATER) before the new challenge of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, for the promotion of quality public ATER, with committed staff and family agriculture, with dialogue, constructive intervention, with a democratic and liberating praxis orientation, focusing on an extension agroecology, has developed a tool to support the intervention process called Community Development Index rural-IDCR, to meet the demands of public policy management more specific to each community. The objective of this project is to identify the complexity in social relations in the social management process using the instrument IDCRC in New Settlement Vitória - São Sebastião-DF, we will seek to determine whether that action to recognize local needs, will enable the dedication of the people for the management social focusing strength to overcome its limitations, using your local potential and contribution in public policies built by a good negotiation skills with the institutions of the various sectors.

**Key-Words:** Leading role; Rural Community Development Index – RCDI; Social Management; Empowerment and Rural Extension.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Imagem das primeiras famílias que chegaram ao Assentamento Nova Vitória 1998.....	55
Figura 02 – Mapa das áreas rurais do Distrito Federal. (EMATER-DF) .....	59
Figura 03 – Pirâmide de Maslow – Hierarquia das necessidades .....	66
Figura 04 – Multidimensional, situação da comunidade por dimensão do IDCR .....	76
Figura 05 – Dimensão Bem-estar do IDCR .....	76
Figura 06 – Dimensão Cidadania do IDCR .....	77
Figura 07 – Dimensão Econômica do IDCR .....	77
Figura 08 – Dimensão Apropriação Tecnológica do IDCR .....	78
Figura 09 – Dimensão Agroecologia do IDCR .....	79
Figura 10 – Dimensão Meio ambiente do IDCR .....	79
Figura 11 – Distribuição da População por Geração .....	80
Figura 12 – Segmento de Beneficiários ATER .....	81
Figura 13 – Distribuição da população por nível de escolaridade .....	81
Figura 14 – Nível de inclusão educacional por geração .....	82
Figura 15 – Modelo da Avaliação de Necessidades de Treinamento, adaptado de Ferreira (2009).....	86
Figura 16 – Modelo da Abordagem da Ação Racional de Fishbein e Ajzen (2010) .....	85
Figura 17 – Desenho do desperdício de recursos públicos e privados .....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Relatórios do IDCR nas comunidades rurais do DF lado leste de Brasília. (EMATER-DF, 2015) .....	56
Tabela 02. Relatórios do IDCR nas comunidades rurais do DF lado oeste de Brasília. (EMATER-DF, 2015).....	56
Tabela 03. Relatórios do IDCR nas comunidades rurais do entorno, atendimento a chamada pública SR/28 (EMATER-DF, 2011) .....	61
Tabela 04. Demonstrativo da composição e dos valores utilizados para gerar o valor do IDCR da comunidade.....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASBRAER	Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
CIM	Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização não-governamental
OSFL	Organização sem Fins Lucrativos
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária,
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
PAI	Plano de Ação Interinstitucional
IDCR	Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>15</b>
<b>3. MARCO CONCEITUAL .....</b>	<b>16</b>
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>18</b>
<b><i>CAPÍTULO 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL: UM INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE .....</i></b>	<b>21</b>
1.1 Indicadores de sustentabilidade.....	21
1.2 IDCR: Uma ferramenta de apoio para a gestão social.....	23
<b><i>CAPÍTULO 2 – ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA .....</i></b>	<b>27</b>
2.1 O Estado capitalista .....	27
2.2 As Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural .....	29
2.3 Agricultura e seus paradigmas .....	34
2.4 A Reforma Agrária.....	42
<b><i>CAPÍTULO 3 – O ESPAÇO DOS ASSENTAMENTOS: HISTÓRICO, IDENTIDADE, CONFLITOS E A GESTÃO SOCIAL .....</i></b>	<b>48</b>
3.1 O espaço dos assentamentos: identidade e conflitos .....	48
3.2 O assentamento Nova Vitória e sua história.....	53
3.3 O Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural – IDCR e o Plano de Ação Interinstitucional (PAI): relações de poder e protagonismo nas estruturas internas da gestão social .....	59
<b><i>CAPÍTULO 4 - A DIVERSIDADE DA GESTÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....</i></b>	<b>71</b>
4.1 Gestão Social: relações de poder e protagonismo nas estruturas locais e territoriais .....	71
4.2 O IDCR – Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural no Assentamento Nova Vitória.....	75

4.3 O Plano De Ação Interinstitucional (Pai) como ferramenta de Gestão Social no Assentamento Nova Vitória.....	83
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>102</b>
<i>Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada .....</i>	<b>102</b>
<i>Apêndice B – Imagens do Histórico e Ações do Assentamento Nova Vitória .....</i>	<b>105</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>107</b>
<i>Anexo A - Planilha para Acompanhamento das Ações e Atividades do Assentamento Nova Vitória com as Instituições Parceiras (Plano De Ação Interinstitucional – Emater/DF)</i>	<b>107</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*... é preciso aprender a aprender com os outros,  
em vez de reinventar a roda.*

*Ladisdau Dowbor*

A atual concepção de política social, oriunda da construção de um recente desenho institucional do Estado, que reivindica uma nova postura para a promoção de desenvolvimento, passa a ser influenciada pelas vigentes formas de atuação política dos atores da sociedade civil.

A reflexão da diversidade de fatores que atuam nas relações sociais, tem como proposta principal verificar a ação de reconhecimento das necessidades locais, diagnosticadas em um processo de intervenção, viabilizando a dedicação das pessoas para a gestão social com foco na resistência para superar suas limitações e aproveitando assim, seu potencial local e a contribuição das políticas públicas construídas para compor a estrutura de negociação com as instituições dos diversos setores.

Muito tem se discutido sobre a postura da Extensão Rural ao longo de sua trajetória. Seu modelo difusionista e “convencional” é conhecido como uma “extensão de transmissão de conhecimento”. A grande expectativa é que possa haver alterações nas relações de poder e dominação no âmbito do exercício profissional da Extensão Rural por meio da implantação da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) e com apoio na formação desses agentes, em ações participativas para a promoção e construção de um olhar transdisciplinar de saberes globais e locais, que promovam um desenvolvimento rural.

Na medida em que o empoderamento e o protagonismo individual possibilitam a formação de consciência coletiva para a promoção de desenvolvimento humano, alteram-se as relações de poder e dominação diante das oportunidades para a organização social local, pautando suas demandas perante o Estado.

Os movimentos sociais mobilizados e organizados contribuem para estabelecer articulações políticas viabilizando a construção de um Estado forte diante da gestão participativa, que oportuniza a execução de políticas públicas para um país democrático de fato e de direito.

Na área rural, a luta pela terra acontece em um processo de conquista contínua, em constante necessidade de reafirmação de identidade para a garantia de seus direitos sociais e políticos e, em especial, para a formação de cidadania. Os sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra conseguem, com o aumento da tomada de decisões, promover expansão das capacidades humanas por meio dos diversos níveis de participação.

O desafio é viabilizar, por meio da participação, o envolvimento dos diversos atores do espaço rural para trabalhar as diversas expectativas de cada segmento de beneficiários da ATER, o empoderamento e o protagonismo, de forma a se sentirem motivados e pertencentes ao processo construção de políticas públicas, direcionadas ao desenvolvimento territorial.

O objetivo geral da presente dissertação foi estudar os caminhos para o desenvolvimento territorial através da análise da gestão social do Assentamento Nova Vitória, região administrativa (RA) de São Sebastião, Brasília/DF, para compreender a dinâmica interna da participação dos integrantes do Comitê Gestor do Assentamento Nova Vitória, enfatizando a diversidade de gênero, geração e representações socio-produtivas, ocorridas por meio do processo de elaboração do Plano de Ação Interinstitucional (PAI).

Procurou-se especificamente explorar o conteúdo do IDCR, descrevendo o histórico e o levantamento multidimensional do Assentamento Nova Vitória, incluindo as dimensões do desenvolvimento abordadas, a distribuição da população por nível de escolaridade, geração e o acompanhamento das principais ações e atividades necessárias para atender às demandas da comunidade em estudo. Identificar os atores institucionais parceiros do Comitê Gestor do Assentamento Nova Vitória, descrevendo suas principais ações conjuntas realizadas.

Buscou-se construir, a partir do Capítulo 1, a apresentação da ferramenta de diagnóstico Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural-IDCR, que busca mensurar o nível de desenvolvimento sustentável de uma comunidade rural, em parâmetros definidos em seis dimensões (Bem Estar, Cidadania, Econômico, Apropriação Tecnológica, Agroecologia e Ambiental).

No capítulo 2 realizou-se a reflexão desde o entendimento de Estado capitalista, política pública para o desenvolvimento rural, perpassando pelo entendimento de agricultura e seus paradigmas e reforma agrária.

No Capítulo 3, foi abordado o espaço dos assentamentos, com estudo de identidade e conflitos, com ênfase no histórico do Assentamento Nova Vitória e sua trajetória no contexto

da gestão social, buscando entender as relações de poder e o protagonismo nas estruturas internas do assentamento.

Finalmente, no Capítulo 4, finalizou-se com o contexto da diversidade da gestão social para o desenvolvimento territorial, com análise dos dados do Índice de Desenvolvimento Local (IDCR) discutindo os resultados para reflexão a respeito das limitações da comunidade Nova Vitória com a utilização do Plano de Ação Interinstitucional (PAI), buscando entender os pontos de estrangulamento diante do processo.

## 2. JUSTIFICATIVA

A globalização coloca em cheque o debate sobre espacialidade e territorialidade na modernidade. Os rearranjos dos processos de acumulação do capital atingem todas as dimensões da vida, inclusive o meio rural brasileiro, abrindo espaço para novas interações com o espaço urbano. O exodo rural provoca o deslocamento de pessoas do campo para as cidades gerando um crescimento desordenado dos centros urbanos, sem infraestrutura, saúde, educação, transporte e emprego, desmistificando o fato de que mobilidade social e espacial seria raiz de emancipação.

Diante da complexidade da sociedade globalizada faz-se necessário refletir sobre o modelo capitalista vigente que prega uma supremacia e impulsiona interação global para gerar acumulação de riqueza para alguns, excluindo outros desse padrão e como consequências produzindo a exclusão social, que no ambiente rural, por meio da modernização da agricultura para o crescimento da produção, também implicou em altos custos ambientais.

O potencial rural do Brasil insere-se em um contexto que nos instiga a refletir sobre a disputa de modelos. As políticas públicas propostas recentemente pelo Estado brasileiro nascem das demandas da sociedade civil, por uma realidade mais justa e democrática, e por um verdadeiro desenvolvimento, particularmente no meio rural.

Inicia-se um novo processo de demanda emergente, protagonizada pela sociedade civil organizada, face ao padrão de desenvolvimento que marcou os dois últimos séculos. Identifica-se uma mudança estrutural que demanda um conjunto de aspectos combinados, que caminham desde as formas de produção de alimentos e até as formas de organização, gestão e articulação política social, bem como a natureza do papel do Estado.

Essa demanda para promoção do Bem Estar das comunidades, tais como cidadania, capacitação em sistemas produtivos, necessidades ambientais, econômicas e de apropriação tecnológica, podem ser diagnosticadas com a utilização da ferramenta de intervenção denominada Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), que é um instrumento de intervenção de análise de multicritérios, que permite aos agentes de desenvolvimento rural sistematizar informações para compor propostas de governo mais satisfatórias e políticas públicas que possam cumprir seu papel social, político, econômico e ambiental.

### 3. MARCO CONCEITUAL

Para uma primeira reflexão sobre a construção dos paradigmas do capitalismo agrário no mundo, inicialmente pode-se concordar que em todos os países em que a agricultura não apenas se desenvolveu, mas contribuiu de maneira importante para a distribuição da renda nacional, as unidades familiares de produção tiveram papel decisivo.

Abramovay (1999) considera de maneira geral que a agricultura familiar vem a ser um sinônimo de precariedade técnica, de estagnação econômica e de miséria social. Da mesma forma, Carvalho (2005) expõe a necessidade de se pensar de maneira inovadora sobre os processos decisórios que regem o planeta e o nosso cotidiano, afirmando que não é mais uma questão de estar à esquerda e protestando, ou à direita e satisfeito: é uma questão de bom senso e de elementar inteligência humana reformar o Estado e permitir a fluidez institucional no Brasil. Couto (1998) contribui com a Longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil.

No capítulo 1 é possível rever outras contribuições também importantes sinalizadas por diversos autores como Buarque (2004), Sen (2000), Furtado (1992), Gramsci (1976), Marx (1890), que criticam a simples reprodução do capital e a lei que gera de acumulação capitalista, e com Sachs (2000), mostrando os *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, além de Santos (2000), que *Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal*, permitindo uma reflexão independente sobre o nosso tempo, um pensamento sobre os fundamentos materiais e políticos, uma vontade de explicar os problemas e as dores do mundo atual.

É fundamental discutir a forma das relações de poder proposta por Foucault (2005) em *Microfísica do Poder*, Bourdieu (2005), com o *Poder simbólico* e a *Crítica da razão indolente* de Santos (2000), que reflete os modos de produção de poder, do direito e do senso comum. Construíremos com Freire (2004) as bases para o entendimento de uma pedagogia que promova autonomia e para uma discussão de uma pedagogia libertadora, sendo que Sen (2007) nos apoiará sobre o entendimento do significado real do desenvolvimento como prática para a liberdade. A discussão da questão agrária será feita por Martins (1981) com os camponeses e a política no Brasil, reconhecendo as contribuições dos textos de *O poder do atraso* e *Reforma Agrária um impossível diálogo*, ambos do mesmo autor. Bem como as contribuições de Sauer (2013) com a *Reforma Agrária: Agronegócio e realidade agrária no*

*Brasil. Reflexão da luta pela terra, movimentos sociais e rearticulações dos povos da terra, das águas e das florestas.*

Finalizaremos com a contribuição de Dowbor (1999) e Furtado (1992) que compartilham com a construção da reflexão de Gestão Social, que nos permite compreender a complexidade do contexto social que estamos inseridos. Além desses autores, Abramovay (1999) contribui com o entendimento da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial, onde apresenta o padrão de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nos últimos quinze anos e com isso, pode tornar-se um trunfo para a revitalização de seu meio rural. Orsi (2009) realiza observações para a realização da intervenção, com a utilização da ferramenta de diagnóstico IDCR, para a construção do Plano de Ação Interinstitucional (PAI). Da mesma forma, Carneiro (1998) fundamenta sobre a multifuncionalidade do espaço rural, observando que este já não é mais só agrícola. É enfático a clareza da necessidade de colocarmos parte do corpo técnico da ATER em ação, sendo que a equipe precisa perceber-se como agente de desenvolvimento rural e assim facilitar ações que promovam um encadeamento metodológico que seja participativo, a fim de alcançar o reconhecimento das necessidades das comunidades e Caporal (1999) que promove essa discussão.

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo pretende-se integrar métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa no intuito de se agregar maior rigor metodológico à pesquisa, uma vez que ambas as abordagens se complementam.

Para atender às duas demandas foram utilizados vários métodos associados: a metodologia exploratório-descritiva, o levantamento bibliográfico, as entrevistas e a vivência com as pessoas que tiveram ou têm experiências práticas com o problema pesquisado. A principal ênfase foi pesquisar o tema empoderamento e protagonismo na gestão social.

As etapas que envolvem o levantamento bibliográfico, visa apresentar o instrumento IDCR como ferramenta de definição de índice de desenvolvimento de comunidade, posteriormente reconhecer o contexto de Estado, políticas públicas e agricultura e identificar os espaços dos assentamentos no contexto de identidade, para identificar ações que possam promover relações de poder e protagonismo da gestão social para a promoção de desenvolvimento territorial.

Para a realização de um levantamento qualitativo, foi realizada pesquisa de campo com perguntas semiestruturadas para identificar os níveis de participação dos assentados que compunham o comitê gestor, a fim de identificar entraves e limitações que influenciaram no processo de construção e execução do Plano de Ação Interinstitucional - PAI e na definição dos resultados alcançados.

O programa de avaliação qualitativa ALCESTE foi utilizado em parceria com as instituições EMBRAPA Cerrado e EMATER-DF, que teve como objetivo a construção de conhecimentos com agricultores, trabalhadores rurais, suas famílias e organizações, nos aspectos tecnológicos e gerenciais do sistema produtivo agrícola, visando à geração de emprego, renda e o desenvolvimento rural sustentável.

A ferramenta de estudo de dados qualitativos Alceste, que é um software de análise de dados textuais ou textual estatístico, desenvolvido por Max Reinert do Centro nacional de investigação científica (CNRS) na França no laboratório de Jean-Paul Benzécri, que foi distribuído para estudos na área de ciências humanas e sociais.

O estudo proposto teve como foco o Assentamento “Nova Vitória”, localizado na região administrativa-RA de São Sebastião, a uma distância de 26 km da região central de

Brasília – DF e teve como resultado de sua construção histórica fruto da participação no Movimento dos Sem Terra (MST).

A seleção do Assentamento Nova Vitória, foi determinada pela EMATER-DF a partir da reflexão do seu histórico social, ambiental e econômico para contribuir com a construção participativa de eleição de prioridades das demandas locais. Posteriormente, outras entidades governamentais foram envolvidas, a fim de contribuir com esse processo de gestão democrática.

A proposta foi realizar a leitura do instrumento IDCR, em seu Tempo Zero em (T0) em 2011, bem como a definição das respectivas demandas preconizadas no Plano de Ação Interinstitucional-PAI e identificar no ano de 2014, quais os resultados alcançados pelo Comitê Gestor no decorrer desse processo.

O relatório-diagnóstico do IDCR tem como um de seus objetivos, possibilitar a representação de um estado de sustentabilidade multidimensional da comunidade, que no Tempo Zero – “T0”, serve como parâmetro para intervenções e futuras avaliações de resultados. A principal proposta é verificar as fragilidades, as desigualdades e as competências da comunidade para servir de subsídio para elaboração de estratégias de conquista para Gestão Social local (Orsi, 2009).

O IDCR é definido por valor que varia entre 0 e 1, sendo o mais próximo de um o melhor índice. Esse valor, via de regra, define o nível de desenvolvimento da comunidade, sendo que quanto mais próximo o mesmo estiver de “zero”, maior será o desafio para os agentes de desenvolvimento.

Neste estudo, as atividades foram desenvolvidas com a utilização dos dados do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural – IDCR, ferramenta construída pela EMATER-DF, que também faz um recorte multidimensional, trabalhando as variáveis que compreendem as dimensões de Bem Estar, de Cidadania, Econômicas, Ambientais, Agroecológicas e de Apropriação Tecnológica, com a utilização de 397 parâmetros que agrupados, processados e calculados geram o índice da comunidade.

A partir deste conjunto de parâmetros é possível identificar as fragilidades e as competências de cada comunidade, pois o valor do índice (de ponderação) deve ser sempre definido pela gestão social do território, para que o resultado final do relatório diagnóstico alcance as demandas da comunidade.

Dentre os relatórios-diagnósticos do IDCR de 31 comunidades rurais, 20 (vinte) são do DF e 11 (onze) são do entorno, analisados no período de 2008 até 2014, apenas um dessas tantas comunidades ou projetos de assentamentos (PAs) foi escolhida para presente estudo: Assentamento Nova Vitória.

O Assentamento Nova Vitória é composto atualmente por 22 famílias e representa o único projeto de assentamento do DF que conseguiu pautar recurso público do Estado, para atender as demandas locais por meio da gestão social, com a utilização do índice de desenvolvimento comunitário rural - IDCR, que é uma ferramenta de intervenção de análise de multicritérios, que permite aos agentes de desenvolvimento local, uma sistematização de informações em seis dimensões, são elas: bem estar, cidadania, apropriação tecnológica, econômica, agroecologia e ambiental (Orsi, 2009).

O relatório-diagnóstico do IDCR é composto por um encadeamento metodológico que viabiliza ao grupo de pessoas que compõem o Comitê Gestor, o acompanhamento das propostas apresentadas em seu tempo e espaço, por existir um cronograma de acompanhamento das ações diante do levantamento de necessidades da comunidade que tem a função de facilitar os trâmites das demandas da comunidade com as instituições envolvidas no processo.

Estabelece-se a partir daí, um encontro chamado “concertação interinstitucional”, que é um ajuste entre as instituições para identificar as demandas institucionais e cada uma estabeleceu um “facilitador institucional”, um funcionário da instituição que, sensibilizado e motivado pelas causas da comunidade, com autonomia e autoridade na sua instituição, passa a atuar como porta-voz da parceira. Essa ação é realizada na própria comunidade rural com as instituições parceiras que são mapeadas nas metodologias participativas, para sensibilizá-las e conquistá-las a assumir as ações e atividades que foram atribuídas.

Portanto, a proposta metodológica do projeto abrangeu as seguintes dimensões: humana social, tecnológica, econômica, ecológico-ambiental, político-institucional, demográfica e territorial, influenciando assim, diretamente na estratégia de intervenção com vistas ao seu desenvolvimento.

## **CAPÍTULO 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO RURAL: UM INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE**

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.

Nagib Anderáos

Neste capítulo, será feita a apresentação do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural-IDCR<sup>1</sup> que busca mensurar o nível de desenvolvimento sustentável de uma comunidade em parâmetros definidos em seis dimensões (Bem Estar, Cidadania, Econômico, Apropriação Tecnológica, Agroecologia e Ambiental), e tem como objetivo atender as demandas da gestão de políticas públicas mais específicas para cada comunidade

Este índice é definido por uma análise de multicritérios estruturado por um levantamento multidimensional, incluindo as dimensões do desenvolvimento abordadas, a distribuição da população por nível de escolaridade, geração e o acompanhamento das principais ações e atividades necessárias para atender às demandas da comunidade, que servem para identificar os atores institucionais parceiros do Comitê Gestor, que descrevem suas principais ações conjuntas realizadas.

### **1.1 Indicadores de sustentabilidade**

A discussão sobre desenvolvimento é complexa, pois implica no conhecimento do recorte aplicado ao território (rural-urbano) que envolve a comunidade estudada, bem como identificar os multicritérios (variáveis) que envolvem as dimensões sociais, econômicas, ambientais, agroecológicas, de cidadania e de apropriação tecnológica, fazendo referência a fatores como população, nível de escolaridade, entre outros.

Segundo o IBGE (2010), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, consagrou em 1987 o termo

---

<sup>1</sup> Artigo IDCR: um instrumento de empoderamento para apoiar o desenvolvimento do espaço rural. Sergio Dias Orsi, Médico Veterinário (M.Sc). Extensionista Rural da EMATER-DF.

desenvolvimento sustentável na produção de um relatório básico para definição deste fundamento.

De acordo com o Relatório Brundtland:

[...] desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras [...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (NOSSO..., 1988, p. 46).

Inicialmente, as aferições de desenvolvimento eram baseadas no crescimento econômico de uma determinada comunidade, sendo medida pelo PIB – Produto Interno Bruto por pessoa. Com o tempo, adequou-se o conceito para se trabalhar com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que propõe a comparação entre três dimensões (longevidade, educação e padrão de vida), utilizando quatro variáveis (expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, taxa combinada de matrículas e renda per capita, em logaritmos), comprovando sua complexidade. Posteriormente, foi desenvolvido o trabalho com Índice de Desenvolvimento Rural – IDR para analisar as intervenções com políticas públicas no Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE (2010), a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável se dá:

[...] ao conjunto de esforços internacionais para concretização das ideias e princípios formulados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, sociedade, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões.

Uma série de publicações do IBGE iniciada em 2002 tinha por objetivo informar para a sociedade brasileira, sua realidade nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional. As recomendações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - CDS (Commission on Sustainable Development - CSD) da Organização das Nações Unidas - ONU, foram adaptadas a condições específicas de nossa realidade para fornecer base de dados de “recursos naturais, qualidade ambiental, satisfação das necessidades humanas, qualidade de vida e justiça social, desempenho macroeconômico e financeiro, uso de energia, bem como sobre a capacidade e os esforços institucionais realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável” (IBGE, 2010).

De acordo com Veiga (2010), as discussões sobre indicadores de sustentabilidade começaram em 1972, por William D. Nordhaus e James Tobin<sup>2</sup>, mas em 1933 a WF Ogburn emitiu relatórios nos Estados Unidos que caracterizavam tendências de mudança social. Para Jan Drenowski juntamente com a comissão de peritos das Nações Unidas, na década de 1950, também foram desenvolvidas pesquisas que consideravam indicadores de sustentabilidade para qualificar a medição de padrão de vida, por meio de componentes de bem estar, e pela elaboração de indicadores respectivos (NOLL, 1996 apud RORIZ 2011).

Os indicadores são instrumentos que subsidiam a construção de informações para avaliação e monitoramento das ações de desenvolvimento. Segundo IBGE (2010, p.11), os indicadores são utilizados para “identificar variações de comportamento, processos e tendências estabelecer comparações entre países e entre regiões dentro do Brasil, indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas, para facilitar o entendimento do público”.

A apresentação dos indicadores se dá por meio de “tabelas, gráficos e mapas, precedidos de uma ficha contendo a descrição do indicador, a indicação das variáveis e fontes utilizadas em sua construção”. O diferencial em relação à análise de outros índices é a condução metodológica específica para estudo de desenvolvimento sustentável, que promove uma série de abordagens que contemplam a participação.

O resultado da formulação destes indicadores subsidia o país para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, permitindo a preciosa compreensão dos temas mais relevantes, para estabelecer comparações, conhecer a orientação e o ritmo de seus vários elementos, bem como fazer uma apreciação integrada de diferentes enfoques e dimensões, fundamental à adequada formulação e avaliação destas políticas (IBGE, 2010, p.12).

## **1.2 IDCR: Uma ferramenta de apoio para a gestão social**

---

<sup>2</sup> Publicação do capítulo “Is growth obsolete” em 1972, no quinto volume da série “Economic Research: Retrospect and Prospect” publicada nos Estados Unidos.

O IDCR é um instrumento que pode auxiliar os agentes de desenvolvimento rural, a trabalhar o processo de desenvolvimento por meio do empoderamento dos membros da comunidade e dos diversos atores que atuam nesse processo. Ele está sistematizado em seis dimensões e propõe formar os integrantes da comunidade, antes de iniciar a atividade de levantamento de dados, para que eles se sintam pertencidos ao projeto. Pertencimento este, fundamental para a motivação, entusiasmo e engajamento que darão continuidade e sustentabilidade ao processo de desenvolvimento do espaço rural.

Dentro de uma nova postura de construção de Políticas Públicas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF), percebendo o contexto construtivista/sustentável, assumido pelo Governo Federal, posicionou-se quanto ao desafio de atender as demandas do novo paradigma da Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER que abrangesse as etapas desde o diagnóstico até a elaboração e gestão de políticas públicas.

O principal objetivo seria o apoio à construção de um instrumento que avaliasse resultados, a fim de prestar contas às comunidades rurais dos resultados alcançados mediante as ações realizadas. A constituição do IDCR – Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural reconhece esta proposta de intervenção comunitária, com a finalidade de formular estratégias que abranjam diversos elementos. São elas:

A primeira delas seria envolver os integrantes da comunidade em um debate sobre a proposta, e verificar se os mesmos aprovam e se desejariam lidar com a metodologia de intervenção apresentada. A segunda seria a realização de um diagnóstico para balizar e acompanhar as ações a serem implementadas. Já a terceira, seria investir na expansão das capacidades dos seus membros, pois o capital humano é certamente a condição necessária, tanto para construir o capital social, político e econômico, quanto para apropriar de tecnologias inovadoras o processo de produção sustentável. Isso é fundamental no processo de desenvolvimento de uma comunidade, em que o homem é meio e fim de qualquer iniciativa de desenvolvimento (Orsi 2003).

Segundo Orsi (2009) informa que de posse das informações geradas e sistematizadas pelo IDCR é gerado um relatório-diagnóstico, com um valor do índice de desenvolvimento, que varia de zero (mais vulnerável) a um (ideal), além de conter diversos gráficos ilustrativos.

O índice e os gráficos demonstram o estado de desenvolvimento sustentável da comunidade que está sendo analisada. O diferencial aqui proposto no IDCR é que ele não se encerra com a elaboração do relatório-diagnóstico. A proposta vai mais além. Ela ousa propor um encadeamento metodológico participativo, para construção e seleção de estratégias de desenvolvimento com o controle e gestão social. O seu objetivo é empoderar as pessoas e seus distintos grupos de interesse (de gênero, geração, produção, etc.), para construir ações mais

efetivas de desenvolvimento que contemple as reais necessidades dos que estão envolvidos no processo.

O relatório-diagnóstico, finalizado, estruturado e sistematizado com as informações das entrevistas individuais com cada família, procede à construção do índice aqui proposto, o IDCR. A partir desse conjunto de parâmetros é possível reconhecer as vulnerabilidades e as potencialidades de cada comunidade, valorizando a construção de ações coletivas para a gestão social, a expansão das capacidades e o fortalecimento do capital humano e social.

É necessário que as pessoas percebam que, para qualquer iniciativa de desenvolvimento, o homem é meio e fim desse processo e que o diferencial desta intervenção é que ocorra um processo e não somente uma coleção de resultados. Dai a importância da participação dos agricultores nas diversas metodologias participativas que visam o empoderamento dos participantes.

É fundamental para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública esse desafio, pois poderá mostrar a importância da proposta diante desses atores sociais, que perpassam por uma complexa multifuncionalidade da agricultura, o que torna a construção destas relações, um diferencial de demandas e propostas de desenvolvimento territoriais maior de oportunidades para todos.

Caso não exista um cenário político-institucional, que seja favorável a todo o encadeamento metodológico proposto, o próprio exercício e acúmulo de empoderamento poderá, aos poucos, não deixar as expectativas não alcançadas se transformarem em frustrações. Neste caso, certamente o processo de desenvolvimento será mais longo, mais não impossível. Com ações corretivas dar-se-á início a um novo ciclo de planejamento que levará em conta as barreiras político-institucionais encontradas e construirá novas estratégias para vencer as vulnerabilidades.

O IDCR também pode ser utilizado, se for aplicado novamente na comunidade após um período, como um instrumento indicador de resultados se comparado com o anterior. Essa ação tem por objetivo avaliar esforços e indicar as vulnerabilidades do sistema produtivo, dando apoio ao planejamento das ações de assistência técnica e extensão rural para o contexto do desenvolvimento. O IDCR passa a ser um instrumento de empoderamento também para a própria instituição de ATER e para as demais instituições envolvidas, pois é uma ferramenta capaz de usar parâmetros cartesianos para demonstrar resultados de processos em que houve o

envolvimento dessas instituições, tornando assim mais fácil a conquista de novos projetos para a comunidade.

Desse modo, o maior empoderamento é o da própria comunidade, pela conquista de um desenvolvimento como liberdade, e que gera entre seus membros um compromisso socioambiental. Processo este, que certamente irá satisfazer as necessidades da atual geração e encantar gerações futuras, percebendo o desenvolvimento tanto de pessoas como o do ambiente, formado de ações conjuntas e relacionadas entre si.

Com a proposta de contribuir com as etapas de construção vivida pela sociedade, os indicadores apoiam na definição de conceitos e denominações diferentes. Muitas pessoas confundem crescimento econômico e progresso tecnológico com desenvolvimento. Os dois primeiros trabalham basicamente com um ou dois indicadores. O processo de desenvolvimento é algo mais sistêmico e por isto necessita de intervenções que atuem com várias dimensões. O desenvolvimento exige deixar de se envolver com um paradigma de vida e assumir um novo, isto é: as pessoas têm que se (des) envolver, para envolver em um novo paradigma, composto por diversas dimensões.

O IDCR apresenta como resultado final de sua execução um encadeamento metodológico, que propõe a construção de um Plano de Ação Interinstitucional (PAI), que levanta as demandas legítimas de forma participativa com os agricultores e suas famílias, com o objetivo de viabilizar a gestão de políticas públicas mais específicas para cada comunidade. Este encadeamento metodológico promoverá, por meio de uma concertação institucional, a superação das vulnerabilidades locais e aproveitamento das potencialidades do espaço rural.

Cabe-se aqui a busca do entendimento sobre a complexidade da gestão social, que necessita atuar neste processo com protagonismo para a realização de suas ações, juntamente com as instituições públicas que compõem o processo de desenvolvimento territorial.

## CAPÍTULO 2 – ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA

É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender.

*Émile Durkheim*

Neste capítulo, será feita uma discussão sobre as posturas do Estado Capitalista, percebendo o entendimento de sua função pública como executor de políticas para o desenvolvimento e a utilização de seus recursos, principalmente destinados para o rural brasileiro. Nossa maior ênfase está em perceber os paradigmas que envolvem a agricultura e quais os caminhos percorridos pela reforma agrária.

O Estado brasileiro nos caminhos da democracia percorreu ao longo de uma trajetória grandes embates com a sociedade civil, para que fossem criados espaços institucionais de compartilhamento com o poder público, que convergia com a demanda de ações e políticas para atender os menos favorecidos. Esse é o caminho que buscaremos percorrer nesse capítulo.

### 2.1 O Estado capitalista

Estamos diante de um novo desenho social, de uma nova concepção política, oriunda de um Estado que reivindica uma nova postura de promoção de desenvolvimento, resultado de uma sociedade civil em que seus atores buscaram influenciar na atuação desta nova forma de estruturação política.

Diversos autores, compartilham a ideia de Estado, em um contexto mais histórico, do que apenas uma definição específica. Silva (2008, p. 313) conceitua Estado como sendo “o agrupamento de indivíduos, estabelecidos ou fixados em um território determinado e submetidos à autoridade de um poder público soberano, que lhes dá autoridade orgânica”.

Ao iniciarmos essa discussão, elucidou-se a visão de Mendonça (2012, p. 349) que nos trouxe a reflexão de um paradoxo para entender que, de um lado, existe a percepção em que o Estado de direito concebido por conquistas, que em sua atuação e suas definições são estabelecidas pelo sistema político como um sujeito ativo, com ações que protagonizam as demandas da sociedade. Por outro lado, observa-se a fundamentação do conceito como um agente passivo, um Estado que aguarda o bombardeio de ações não resolvidas e se detem a

conter possíveis ameaças. Permite-nos a ideia síntese das relações sociais presentes no Estado, que em Gramsci expressa que o “Estado não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social”.

O entendimento de Marx (2008) é que o Estado moderno surge em função de viabilizar o modo de produção capitalista, para conduzir os negócios para a classe dominante chamada burguesia. Com o domínio da grande indústria e do mercado mundial, essa classe dominante, conquista fielmente o domínio político, então representado pelo Estado.

O liberalismo do século XIX baseava-se em defender uma sociedade composta de pessoas com interesses individuais, que negociavam sua força de trabalho para alcançarem seu bem-estar de sua família, e, conseqüentemente, o bem-estar coletivo. Essa simplificação da atuação do Estado coloca em uma posição alienada às relações sociais (MENDONÇA, 2012, p. 349). Esse período apresenta-se envolto de processo de urbanização, somado ao da industrialização, era o período da ênfase doutrinária de importância do capital na vida política, econômica e social, em que se postulava a limitação do poder estatal em benefício da liberdade individual.

Gramsci (1991, p. 388) trata esse momento como “ambiente de americanismo ou Fordismo”, pois o Estado voltava-se a apoiar a livre iniciativa do individualismo econômico em prol do regime de concentração industrial e do monopólio, em prol da criação parasitária de acumuladores de capitais, em defesa da classe média, em dependência as comoções ao seu desenvolvimento. A consequência era uma economia operária e lucros mais elevados, que extraíam uma grande parcela da mais valia contra os chamados “produtores de poupança”.

Mas, a chamada modernização tem por tônica, atender a hegemonia dos Estados Unidos e liberação do comércio internacional, para concentrar poder nas empresas “transnacionais”, com objetivo de dar vazão as inovações em forças produtivas de padrões de consumo e reforçar o subdesenvolvimento, fruto da assimilação das tecnologias do capitalismo industrial (FURTADO 1992, p. 41).

Para promover um rompimento com a visão liberal<sup>3</sup>, conforme Silva e Souza (2010, p.14), que reconhece que “o Estado não representa, nem pode representar, a vontade geral e não visa à realização do bem comum”, propomos a reflexão que traz a percepção de que o

---

<sup>3</sup> Visão liberal para Silva e Souza (2010) e não homogênea para a estrutura de classes, mas reforça-se no caráter individual de sua ação.

marxismo vai de encontro ao “indivíduo isolado” e defende a existência de que na sociedade, as classes sociais, atuando de forma conjunta pode controlar uma situação, utilizando a força trabalhadora do proletariado como uma ferramenta de dominação e combate contra o Estado.

A globalização, reflete o modelo capitalista vigente, traduz uma complexidade para sociedade. Por um lado uma supremacia que impulsiona interação global para gerar acumulação de riqueza para alguns, e por outro lado é gerada pobreza, miséria e exclusão social, que no ambiente rural, por meio da modernização da agricultura para o crescimento da produção, também implicou em altos custos ambientais.

Quando falamos de eficiência do Estado o modelo de aparelhagem estatal, como instrumento de expressão organizacional, é implícito e visível o poder do plano internacional manifesto na coletividade, onde toda a estratégia de gestão pública foi oriunda de um plano globalizado. Com foco de se estruturar uma identidade coletiva e fundamentar um compromisso e desempenho de um “projeto nacional”. (REIS, 2009, p. 419).

Não podemos deixar passar despercebido o grande desafio da complexidade<sup>4</sup> que envolve essa discussão sobre globalidade. Na percepção de Morin (2005, p.14), entender os componentes que envolvem o todo, entender os sistemas políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos, afetivos, mitológicos, entre outros que são inseparáveis e atuam de forma interdependente e interativa para a promoção do desenvolvimento é fundamental. Nada acontece de forma isolada. Tudo está envolto em um contexto, em uma análise sistêmica de um ambiente com um determinado objetivo a que se propõe.

## **2.2 As Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural**

A sociedade e o Estado estão envoltos em necessidades políticas, econômicas, sociais, ambientais, todas estas formas interdependentes definem a necessidade de implantação de políticas públicas que orientam a direção da jornada social, juntamente com metas e objetivos que se comprometem a cumprir. Nesse ambiente em que o Estado deve propor a premissa de implementação de suas políticas públicas, é importante reconhecer as reais necessidades da população local e definir a dinâmica da estruturação destas políticas (CARVALHO, 2008, p. 20).

---

<sup>4</sup> A complexidade preconizada por Morin (2005, p.14) traduz o uso da inteligência para explicar que mesmo vivendo em um mundo fragmentado, onde se fracionam os problemas, unidimensionaliza o multidimensional.

A discussão feita por Carvalho (2008, p. 20) é como utilizar dos recursos disponíveis do Estado em prol da execução de políticas públicas de forma que o uso dos recursos disponíveis favoreça a todos a fim de garantir um bem comum. O mais complicado é o processo de intervenção promovido pelo Estado, pois exerce influências para direcionar o comportamento das pessoas em prol de seus interesses políticos e não dos interesses da sociedade.

Dáí a importância da grande contribuição feita por Santos (2000, p. 30-32), que enfatiza a necessidade de ampliação da percepção por meio do conhecimento, para abrir o entendimento quanto à manipulação do mercado de capitais para o reforço ao consumo, que enfatiza o egoísmo, o individualismo e o abandono da solidariedade. Esse sistema indutivo de percepção enfatiza a conformação de opinião oferecida pela mídia, movimento de alienação, trazido como debate civilizatório, pelo discurso único de mercado. Essa soma de fatores visa a induzir a percepção da sociedade para uma construção de visão alienada ao senso comum.

Sempre existiu conflito de interesses em uma sociedade ou comunidade que nunca foi igualitária ou harmônica para todos, sempre houve disputas internas próprias que definiam regras de exclusão no espaço público, traçadas por uma imensa diversidade de histórias fragmentadas, com suas diferenciações internas, seja marcada por gênero, geração, raça, posse da terra e as suas relações de trabalho.

Classificamos a existência destas diferenças na reflexão dos conflitos, em que identificamos que os conflitos externos perpassam desde os conflitos materiais que preconizam as decisões comunitárias, considerada como participação política, e a distribuição e redistribuição dos recursos comunitários, que fazem parte da demanda por terra, alimento e renda, como os conflitos internos, chamados de simbólicos como a honra e a dignidade, inerente a condição de avaliação humana que deriva de laços pessoais formativos (GUARINELLO *apud* PINSKY, 2003, p. 39).

Para definir a luta contra os poderes dominantes, Guarinello *apud* Pinsky (2003, p.39), se posiciona sobre o momento de crise, como um rompimento de forças do poder dominante, define-se como a oposição entre ricos e pobres, torna-se possível perceber a abertura no espaço político, fundamental para a garantia dos direitos individuais e publicam-se as leis escritas, a concentração de riqueza que confere poder e prestígio aos seus detentores, fere os valores individuais das camadas desfavorecidas, e impede o direito de posse de terra, de conquistas.

Surge nesse momento um conjunto de instituições políticas estatais para atender a todas as demandas de grupos organizados e de cidadãos, observa-se uma característica de “Crise da democracia<sup>5</sup>” uma discussão que perpassava pela permanente tensão carregada pelo conjunto de problemas comuns que permaneciam sem uma solução satisfatória. Numa economia capitalista, que por meio das instituições do Estado, controlavam o estabelecimento de políticas de bem-estar social e ampliavam as tensões que caracterizam a luta de classes, intensificando o receio de uma crise econômica que acabasse por reverberar na configuração política das sociedades democráticas (MARQUES, 2008, p. 33).

Na argumentação feita por Marques (2008, p. 33) *apud* Pippa Norris (2000), o elevado índice de exigência quanto às demandas, as quais a democracia deve oferecer respostas convincentes, expõe na verdade, não uma crise deste regime de governo, mas, sim um estímulo ao desenvolvimento progressivo no sentido de se fortalecer as instituições e os valores democráticos. Norris (2000) afirma que “as democracias seguem progredindo na medida em que se avança na garantia de direitos e liberdades de cada cidadão”.

No Brasil, segundo Paoli (1991, p.115-117) o diálogo a respeito da sociedade que perpassava por inúmeros conflitos na sua realidade política, desde a construção da Constituição de 1988, selado pela transição da ditadura para o regime democrático, seguidos das manifestações sociais, mobilizados pelas eleições presidenciais de 1989. Foram movimentos em busca de conquistas, que trouxeram a responsabilidade da construção um espaço civil legítimo, de expressão social que traduziu a resposta de uma população que estava empobrecida, e debaixo de uma opressão do estado. A corrupção, a ineficácia do Estado, a deterioração da qualidade de vida, a estagnação do emprego, a falta de perspectiva para ascensão profissional, a pobreza da população, que favorecia a perda da referência às normas e valores legítimos, deu início a um processo que a sociedade utiliza a participação como ferramenta de manifestação política nos espaços públicos.

Reforça-se neste contexto, a construção de uma “cidadania universal”, que legitima um pensamento: a hegemonia do dinheiro e da informação, como pilares do capitalismo

---

<sup>5</sup> Discutiram o termo “crise da democracia” (ARTERTON, 1987, COHEN; ARATO, 1992; GALBRAITH, 1992; GIDDENS, 1994; MANIN, 1997; COLEMAN; GØTZE, 2001; CAMMAERTS; AUDENHOVE, 2005; CASTELLS, 1997).

globalizado (SANTOS 2000, p. 35). Uma busca pela uniformidade, aos serviços dos atores hegemônicos<sup>6</sup>, com insistência da morte do Estado, com o fortalecimento dos grandes interesses internacionais, que permite um sistema unificado de técnicas, um motor único para manobrar a mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação. Esse sistema de forças briga por um lado pela mundialização da técnica<sup>7</sup>, de outro pela mundialização da mais valia<sup>8</sup> (SANTOS 2000, p.19-25).

Faz-se necessário repensar o estabelecimento das garantias de direitos aos cidadãos, como uma ação do Estado, repensar conceitos para permitir entendimento do que significa desequilíbrio e percepção da natureza diante dos avanços chamados de desenvolvimento. Carvalho (2008, p.16) em uma discussão sobre a luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo, enfatiza que era impossível compreender as novas configurações do capital, em suas formas de dominação, com uma ênfase dada a “cultura de recusa” para a dominação do capital contemporâneo como projeto de emancipação. Foi o surgimento das políticas públicas que possibilitou a inclusão da luta por direitos.

Somente com a presença de um Estado ajustador, nas suas restrições políticas, movimentando-se em meio às tensões no processo de democratização, mas se disponibilizando em viabilizar o processo de conquistas, será possível garantir o estabelecimento de políticas que fortaleçam a “identidade das chamadas minorias culturais e étnicas” (CARVALHO, 2008, p. 23).

---

<sup>6</sup> O conceito de **hegemonia** ganhou caráter político ao ser tratado por Marx e, posteriormente, por Gramsci, com bem discute Pronko e Fontes (2012): “A hegemonia liga os diferentes momentos da vida social, unificando-os sob a direção de determinada fração da classe dominante, uma vez que, sendo permanentemente produzida na sociedade civil, ela se consolida na sociedade política, no domínio direto expresso no Estado” (2012, p. 396).

<sup>7</sup> A “mundialização” da técnica aqui tratada por Santos (2000, p. 23-25), traduz como um sistema e que se realiza combinações por meio do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. No século XX, dar-se grande ênfase ao sistema de técnicas da informação por meio da cibernética, da informática e da eletrônica, permitindo em todos os lugares a manipulação do controle do tempo, assegurando a simultaneidade das ações, por conseguinte, acelerando o processo histórico.

<sup>8</sup> Entenda-se “mais-valia” como a denominação para a diferença entre o valor do salário recebido e o valor do trabalho produzido pelo funcionário. Conforme preconiza a análise de Karl Marx que destaca o sistema capitalista como a exploração do trabalhador por quem possui os meios de produção e esse “abuso” seria necessário para manter vivo o sistema capitalista do qual um indivíduo depende da força de trabalho de outros indivíduos para acumular capital e obter lucratividade.

Essas políticas públicas precisam ser viabilizadas pelo “Estado em ação”, ações em setores específicos da sociedade por meio de projetos e programas, para alcançar o equilíbrio social no meio da administração pública, atendendo as necessidades sociais, de modo universal, sem manifestar privilégios aos grupos detentores do poder econômico, a fim de incorporar conquistas sociais pelos grupos e setores menos favorecidos (HÖFLING, 2001, p. 31 *apud* GOLBERT, MULLER, 1987).

Na visão de Kerstenetzky (2006, p. 566) essa concepção fina de justiça, diante de uma elaborada e complexa atuação de valores, respondendo apenas a eficácia da liberdade política e econômica, apresenta-se como importante função complementar, sobretudo na redistribuição de vantagens socioeconômicas feitas pelo Estado. Isso porque a intervenção pública justificaria a compreensão do jogo feito pelo mercado, que trabalha a distribuição prévia dos recursos.

A noção focalizadora pode até designar repúdio, destaca Kerstenetzky (2006, p. 569), mas enfatiza que se identificam “ideais de justiça distributiva”, avaliada por estes como justiça de mercado<sup>9</sup>. Na verdade, a concepção de política pública focalizada, afirma a consideração das desigualdades socioeconômicas como motivadora da intervenção pública.

A maior ênfase dada por Kerstenetzky (2006, p. 570), em um sentido de focalização apresenta-se como uma ação reparadora para restituir os grupos sociais o acesso a direitos universais, que complementariam as políticas públicas universais por uma noção de direito social. Esse foco deve ser direcionado apenas para sociedades em que exista deficiência na universalização dos direitos, pois, em situações que se permite no desenho das políticas públicas uma eficiência nas decisões de promoção de justiça social, deve-se considerar eficiente a concepção universal. Na prática, isso no Brasil não existe.

Para uma política de concepção universal, encontram-se argumentos políticos de eficiência social de natureza ética, são políticas sociais que possuem beneficiários estratos da população, com a argumentação da justiça distributiva, do poder de reunir numa mesma comunidade todas as pessoas consideradas como iguais em termos de direitos e cidadania, a

---

<sup>9</sup> Economia de mercado aqui traduzida Kerstenetzky (2006, p. 566) como dotada de uma capacidade integradora irresistível, pois seus benefícios materiais se transmitiriam a quase totalidade da sociedade.

fim de serem atendidas suas necessidades de bens e serviços fora do mercado. A noção que se busca conceber é de seguridade universal básica, com oportunidades de direitos sociais, em uma mesma lógica para todos, como responsabilidade pública de proteção social (KERSTENETZKY, 2006, p. 572).

Dentre inúmeras demandas de políticas públicas, inicia-se um novo processo, protagonizado pela sociedade civil organizada, face ao padrão de desenvolvimento que marcou os dois últimos séculos, para promover uma mudança estrutural na demanda e um conjunto de aspectos combinados.

O potencial rural do Brasil insere-se em um contexto, que nos instiga a refletir sobre a disputa de modelos. As políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro que nascem das demandas da sociedade civil, passam por uma realidade mais justa e democrática, particularmente no meio rural com propostas de governo mais satisfatórias e políticas públicas que possam promover desenvolvimento social, político, econômico, cultural e ambiental.

### **2. 3 Agricultura e seus paradigmas**

A economia de mercado, em disputa desde a década de 1960, apresentava-se como um novo momento para o desenvolvimento rural brasileiro, para atender as necessidades das minorias excluídas na agricultura . Mas, a característica que reforçava o espaço da agricultura anteriormente constituído, fundamentado na força hegemônica do Estado, no incentivo ao modelo de industrialização dependente e excludente pela distribuição desigual de renda, pela concentração da produção e geração de miséria.

Diferentes visões sobre esse processo de modernização são apresentadas pela estruturação das políticas públicas do Estado, principalmente quando se trata do caráter excludente direcionado a produção familiar. A discussão do momento era, em primeira mão, a ampliação da concentração da propriedade e da exploração de terra, a distribuição regressiva da renda, o acesso a produtos oriundos do mercado externo e aquisição dos agroquímicos, principalmente com a participação da pesquisa e extensão, que também atuou na distribuição de crédito a baixo custo e em abundância para impulsionar esse processo de modernização do latifúndio (ALENTEJANO, 1997, p. 23).

A amplitude dessa modernização, foi as transformações direcionadas as relações de trabalho, os agricultores familiares de pequena produção, deixaram o cuidado do cultivo da agricultura de subsistência, em detrimento do trabalho assalariado, principalmente o

temporário, pagos pelos grandes produtores do latifúndio. Outra vertente desse momento, com a maior necessidade de terra dos grandes latifundiários, para uso dos seus grandes equipamentos de mecanização agrícola, inicia-se um processo de pressão imobiliária para compra de terra dos agricultores familiares a baixo custo (ALENTEJANO, 1997, p. 23).

O bloco dominante do capital agrário estabelecia um histórico de repressão, pois todos os mecanismos estabelecidos tinham por objetivo oprimir os agricultores familiares. A repressão política de Estado “manipulava e vigiava” todos os integrantes sociais que se manifestavam. Abramovay (1998, p. 23) reforça dizendo que no mundo pós-segunda guerra mundial, no início dos anos 1970, o principal objetivo do Estado era manter uma estrutura social produtivista “pulverizada”, ter uma política agrícola sobre domínio e controle do Estado, de modo que se pudesse “manter a estabilidade aos preços, manter a renda do setor institucionalmente definido no mínimo, e assegurar a produção abundante”

O principal enfoque deste momento, segundo Abramovay (1998, p. 23), era que a agricultura desenvolvesse o papel de atender ao mundo capitalista, que houvesse baixo custo alimentar para os assalariados e que fosse direcionada para manter o consumo de bens duráveis, período de fortalecimento do “mundo do consumo”.

A cultura do consumo não é a única maneira de realizar o consumo e reproduzir a vida cotidiana, mas é, com certeza, o modo dominante, que tem o alcance prático e tem uma profundidade ideológica, que lhe permite estruturar e subordinar amplamente todas as outras (SLATER 2002, p. 17).

Neste momento, o enfoque do Estado era definir o consumo doméstico e para isso era necessário “a integração de um modelo único de produção familiar”, daí a pressão vivida principalmente sobre os agricultores de base familiar, pois suas decisões econômicas eram baseadas em atender as necessidades básicas de subsistência da família e, especialmente esse público da agricultura tinha uma capacidade de adaptar-se e montar um comportamento ao meio social e econômico que os envolvia (ABRAMOVAY 1998, p.23).

A linha de delimitação do processo político brasileiro era definida por “progresso”, e esse tema gerou um desenvolvimento a duras penas. Abramovay (1998, p. 23) enfatiza que “a interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, na determinação estrita da renda agrícola e a inovação tecnológica eram as demandas para a organização pública do mercado”.

É importante neste instante, refletir a discussão promovida por Sen (2000, p. 59), quando se refere a ações do Estado para “determinar a natureza e o alcance das liberdades

individuais”, pois as pessoas podem ser influenciadas pela necessidade social e possibilidade de trocas e facilidades, importantes para a formação e aproveitamento das “capacidades humanas”<sup>10</sup>. Pois, o controle que o Estado exerce sobre o crescimento econômico articula uma manobra não só realizada nos agentes privados, como também para financiar a seguridade social, os serviços de educação pública, os serviços de saúde, entre outros.

Carvalho (2013, p.31) trata da expansão do capitalismo no campo como “desnacionalização” do agrário no Brasil, por meio da marginalização na formação econômica com vistas ao conformismo social, sem manifestações de expressões de opinião pública, quanto as injustiças, promovidas pelos governos de negação econômica e social da reprodução dos agricultores e sua prática de “desterritorialização”.

É importante contextualizar o entendimento de que todas as ações de incentivo ao consumo do mercado externo tratam-se da desnacionalização, abdicando da soberania alimentar nacional e tornando-se dependente de uma economia globalizada. Formalizando uma idolatria a um tipo de mercado dependente e industrializado que promove uma insegurança alimentar, pois a partir do momento em que se retira do seu território a oportunidade de produção do seu próprio alimento com autonomia no consumo acontece a desterritorialização (CARVALHO, 2013, p. 31).

Nesse mesmo contexto, reflete Carneiro (1998, p. 171) com o tema ruralização e a sociabilidade na aldeia, em que remete ao histórico da agricultura , desde o período pós-Segunda Guerra mundial, até momentos atuais, que nos oportuniza ver que desde o processo de “urbanização no campo” em favor da industrialização, até a construção de um novo mundo rural “pluriativo” ou com exercício de outras atividades que já não são mais só agrícola. O enfoque de Carneiro (1998, p. 172) é a transformação do “território rural”, que apresenta características de duas culturas, onde uma exerce o papel principal indutivo, na transformação do pensamento do modo de organização da produção no campo, em que consideravam “atrasados, irracionais e improdutivos”, com a disponibilidade deixada pelo êxodo rural, iniciando-se o segundo momento personificado pela concepção capitalista do retorno da população ao rural com a justificativa bucólica da qualidade de vida no campo.

---

<sup>10</sup> Entende-se por capacidades humanas, segundo Sen (2000, p. 59), “a capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de efetivações (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar. Isso envolve uma certa concepção da vida como uma combinação de várias "atividades e modos de ser". A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver.”

Este processo possui uma dupla direção: de um lado ocorre uma reapropriação de sua cultura pelos habitantes da aldeia a partir de uma reinterpretação de seus componentes informada pela emergência de novos códigos. No sentido inverso a população urbana se apropria de bens materiais e simbólicos do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que pode contribuir para alimentar a sociabilidade rural (CARNEIRO, 1998, p. 175).

O grande objetivo deste processo indutivo de transformação do espaço rural é conquistado pelo fortalecimento do imaginário rural, um sentimento que se tornou evidente desde a sua apresentação na literatura dos anos 60, até o incentivo às ações folclóricas dando ênfase na transformação da natureza, a fim de envolver os turistas em festas, para admirarem as “caricaturas personificadas” (CARNEIRO, 1998, p. 172).

Nesse sentido, destaca Carneiro (1998, p. 173), ocorrem as influências das cidades, manipuladas e estruturadas pensadamente por uma racionalidade técnica e econômica, que tendia a transformar a mentalidade do rural para o urbano, do tradicional para moderno, uma estruturação heterogênea na formação social, econômica e cultural que estava sendo desconsiderada, em prol da “decomposição ou recomposição de um sistema social” por uma intervenção progressiva da economia de mercado.

É importante destacar que todas estas transformações no contexto da agricultura, não são especificamente do Brasil, são realidades experimentadas no Brasil e no mundo, por países já consolidados politicamente, reproduzindo políticas prontas para uma realidade mundial em prol da economia de mercado, incentivando o consumo e justificando pela busca do desenvolvimento.

Parece contraditório, mas a ênfase que se replica é que o poder público sempre inspirou desconfiança quanto ao mundo rural, resultado da adoção por parte do Estado de um enquadramento do campesinato, mas forças sociais de mobilização do mundo rural se articulam. Contudo, nada impede a ação da desenfreada busca do Estado pelo desenvolvimento (LAMARCHE, 1997, p. 296).

Por estarmos vivendo todos os impactos causais, promovidos por ações planejadas pelo sistema capitalista, observa-se que é chegado o momento de implantar algumas ações em apoio ao processo de transformação ou superação do Estado em oposição ao campesinato.

Esse panorama de transformação do cenário agrícola por meio de políticas públicas, apresenta-se em fase de construção, entendendo que as oportunidades e possibilidades expressam um tempo que traduz a criação de espaço de diálogo e participação, principalmente

para estabelecer conquistas para agricultura familiar. Para Durkheim (1980, p. 15), “O homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas ideias; de acordo com as quais regula sua conduta”.

Nesse processo de construção dialogada, é necessário participar e confrontar os atores institucionais que promovem espaços de exclusão, que constroem as políticas públicas, que desvalorizam a agricultura familiar. É necessário atuar no processo de construção de uma nação, propondo combate contra a existência de manipulação do sistema, por meio da socialização da informação, para apoiar a construção de oportunidade com superação de paradigma, permitindo que o conhecimento<sup>11</sup> possa viabilizar novas possibilidades de conquista.

Neste instante, Santos (2000, p.83) critica o desperdício da experiência e nos incentiva a reexaminar a distinção entre a ação e o resultado desta ação para transformação do ambiente em que se apresenta, pois o contexto que presenciamos é uma condução “aparente” de desumanização das decisões. Forma-se um mundo no imaginário inconsciente da sociedade e a partir deste, estruturam-se políticas justificadas como se fossem para o favorecimento dos indivíduos que compõem aquele ambiente. Durkheim contribui com essa construção afirmando que os fatos sociais devem ser observados, e que existem regras relativas a essa análise:

(...) como os detalhes da vida social excedem por todos os lados a consciência, esta não tem uma percepção suficientemente forte desses detalhes para sentir sua realidade. Não tendo em nós ligações bastante sólidas nem bastante próximas, tudo isso nos dá facilmente a impressão de não se prender a nada e de flutuar no vazio, matéria em parte irreal e indefinidamente plástica. Eis por que tantos pensadores não viram nos arranjos sociais senão combinações artificiais e mais ou menos arbitrarias. Mas, se os detalhes, se as formas concretas e particulares nos escapam, pelo menos nos representamos os aspectos mais gerais da existência coletiva de maneira genérica e aproximada, e são precisamente essas representações esquemáticas e sumárias que constituem as prenoções de que nos servimos para as práticas correntes da vida (DURKHEIM, 2007, p. 19).

Diante da crise, das limitações, das dificuldades em que Santos (2000, p. 83) nomeia de “caos”, percebemos como “forma de saber e não de ignorância”, sendo traduzida como necessidade de ordem, de reorganização dos fatos, de “auto-organização” das estruturas

---

<sup>11</sup> Santos (2000, p. 78) caracteriza neste contexto as formas de conhecimento como forma da trajetória das pessoas, com saberes específicos. Percebendo que todo saber faz parte de um tipo de ignorância ou desconhecimento.

dispersas, para proporcionar equilíbrio ao sistema..Toda a construção histórica, pela qual estamos passando, nos remonta o entendimento de que fazemos parte de um sistema complexo, em que os acontecimentos e ações não são lineares, e o que é efeito pode ser causa.

Delgado (2010, p. 29) traz a discussão da importância da sociedade civil organizada para dar início a um novo processo de reivindicações no mundo rural, para isso é necessário ter consciência das reais necessidades que permeiam essa sociedade. A sociedade moderna, tende a naturalizar ou simplificar espaços de discussões que se perdem diante do desinteresse por mudanças e conquistas sociais e políticas.

O processo de democratização na década de 1980, contribui com o surgimento de novos atores e novas demandas no mundo rural. A revitalização do movimento sindical havia fortalecido o surgimento de novos movimentos sociais, apoiando a organização das demandas no mundo do trabalho rural, criticando de forma contundente ao momento conhecido como “modernização da agricultura”<sup>12</sup> (DELGADO, 2010, p. 29).

[...] já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (SILVA, 1997).

O impacto mais visível para dar limite a esse crescimento desenfreado foram os resultados ambientais. O desenvolvimento econômico e social influenciou sensivelmente os mecanismos da natureza, que culminou em uma crise ambiental de repercussões sérias no tocante à qualidade de vida e do próprio meio ambiente. A Constituição de 1988 instituiu o direito ao meio ambiente, no capítulo de ordem social, em seu artigo 225 diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, Constituição Federal, 1988 ).

O processo de intervenção humana no meio ambiente foi brutal, o desmatamento para o plantio das grandes lavouras, que estabelece a produção de alimentos por critérios

---

<sup>12</sup> A modernização da agricultura foi um projeto conhecido que se impôs ao conjunto da sociedade sob o argumento que seria portador de progresso para todos. E como resultado a subordinação da agricultura a indústria. Instituiu setores industriais denominado complexo industrial (KAGEYAMA, 1990).

quantitativos a produtividade, a destruição de nascentes, a contaminação por agroquímicos aos mananciais, o esgotamento do solo pelo uso de máquinas pesadas e extrativismo mineral. O atual e vigoroso debate sobre mudanças climáticas nascido a partir do chamado Protocolo de Kyoto, decorre da culminação dos impactos ambientais experimentados nas últimas décadas, em que as formas predatórias de uso da terra é um de seus componentes relevantes.

O protocolo de Kyoto adotado desde dezembro de 1997 é um documento que estabelece metas da redução de gases de efeito estufa e ao mecanismo de implementação destas metas, em consonância do princípio das responsabilidades comuns (KYOTO, 2004, p.12).

A Convenção buscou estabelecer compromissos diante de suas necessidades de cooperação, distintos para cada grupo de países, para ser resolvido o problema do aquecimento global. A ideia principal é que países desenvolvidos responsáveis pelas emissões de gases tóxicos na atmosfera, e que as condições socioeconômicas dos diversos países façam com que suas respectivas capacidades de resposta a esses fenômenos sejam diferentes, devem ser alvos das ações mais radicais e imediatas para amenizar o problema (MOREIRA; GIOMETTI, 2008, p.14).

Buarque (2004, p. 57) critica a visão tradicional de “natureza inesgotável e disponível a exploração humana” para delimitar os limites ao crescimento. Esses debates foram marcados desde a Conferência das Nações sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, convergindo com a realização da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), que aconteceu no Rio de Janeiro e que mobilizou cientistas, ambientalistas de todo o mundo como marco de acontecimento político do final do século XX para viabilizar propostas para a transição a um novo paradigma de desenvolvimento com participação social.

Iniciava-se com esse tema, um novo debate com propostas para se pensar um desenvolvimento que fosse sustentável, conforme contribui um documento chamado de “agenda 21” que busca comprometimento ambiental das nações para as gerações futuras. Nesse momento, o objetivo era respaldar a construção teórica sólida, para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios propostos pelo novo paradigma (BUARQUE, 2004, p. 57).

Apresentava-se a necessidade de solidariedade<sup>13</sup> e reflexão, para a existência de êxito na realização das ações. O paradigma da modernidade comporta duas teses quanto ao conhecimento. O primeiro é o conhecimento de emancipação, e uma trajetória entre estágio de desconhecimento e um estágio de solidariedade. E o segundo que é o conhecimento da regulação que traduz um estágio de ausência de conhecimento a uma necessidade de ordem. Esse entendimento, desconhecido por parte de alguns, talvez traduza tantos erros cometidos em busca de um desenvolvimento a qualquer preço (SANTOS, 2000, p.78),

Sachs (2000, p. 49) em sua discussão dos caminhos para o desenvolvimento sustentável também, contribui com a ética da solidariedade, considerando a aliança das gerações presente com a geração futura, contribuindo para manutenção das espécies vivas na Terra.

É evidente o reconhecimento da necessidade do crescimento econômico, comenta Sachs (2000, p. 52), mas é inevitável que sua implantação seja fundamentada em uma estrutura “socialmente” justa, com uma distribuição de renda e de propriedade economicamente viável, com o uso das estruturas ambientais de conservação da biodiversidade com utilização dos recursos naturais de forma correta, com estratégias de conservação. Esse processo é denominado como “eco desenvolvimento” ou desenvolvimento sustentável.

Navarro (2001, p. 85) nos faz perceber que existem caminhos para um futuro na gestão de recursos naturais que podem ser traçados para o desenvolvimento rural no Brasil, sendo importante observar os limites do passado, com o uso desordenado de altas tecnologias que desrespeitaram o modo de ver e agir dos agricultores em sua vida rural. Assim, crescentes esforços sócio-políticos de uma nova valorização do espaço rural e seus meios e modos de produção, cultura, modo de vida e organização, precisam ser promovidos para que as ações práticas de correção de rumos, talvez se permita o resgate de um ambiente que já era sustentável.

---

<sup>13</sup> A solidariedade, nos países capitalistas desenvolvidos, através de políticas sociais do Estado-Providência, continua a ser uma forma dominante de solidariedade. (SANTOS, 2000, p.75).

## 2.4 A Reforma Agrária

Para a discussão do contexto da reforma agrária, não podíamos imaginar que essa construção fosse confundida com uma ação planejada e direta para adequar às necessidades do rural brasileiro, para um público da agricultura com o objetivo de uma distribuição igual de terra e renda para promover uma justiça social. A discussão aqui percebida é oriunda de movimentos sociais que lutam por mudanças no perfil fundiário, de um país ou região, impostas pelo crescimento econômico (VEIGA, 1984, p.7).

Em muitas situações que conhecemos, existe um momento impar, que exprime a necessidade do Estado posicionar-se quanto às relações de forças. Se por um lado estaria a justiça social em prol da reforma agrária, o outro estaria o desenvolvimento econômico e sua eficiência incentivando a exploração de grandes propriedades para aumento da produção e produtividade. Essa decisão não foi difícil de ser tomada, tendo em vista que ambos os territórios se fundamentavam em uma estrutura aparentemente sólida (VEIGA, 1984, p. 8).

Para a reforma agrária, o autor destaca inúmeros pronunciamentos públicos que incentivaram a discussão. Desde o final da II Guerra Mundial, a reforma agrária era reconhecida como uma grande estratégia de desenvolvimento econômico. Todas as organizações internacionais com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) têm a função de promover a organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o objetivo de liderar esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar.

Os esforços eram para que outras repúblicas americanas, assumissem o compromisso de “impulsionar programas de reforma agrária” na década de 60. Veiga (1984, p. 9) esclarece que até o Banco Mundial emite relatórios para chamar a atenção para a reforma agrária como “requisito essencial para o desenvolvimento econômico”. No Brasil, o esforço resultou na fundamentação de leis que, na prática, não foram aplicadas.

Mas a revolta era grande, pois havia um número expressivo de lavradores impedidos de ter acesso à propriedade e a terra, destaca Veiga (1984, p.11). Todo esse movimento ganhou força social, a definição era que a terra deveria pertencer a quem realmente trabalhava nela. Nos XIV e XV, grande número de camponeses conquistaram as terras da igreja e de parte da nobreza foram confiscadas e leiloadas no período da revolução francesa.

Do outro lado da moeda, estavam posicionados os latifúndios, grandes áreas com fins

meramente especulativos, para improdutivas e que visavam apenas à valorização da terra, com o objetivo de aberturas de novas estradas, novos povoamentos, eletrificação, construção de açudes, barragens, obras públicas, etc. O Estado ainda realizava distribuição de incentivo fiscal e crédito aos grandes compradores de terra, que somavam se a eles, empresas dos ramos indústria, comércio e financeiro que seus interesses estavam fundamentados nas operações fraudulentas com fisco (VEIGA, 1984, p.12).

A formação econômica do Brasil alicerçou sua estrutura agrária no século XIX, a concentração de terra nas mãos dos grandes latifundiários, os senhores de engenho, fazendeiros de café e traficantes de escravos. Essa classe dominante impedia que homens livres fossem incluídos na estrutura fundiária agrícola. Mas no século XX, a fronteira agrícola se expandiu, com o crescimento demográfico e a industrialização, muitas fazendas de engenho foram desativadas (VEIGA, 1984, p.14).

Diferentes momentos marcaram a história de luta da reforma agrária, desde os anos 80, o Brasil ocupa uma posição de centro do debate quantos aos problemas agrários. Observa-se que a “grande concentração de terra e renda, do êxodo rural e urbano e a exclusão de grandes setores sociais”, foram as consequências da modernização conservadora da agricultura trazida para o Brasil (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.13).

Segundo o Censo de 1980, as diferentes propriedades agrícolas do Brasil cobriam cerca de 365 milhões de hectares, distribuídas em 5.160.000 unidades, das quais mais da metade tinha menos de 10 hectares e ocupava apenas 2,5% da superfície total. No extremo oposto, 0,5% das propriedades com mais de dois mil hectares cada uma controlava 35% da área total. Das últimas 53 propriedades com mais de cem mil hectares detinham quase 12 milhões de hectares (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 09).

Bergamasco e Norder (2003, p.15) nos trazem o entendimento de que a organização dos movimentos sociais nos anos 90, em sua proposta de reforma agrária na agenda política e sociocultural, consegue a reinserção da proposta para discussão, depois do aumento das lutas locais, nos acampamentos e ocupações de fazendas improdutivas. Isso porque toda repressão vivida desde os anos 60, e mais precisamente 1964 após o Golpe de Estado, os governos controlavam os movimentos sociais e sindicatos e outras organizações políticas, impedindo a execução da reforma agrária contemplada no Estatuto da Terra.

No período entre o final dos anos 70 e a primeira metade dos anos 90, identifica-se uma dinâmica entre legislação agrária e disputas sociais e políticas, com muita interferência de entrevistas na mídia, que permitia inúmeras análises e interpretações sobre os atores sociais. Na metade dos anos 80, a tensão entre legislação agrária, começa a adquirir um

redesenho, com inúmeras complicações e obstáculos jurídicos que chegaram a ser desconhecidos (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 21).

A organização de novos movimentos sociais no campo, como Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), traz a discussão desse redesenho que confrontava a modernização da agropecuária dos anos 80, com o avanço da indústria química, genética e mecânica. Resultando nos anos 90, inúmeros questionamentos ambientais, insatisfação salarial aos trabalhadores rurais, gerando aumento no desemprego e desgaste na “colonização dirigida na Amazônia<sup>14</sup>” (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.22).

No início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a reforma agrária adquiriu um novo caráter político, relata Bergamasco e Norder (2003, p.40), os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, juntamente com o conteúdo do Estatuto da Terra caracterizava-se sem sentido e expressava uma combinação entre legislação agrária e política e as promessas de FHC de inicialmente era de assentar 400 mil famílias, posteriormente transformou-se em 280 mil famílias para serem assentadas. Esse posicionamento trouxe uma enorme insatisfação aos trabalhadores rurais organizados, que diante da soma de outros inúmeros fatores e promessas não cumpridas, ampliaram o processo de revoltas e promoveram mobilizações realizadas pelo MST com o consistente apoio da sociedade civil e urbana.

Para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Bergamasco e Norder (2003, p. 56) tratam da reformulação das políticas de subsídios para obtenção de crédito, que havia uma diferenciação exorbitante entre o percentual cobrado para agricultor familiar e assentado que promovia vínculo de dependência para os assentados pelo favorecimento com a taxa de juros bem menores. Neste período as principais promessas de governo eram:

Garantia da continuidade da desapropriação de latifúndios improdutivos, ao lado da compra direta pelo governo, organização do programa de crédito fundiário (Banco da Terra), utilização de terras públicas federais e estaduais, da regularização fundiária da área de conflito e outras medidas para ampliar o acesso a terra (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 56).

---

<sup>14</sup> Bergamasco e Norder (2003, p. 10) informam que a colonização dirigida na Amazônia foi um estudo com base em informações cadastrais implantado pelo Ministério da Agricultura que selecionava terras suscetíveis a desapropriação, em 1988, que mostrava a exclusão social, por meio de milhões de hectares em terras públicas na Amazônia não ocupadas e 86 milhões de hectares não utilizados produtivamente por proprietários particulares.

Abramovay (2001, p.121) destaca sobre os conselhos de desenvolvimento rural que foram formados no Brasil a partir de 1997, estruturou-se com o objetivo fim de que os municípios recebessem os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), reconhecido para uma linha de infraestrutura e serviços, para impulsionar o fornecimento de financiamento à categoria de agricultores excluídos. A constatação foi de que o PRONAF correspondeu a uma virada significativa nas políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil (Abramovay & Veiga, 1999; Silva, 1999; Ministério do Trabalho, 1999; Belik, 2000).

É bastante enfático o destaque de Abramovay (2001, p.121) pelo reconhecimento do impulso proporcionado por essa linha de crédito para o meio rural brasileiro, apesar dos graves problemas de intermediação bancária, o fato é que agricultores familiares foram incluídos na pauta de políticas de crédito, motivados pela pressão organizada de suas demandas, por meio da mediação dos conselhos municipais.

Fazia-se necessário a criação de programas que promovessem o desenvolvimento local, municipal e territorial, seria necessária a articulação de políticas públicas para o aumento da capacidade de geração de renda dos agricultores familiares. Mesmo com o estímulo dos animadores do processo, técnicos e sociedade civil organizada, não foram suficientes para desburocratizar o processo de utilização dos recursos disponíveis e dar vazão às limitações ocorridas diante da ineficiência na execução de conselhos despreparados para enfrentar um processo democrático de desenvolvimento.

A principal prerrogativa para promover mudanças aos sistemas agrícolas e agrários brasileiro, ainda que ideológicos, é a organização social, em suas formas de representações políticas constituídas por famílias, representações presentes e ativas em suas pluriatividades, como estratégias de reconstrução diante de suas potencialidades, desafios e impasses existentes para a estruturação do desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p. 97)

Uma nova agricultura estava sendo demandada perante as inúmeras necessidades e anseios sociais, tornava-se necessário que o Estado se reorganizasse frente aos diferentes segmentos da sociedade civil e implementasse políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. A luta pela terra tornou-se uma alternativa pelas condições precárias de vida e trabalho no campo e tendo em vista a necessidade de emprego e renda para a redução da pobreza rural, faz-se necessário investimentos governamentais direcionados para a agricultura familiar. (BERGAMASCO; NORDER 2003, p. 66).

Embora o discurso de condução política da agricultura familiar e a reforma agrária tenham sido pensados como prioridades na execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural agrário, a maior dificuldade de sua execução encontra-se na desorientação das agências estatais de desenvolvimento rural e agências de financiamento em não oferecer condições econômicas para o público rural de baixo poder aquisitivo, com juros diferenciados e que os fins de sua produção não necessariamente, sejam direcionados apenas para comercialização. As políticas de financiamento como PROCERA e PRONAF visam ao interesse para quem queria produzir comercialmente, portanto seria necessário repensar uma política para agricultura familiar que tivesse por finalidade primeiramente sua subsistência e autonomia alimentar (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.66).

Somente a identificação de demandas não são suficientes para resolver os problemas destes diferentes segmentos da reforma agrária. A manifestação pública organizada, com expressão política e social pode viabilizar conquistas com o objetivo de compelir o Poder Executivo a evoluir o processo de “luta pela terra, território e dignidade”.

Sauer (2013, p. 69) expressa sobre o Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas reuniu mais de três mil lideranças, que em seu documento as organizações defendiam a “mudança na estrutura fundiária, democratização e acesso à terra, respeito aos territórios, e garantia de reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas”, priorizaram ainda, 10 demandas e reafirmaram o seu compromisso com o fortalecimento das organizações sociais e ampliação para os processos de luta pela reforma agrária e apoio a agroecologia.

Neste instante, Boito e Berringer (2013, p. 33) enfatizam que existe uma massa da população brasileira que está organizada em movimentos populares que lutam por moradia, emprego e pela terra. Todos eles possuem suas influências políticas e sociais. Pessoas de muitas localidades se articulam para realizar manifestações, a fim de exercer suas reivindicações e pressionar o governo por mudança em sua política.

As reivindicações propagam as necessidades de mudanças emergentes, de uma ação direta em um Plano de Política Nacional<sup>15</sup>, que visa a atender os anseios da população que não estão satisfeitos. Muitos movimentos apresentam-se diante da repercussão política por meio

---

<sup>15</sup> São políticas regulamentadas por meio de leis e decretos através da Presidência da República que regulamenta as formas de execução desse plano.

das urnas, nas eleições de 2014, que ao dividir o Brasil, mostra os diferentes interesses sociais, políticos, econômicos e ambientais do país.

Finalizo esta construção com a contribuição de Stédile (2014) *apud* Damiani (2014), que relata que o capitalismo usa a corrupção como ferramenta para corromper as empresas e seus políticos e que a sociedade precisa saber disso, pois seu maior interesse é se apropriar dos recursos públicos. Por esse motivo enfatiza que todos os envolvidos precisam ser punidos sim, mas que só a Polícia Federal não resolve, o mais importante para esse processo é aprofundar mecanismos de participação popular na gestão pública, em que beneficiários tenham mais informações e instrumentos para acompanhar a administração pública, seja federal, estadual e municipal.

Quanto aos reflexos para a luta no campo das articulações políticas, Stédile (2014) *apud* Damiani (2014), compartilha como representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que espera que o Governo atual oriente o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e o INCRA para transpor a maneira de administrar a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), transformando-a numa grande empresa que compre todos os alimentos produzidos pela agricultura familiar e garanta o abastecimento a baixos preços aos trabalhadores.

Ele espera também que se mude a forma de administrar a educação, enfrentando os problemas do analfabetismo que ainda atinge a 14 milhões de trabalhadores adultos e, a universalização do acesso dos jovens à universidade. Ademais, permitir que os movimentos populares possam ser ouvidos pelo governo apresentando suas propostas e que possam convocar uma Assembleia Constituinte a fim de devolver ao povo a verdadeira democracia.

## **CAPÍTULO 3 – O ESPAÇO DOS ASSENTAMENTOS: HISTÓRICO, IDENTIDADE, CONFLITOS E A GESTÃO SOCIAL**

*A natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra quanto ocorre nas manufaturas.*

(SMITH, 1983, p.42)

Nesse capítulo, será feita a discussão dos espaços dos assentamentos reconhecendo sua identidade e seus conflitos, de modo mais específico e aprofundado o Assentamento Nova Vitória em São Sebastião/DF, que foi o único assentamento do Distrito Federal que protagonizou por meio da gestão social local o uso de orçamento público do Estado com a utilização da ferramenta de diagnóstico IDCR, fundamentado no Plano de Ação Interinstitucional (PAI), para definir e estabelecer suas relações internas de poder. Mas, a ausência de gestão dos conflitos no interior da comunidade, prejudicou a oportunidade de conquistas sociais e políticas que a comunidade poderia ter vivido.

### **3.1 O espaço dos assentamentos: identidade e conflitos**

A reflexão que buscaremos a partir daqui, do espaço e sua identidade traduz a questão espacial ou o "lugar" com a ideia de localidade, ou “cenário físico de uma atividade social”, Giddens (1991, p. 22) explica a lembrança de lugar para população, que normalmente exerce influências sociais, com propósito de produzir recordações para a memória. E o mais importante é a manutenção dos registros de fatos visíveis e invisíveis, ocorridos no espaço que marcaram o contexto de identidade naquele local.

Existe no inconsciente coletivo a formatação de identidade na modernidade, explica Hall Stuart (2006, p. 1), sobre a existência de “fragmentações das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” que estão atuando nas transformações estruturais que afetam a sociedade do século XX. A ausência de identificação do “eu” como pessoa, em reconhecimento de suas necessidades individuais, dos confrontos e medos pessoais em relação ao seu posicionamento como indivíduo social, permite que estas transformações abalem a integridade de si mesmo como sujeito, constituindo uma crise de identidade.

As definições de identidade de Stuart, (2006, p. 2) são examinados em três concepções de sujeitos: a primeira delas traduz a concepção baseado no reconhecimento da pessoa humana como indivíduo, percepção egocêntrica, onde o centro da identidade da pessoa é independente, totalmente centrado na capacidade da razão. A segunda concepção, formado pela interação do sujeito com a sociedade, concepção repleta de complexidade, baseada na relação com as pessoas importantes para o seu ciclo de convivência, que podem exercer poderes simbólicos de influências em suas decisões, na forma de falar, de agir, vestir e de se relacionar. E finalmente a concepção que expressa identidades contrárias, divergentes, divididas, fantasiosas ou não resolvidas. São sujeitos que se estruturam em “paisagens sociais subjetivas” problemáticas que estão entrando em falência.

É possível perceber o Assentamento Nova Vitoria, a vivência dentre dois mundos sociológicos, o primeiro formado pela concepção de interação das pessoas entre si e com os outros, que mesmo diante de suas diversidades, se baseavam na relação social valorizando o ciclo de convivência, que contribui nas relações sociais de poderes simbólicos exercendo influências para tomada de decisões em favor da comunidade, reapropriando por meio do conhecimento de outra forma de falar, de agir e de se relacionar. Mas infelizmente, também encontramos pessoas com concepção de identidades contrárias, divergentes, divididas, fantasiosas ou não resolvidas. Que exerceram prejuízo na obtenção das conquistas sociais da comunidade, por meio da promoção de conflitos internos e desajustes para obtenção de ganhos sociais e políticos.

Para tanto, a construção das concepções de identidade que fazem referência com o conceito de reforma agrária, relaciona-se com a complexidade do mundo sociológico, e a interação dos sujeitos envolvidos nesse processo, são agentes contribuintes das influências exercidas no convívio com familiares, localidades marcantes, origens culturais, conflitos sociais, embates políticos, etc. E todos os momentos de crise vividos pelas organizações políticas camponesas diante dos processos de lutas, exerceram fatores de influências na formação de identidade desta população.

Para a fundamentação da luta pela terra como a busca de um novo lugar, que não necessariamente venha substituir os conceitos sociais, culturais anteriormente estabelecidos, mas que seja resultado de uma conquista política, Sauer (2010, p. 15) enfatiza a necessidade da ação dos movimentos sociais em favor de debates teóricos para retomada dos valores do rural, a fim de reforçar as identidades locais em sua dimensão cultural e intensificar as

oportunidades de recriar processos sociais e políticos com a atuação da luta pela terra e território.

Sauer (2010, p. 15) também destaca que a luta pela terra e o trabalho das famílias acampadas e assentadas como uma sistematização de representações sociais simbólicas, conforme preconiza Foucault (1984), quando faz referências a outros espaços, denominado por ele de heterotopias (hetero – outro + topia – lugar), que na geografia humana, descreve lugares e espaços de múltiplas camadas de significados e relações com outros lugares de interpretação complexa. Entendendo assim, a lembrança do rural como uma heterotopia de compensação, reconhecido como o lugar de promoção de bem estar, de abundância, com essas reconstruções simbólicas expressam um olhar que lutam contra a exclusão política.

Sauer (2010, p. 21) traduz o processo de globalização como grande influência sobre a espacialidade e a territorialidade na modernidade, intensificando o conceito relacional de cidade, com suas representações sociais de valores e trajetórias de vida, exercendo projeções a identidade das pessoas que lutam pelo acesso à terra. Os processos sociais possibilitam, no entanto, releituras e desapropriações destes valores, criando oportunidades e perspectivas de vida que se diferenciam do modo de vida moderno.

No Brasil, a luta pela reforma agrária vem em batalha recente, desde a década de cinquenta, onde as organizações políticas camponesas ganharam força. Mas é fundamental que seja diferenciada a luta da reforma agrária, diante da luta pela terra. A primeira fundamentada na formação de diferentes instituições, em que aparece, de forma organizada e com representação institucionalizada, uma participação mais ampla e envolve a sociedade. Já a luta pela terra apresenta-se com característica mais específica, desde o aparecimento do latifúndio, que sempre aconteceu de forma independente da existência de projetos de reforma agrária, mas foi onde desencadeou-se todo o processo. (FERNANDES, 2000, p. 83).

Diante desse histórico, o primeiro projeto de reforma agrária aconteceu na década de sessenta (o Estatuto da Terra), que teve sua elaboração no início da ditadura militar, mas que sempre teve dificuldade de ser implantado, pois ações tinham por objetivo destencionar certos lugares, para favorecer grandes empreendimentos rurais. Fez-nos compreender sobre projeto de reforma agrária no Brasil, com a percepção do ponto de vista de governo, que destacava as ocupações massivas de luta pela terra realizadas por diversos movimentos sociais com o objetivo de promover uma territorialização, destaca principalmente o MST (Movimento dos

Sem Terra) e as construções das políticas públicas para assentamentos como resultado da manifestação expressa por essas ocupações (FERNANDES, 2000, p. 83).

Inúmeros foram os desencontros vividos pela reforma agrária conforme destaca Martins (1999, p. 124), foram oriundos da existência de bloqueio político que regulava a adequação do regime de propriedade, e que tanto o MST quanto Comissão Pastoral da Terra (CPT) reforçam a necessidade de se promover oportunidades de negociações políticas confiáveis e consistentes. Como proposta alternativa para negociação e a criação dos assentamentos, a proposta do autor e a reserva de terras disponíveis conquistadas com as desapropriações, compras em leilão (força queda do preço), Imposto Territorial Rural que diminui o valor da especulação com apreensão de terras para aqueles que possuíam débitos sem negociação com o governo.

Esse tipo de negociação é reconhecido como conduta cíclica de política fundiária e social, que além de habituar com estoque de terra, é necessário se organizar para criar mecanismos de aquisição destas terras. Não obstante, Martins (1999, p. 125) enfatiza a importância da inclusão dos agricultores familiares, em uma atuação conjunta de Estado para o exercício de uma política fundiária, bem como a necessidade de uma Assistência Técnica que apresente eficiência e eficácia na prestação do serviço com atenção voltada, para as necessidades dos atores atuantes na reforma agrária.

A “intervenção cíclica e tópica” proposta por Martins (1999, p. 124), apresenta-se diante da ausência de empenho por parte do Estado em realizar intervenções políticas institucionalmente planejadas, para reparar as mazelas da estrutura fundiária pela reforma agrária e procedimentos em relação as futuras gerações dos herdeiros, filhos de assentados devem ser encaminhados, tendo em vista a ausência de direitos que permeia o histórico destas pessoas em relação a uma ação prática em relação ao seu futuro.

Quanto a promoção de identidade por meio da materialização dos espaços de luta e resistência, e a territorialização oriunda de uma organização na formação do movimento social, Fernandes, (2000, p. 84), retrata como uma fração do território, onde as famílias se organizam para promovendo identidade com raízes de luta e conquista. Mas a intervenção, a reivindicação e a ocupação são apenas passos para se desenvolver a conquista, a tensão de estruturação do acampamento, permite o enfrentamento de diversas ordens psicoemocional de confronto com jagunços, capangas dos fazendeiros e até com a polícia, que traz o entendimento de que “terra não se ganha, se conquista”.

A conquista da terra não é o fim da luta, mas é sempre um ponto de partida. Após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo, etc., que são lutas que interessam. (FERNANDES, op. cit., p. 85)

A luta pela terra é uma busca constante por melhores condições de vida para os agricultores familiares. (BERGAMASCO E NORDER, 2003, p.66). Os autores nos trazem a reflexão sobre que as providências de encaminhamentos necessários para o Estado quanto à redução da pobreza rural, pois o Brasil torna-se reconhecido entre os países de maiores diferenças sociais. Essa situação é oriunda da modernização da agricultura, que ampliou a histórica concentração de renda, em vez de contemplar uma transformação da estrutura agrária. Outras demandas também surgiram no espaço rural, como a dos atingidos por barragens, em virtude da construção das hidrelétricas e os seringueiros que construíram a proposta de criação de reservas extrativistas na legislação ambiental (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.110).

Oscilações, retrocesso, ambiguidade e falta de transparência eram os comportamentos que o Estado apresentava diante das demandas feitas pela sociedade civil, pois o grande objetivo da luta da reforma agrária era a construção de um Estado democrático com transparência, organizado e que contemplasse o atendimento de suas necessidades. (BERGAMASCO E NORDER, 2003, p.110). Mas, a estrutura deste corpo de organização que mobilizava os movimentos, possuía um conjunto de fatores políticos, sociais e econômicos, que promovia diferentes interesses e demandas entre os próprios atores sociais, resultado da “sujeição da terra ao capital” (MARTINS, 1986, p. 69).

Por meio da sociologia rural, Martins explica (1986, p. 18) esta situação de crise, que nasce de acordo com as necessidades marcadas pelo conjuntos de transformações sociais, que são resultado de incisiva mudança do campo para cidade, reproduzindo ambiguidade e desvalorização dos conceitos do rural em detrimento do urbano. Essa mobilização de interesses internos e pessoais, por vezes enfraquecem os movimentos sociais em seus processos de lutas e conquistas.

Fazia-se necessário o empenho para se construir procedimentos para institucionalizar a reforma agrária, que ocorreu para o início deste processo de transformação política institucional no ano de 1999 com a transformação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), para Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar,

posteriormente, no ano 2000, por meio de medida provisória, deu-se a criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) com sede própria e com as seguintes competências:

(...) reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Sendo assim, a ação dos movimentos sociais tem sido fundamental para estabelecer as garantias de direitos políticos e sociais para que haja redistribuição e a regularização da posse da terra, a fim de reconhecer e institucionalizar a política fundiária de governo para a reforma agrária e a agricultura familiar, e fortalecimento dos movimentos sociais é a grande arma para atuação em processos de luta e conquistas.

Como exemplo de conquista, observa-se a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 362/2006 que prevê a criação de um Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra. Com isso, será possível oferecer mais tempo de carência para começar a pagar terra, prazo de 35 anos para pagá-la e a possibilidade de utilizar o Crédito Fundiário para financiar a compra das áreas de outros herdeiros. Essa ação pode legitimar o direito destes cidadãos a receber políticas de Estado, que por vezes busca atender as demandas da sociedade e dos movimentos sociais que objetivam como principal foco a melhor redistribuição de terra e de um desenvolvimento sustentável.

### **3.2 O assentamento Nova Vitória e sua história**

O Histórico do Assentamento Nova Vitória derivado do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST<sup>16</sup>), está localizado na região Administrativa de São Sebastião-DF, distante 26 km do centro de Brasília – DF, às margens da BR 251 Km 23 da rodovia Julio Garcia. A linha do tempo dos agricultores pertencentes a esse assentamento inicia-se em 17 de abril de 1996, em que acamparam na Fazenda Sarandi, em Planaltina-DF

---

<sup>16</sup> O MST nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era terra para quem nela trabalha (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: Terra não se ganha, terra se conquista (1984). (OLIVEIRA, 2001, p.196)

com um total de 1.080 (um mil e oitenta) famílias; nesse período, o governo iniciou processo de negociação com a organização local. Dois meses depois, em junho do mesmo ano, mudaram para a região da Fazenda Grotão em Planaltina-DF. Mas o processo de negociação com o governo os levou para três outras áreas diferentes: Três Conquistas na região administrativa do Paranoá, Recanto da Conquista na região administrativa de São Sebastião e 26 de Setembro na região administrativa de Taguatinga.

Entretanto, a área do 26 de Setembro onde ficaram por 2 anos até o ano de 1998 é uma área da Floresta Nacional de Brasília, que foi criada por decreto em 1999, para ser um cinturão verde de preservação dos mananciais e do Parque Nacional de Brasília. A área tem 9.346 hectares, divididos em quatro regiões: duas localizadas em Taguatinga e duas em Brazlândia. Por ser uma Floresta Nacional (Flona), a área não poderia ser povoada, a menos que populações tradicionais ali habitassem e a assim, foi embargada até que se resolva o embate.

Diante desta situação, o governo iniciou um novo processo de negociação, propondo aos assentados um acordo de transferência. Nesta época, o MST informou, conforme relato da presidente da associação<sup>17</sup> Rosilda Martins, que o governo estaria transferindo-os para uma área onde cada família teria um hectare de terra pronta para trabalhar.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p. 194)

Neste contexto, Bergamasco e Norder (2003, p.112) nos fazem refletir que existe uma ordem quanto aos papéis do Estado, para atender as demandas da sociedade civil organizada, que essa tem por função controlar as instituições públicas.

Observa-se quão importante é o posicionamento do Estado perante a situação de demanda social, para que se solidificasse a terra aos acampados, pois uma situação em que os

---

<sup>17</sup> Associação dos Trabalhadores Rurais e Moradores de Nova Vitoria – ASPRONOV, reconhecida oficialmente como pessoa jurídica em 05-05-2003, com CNPJ 07.716.227/0001-87.

acampados aguardam resposta efetiva, mas não existe nenhum posicionamento por parte das instituições públicas responsáveis e isso aumenta o conflito.

Nesse caso, os acampados do Assentamento 26 de Setembro iniciam o processo de manifestação e invasão do INCRA e da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, que são pressionados a promover o cumprimento do papel de justiça social e encaminhar procedimentos de tomada de decisão, já que a função do Estado seria atender as necessidades da sociedade civil e direcionar por meio de políticas públicas ações que venham ao encontro das necessidades locais.

Para alcançar uma democracia transparente, ampliar o conhecimento da cidadania, é preciso promover a mobilização da sociedade civil para alargar suas relações com o Estado; mas na questão agrária, o confronto apresentou-se como única alternativa de abertura para a negociação.

A concentração fundiária apresenta-se como o principal fato que enseja o conflito, constitui um dos maiores problemas políticos em que se baseia a questão agrária. A ausência de vontade políticas para solucionar o problema da questão fundiária, a fim de reduzir a exploração e as desigualdades, a solução do momento social é a ocupação como forma e espaço de luta e resistência camponesa (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.113).

No contexto das famílias que acompanharam esse processo de luta pela terra, somente 22 (vinte duas) aceitaram ser transferidas para São Sebastião, estas famílias formaram o Pré-Assentamento Nova Vitória, acampadas em dezembro de 1998 na comunidade rural da Aguilhada em São Sebastião-DF.



Figura 01. Imagem das primeiras famílias que chegaram ao Assentamento Nova Vitória, arquivo pessoal de Rosilda Martins, 1998.

A chegada das famílias à região apresentou recusa por parte dos moradores locais. O discurso dos mesmos era de que havia chegado os “sem terra” e que a partir daquele momento tudo seria destruído. A comunidade local se opôs contra o acampamento, por motivo de uma área com plantio de pinheiros, oriundos do Projeto de incentivos fiscais da empresa Pro-Flora Agroflorestal LTDA, tal fato gerou a denúncia ao Ministério Público Federal nominada MPF/PR-DF nº

1.16.000.000287/2000-61 do Meio ambiente.

Como a movimentação dos assentados para a região da Aguilhada, ocorreu devido uma negociação com o governo. O Secretário de Agricultura<sup>18</sup> da época entregou aos mesmos uma documentação denominada Licença de Ocupação Provisória que garantia momentaneamente, a permanência dos mesmos na região.

A presidente da associação Rosilda Martins destacou que o governo<sup>19</sup> da época, pertencia ao Partido dos Trabalhadores e estava em final de mandato e não foi reeleito. E o governo, que assumiu o Distrito Federal não manifestou interesse em ajudá-los. O maior desafio para a produção de alimentos era que, mesmo com a LOP – Licença de Ocupação Provisória que dava direito aos acampados de distribuir as chácaras individualmente em módulos de 8 a 10 ha, não eram apoiados para a defloração dos lotes individualizados.

No entanto, no ano de 1999 a instituição Fundação Zoobotânica do DF propôs um acordo com os acampados, diminuiria os módulos das chácaras para 03 a 04 ha e que assentaria a todos definitivamente, inclusive promovendo o corte e destoca dos eucaliptos na área. A proposta foi aceita pelos acampados, mas a única coisa que receberam naquele ano foi uma demarcação topográfica que delimitava onde seriam localizadas as chácaras.

No ano 2000, a Secretaria de Agricultura autorizou a retirada dos eucaliptos com a destoca de 01 ha por agricultor para a construção de suas moradias, bem como a autorização para receberem assistência técnica.

Um fato importante é que comprovantes que compunham a pasta do histórico do assentamento na Secretaria de Assuntos Fundiários, com a extinção desta secretaria ela desapareceu, e os assentados tiveram que reestruturar todas as informações legais que os respaldava. Era necessário se municiar com todos documentos que dispunham, mas as condições precárias oriundas da realidade da reforma agrária no Brasil não permitiu que todos os documentos estivessem em boas condições de uso e alguns documentos já haviam se perdido pelas intempéries do tempo, já estavam molhados, alguns rasgados e outros muito sujos de lama.

Essa situação gerou um certo transtorno por um tempo, mas devido ao poder de mobilização da Associação local, ASPRONOV, o problema foi resolvido. Porém,

---

<sup>18</sup> João Luiz Homem de Carvalho, Secretário de Agricultura

<sup>19</sup> Cristovam Buarque, governador do Distrito Federal

permaneceram sustentados em promessas de regularização, em contra partida foi realizada a retirada dos tocos em mais 2 ha por assentado, para assim poderem realizar plantio, tanto para sua subsistência, quanto para a comercialização local.

A ausência de documentos que comprovassem o direito de uso da terra para os assentados do Nova Vitória, muito dificultava a permanência deles no campo para realizarem a produção, tendo em vista que, sem esse documento, não dispunham de garantias para a operacionalização de crédito rural. A situação de financiamento bancário foi resolvida tempos depois, com empenho por parte das instituições bancárias, juntamente com assistência técnica para enquadramento dos assentados em outras linhas de crédito que permitiam como garantia para viabilizar o crédito o “aval cruzado”<sup>20</sup>.

Um outro agravante do problema dos assentados era a ausência de infraestrutura, principalmente a falta de água, que impossibilitava a produção de alimentos, bem como o atendimento para o consumo humano.

Esses primeiros anos de assentamento, exigiram árdua dedicação por parte dos assentados em criar infraestrutura, capaz de oferecer condições de produção de alimentos e moradia, a fim de garantir a manutenção e a subsistência da família.

Mas tornava-se necessário o reconhecimento mais profundo das necessidades desse assentamento de forma sistematizada. E baseado na estruturação das demandas da Política Nacional de ATER (PNATER), lei 12.188 do ano de 2010 a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF) assumiu esse desafio de possibilitar a formação dos técnicos de ATER, por oportunizar novas posturas diante destes desafios.

Muito se tem discutido sobre a postura da extensão rural ao longo de sua trajetória, seu modelo difusionista, “convencional”, conhecida como uma “extensão de transmissão de conhecimento”<sup>21</sup>. A grande expectativa é que possa haver alterações das relações de poder e dominação no âmbito do exercício profissional da extensão rural por meio da implantação da PNATER e com apoio na formação desses agentes, em ações participativas para a promoção

---

<sup>20</sup> Tipo de garantia estabelecida para um grupo de pessoas, em que todos se avalizam coletivamente e que após realizado o pagamento completo do grupo em todas as parcelas, podem estabelecer um novo crédito com possibilidade de obtenção de um valor maior para financiamento.

<sup>21</sup> No livro *Extensão ou Comunicação* Freire, (1977). Promove esta reflexão também Favero (2005) e Callou (2008).

construção de um olhar transdisciplinar de saberes globais e locais para promover um desenvolvimento rural sustentável.

Segundo Caporal e Ramos (2006, p.1) estavam sendo desafiados a romper com a inércia, que os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestados aos agricultores familiares e assentados para a conquista do desenvolvimento estavam equivocados. Faz-se necessário um processo que seja capaz de promover e apoiar técnicas que possam levar a sustentabilidade, econômica, social e ambiental do espaço rural brasileiro. Essa nossa concepção requer das entidades públicas e privadas de ATER, assumirem novos comportamentos, métodos e técnicas para viabilizar aos agricultores uma ação participativa e democrática para os processos de intervenção comunitária.

Para tanto, desde o ano de 2005, a EMATER-DF encaminhou técnicos para mestrado e apoiou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nos cursos de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu na Universidade de Brasília na coordenação do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) formando técnicos de ATER de todo o Brasil, para atuarem com uma nova postura de intervenção conforme proposto pela PNATER:

(...) promoção de uma ATER pública de qualidade, com agentes comprometidos com a agricultura familiar, com intervenção dialógica, construtiva, com uma práxis democrática e de orientação libertadora, com foco em uma extensão rural agroecológica.

Após esse momento de imersão na academia, a EMATER-DF teve como resultado o desenvolvimento do instrumento Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR) sendo implementado pelos técnicos para apoiar no processo de intervenção junto as comunidades rurais. O objetivo do instrumento continua sendo apoiar os grupos de interesse local, diante da complexidade nas relações sociais no processo de gestão social e atender as demandas da gestão de políticas públicas específicas para cada comunidade.

### 3.3 O Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural – IDCR e o Plano de Ação Interinstitucional (PAI): relações de poder e protagonismo nas estruturas internas da gestão social

O processo de implantação do IDCR no Assentamento Nova Vitória deu-se no início do ano de 2011, em conjunto com outros diagnósticos aplicados em 20 (vinte) comunidades rurais do Distrito Federal e 11 (onze) assentamentos do Entorno (Planaltina de Goiás, Água Fria, Formosa, Vila Boa, Padre Bernardo e Cristalina), no período do ano de 2008 até 2014. Abaixo apresentamos mapa das unidades locais na EMATER no DF .

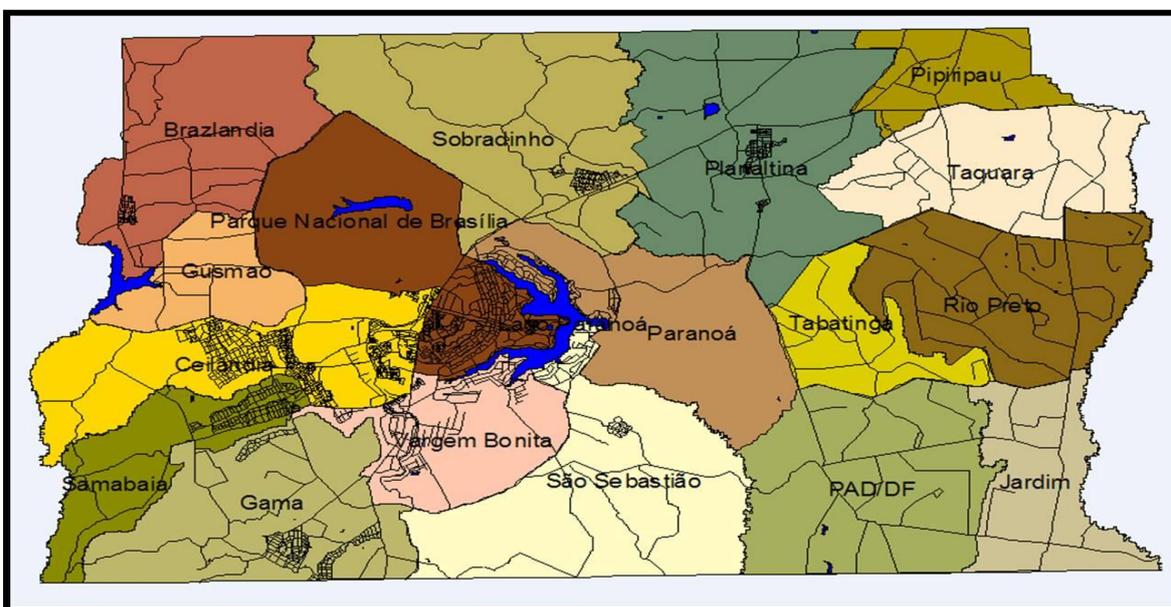


Figura 02. Mapa das áreas rurais do Distrito Federal. (EMATER-DF)

Destacamos que essas tabelas apresentadas abaixo, apresentam uma explanação simples, dos dados dos relatórios diagnósticos do IDCR, elaborados e aplicados pela instituição pública, EMATER-DF. Sua análise corresponde a apresentação da unidade local da instituição que realizou o processo de diagnóstico, o ano da realização e a comunidade rural que participou, juntamente com o respectivo resultado do índice de desenvolvimento desta comunidade. O principal objetivo é que possa ser visualizado um panorama em termos de desenvolvimento das áreas rurais dentro do Distrito Federal, bem como dentro do entorno, bem como construir ações que contribuam com a promoção deste desenvolvimento.

Tabela 01. Relatórios do IDCR nas comunidades rurais do DF parte Oeste de Brasília.

Unidade Local EMATER-DF	Ano	Comunidade Rural	Valor do IDCR
Alexandre Gusmão	2009	Chapadinha	0,435
	2010	Orla do Descoberto	0,443
Brasília	2010	Assentamento Chapadinha	0,331
Brazlândia	2010	Betinho	0,371
Ceilândia	2009	Laje da Jiboia	0,312
	2010	Veredas	0,337
Gama	2008	Monjolo	0,301
	2010	Recanto dos Buritis	0,352

(Fonte:EMATER-DF 2014)

Tabela 02. Relatórios do IDCR nas comunidades rurais do DF parte Leste de Brasília.

Unidade Local EMATER-DF	Ano	Comunidade	Valor do IDCR
Jardim	2009	Buriti Vermelho	0,298
	2009	Suçarana	0,329
PAD-DF	2010	Lamarão	0,397
Paranoá	2009	Boqueirão	0,349
Pipiripau	2010	Fazenda Larga	0,354
Planaltina	2009	Sítio Novo	0,403
Rio Preto	2011	Chácara 90	0,399
São Sebastião	2009	Nova Vitória	0,408
Sobradinho	2010	Contagem	0,391
Tabatinga	2010	Barra Alta	0,392
	2010	São Gonçalo	0,429
Taquara	2008	Xavier	0,431

(Fonte:EMATER-DF 2014)

Tabela 03. Relatórios do IDCR nas comunidades rurais do entorno, atendimento a chamada pública SR/28 no ano de 2011.

Unidade Local EMATER-DF	Município	Assentamentos GOIÁS/ INCRA SR28	Nº de Famílias
Pipiripau	Água Fria	Cigano	19
		Santo Antônio das Brancas	42
		Sonho Realizado	32
		Terra Conquistada	54
	Planaltina de Goiás	União Flor da Serra	43
		Itaúna	100
		Cocal Água Quente	39
Sobradinho	Planaltina de Goiás	Rio Maranhão	29
		Contagem	38
Brazlândia	Padre Bernardo	Colônia I e II	45

(Fonte:EMATER-DF 2014).

Destacamos que estes dados podem possuir algumas discordâncias em suas análises, tendo em vista a identificação de limitações de entendimento por parte dos aplicadores do diagnóstico, que possuíam conhecimento diferenciado sobre a aplicação e conceitos. É necessário que antes da aplicação, haja treinamento dos agentes de ATER, conforme preconiza Orsi (2009) em seu encadeamento metodológico, para apresentação do uso da ferramenta, para maior alcance dos resultados esperados.

Outra observação apresentada, consta da complexidade de entendimento dos termos utilizados no questionário, que exige conhecimento técnico específico em agropecuária, para permitir interpretação de algumas perguntas apresentadas ao agricultor. Também, é necessário que se estabeleçam a definição de perguntas, com a estruturação de questionários específicos, condizentes com os diferentes públicos que compõem o contexto da agricultura, sejam eles agricultores familiares, assentados, acampados e demais grupos.

Cabe ressaltar a fragilidade encontrada na sistematização dos dados, realizados em planilha de excel, com inserção manual de dados individuais, que demandam tempo e atenção. Característica essencial para êxito na exatidão das informações. Mas a EMATER DF,

estava empenhando esforços para criação de um programa específico de sistematização de dados com leitura digital.

O Assentamento Nova Vitória, localizado na Região Administrativa de São Sebastião-DF, composto por 22 famílias, foi o único projeto de assentamento do DF que conseguiu pautar recurso público do Estado para atender as demandas locais por meio da gestão social com a utilização do instrumento IDCR. Cabe aqui a busca do entendimento sobre a complexidade do processo enfrentado pela gestão social do Assentamento Nova Vitória, para identificar e executar ações de protagonismo social diante do processo de promoção de desenvolvimento territorial.

A EMATER-DF iniciou o processo realizando uma consulta prévia com a liderança da comunidade, para identificar se era do interesse deles, que esse tipo de exercício coletivo e participativo fosse realizado na comunidade, pois demandaria tempo e compromisso de todos os atores envolvidos no processo. Após a resposta afirmativa dos membros da associação, houve uma reunião de apresentação do IDCR para todas as famílias do assentamento, que emitiriam a sua opinião e participaram da construção da seleção dos jovens da comunidade que seriam contratados pela instituição como estagiários para realizar a aplicação do diagnóstico.

Esse momento trouxe bastante motivação e euforia entre os presentes, primeiro porque manifestaram a importância de serem consultados sobre algo que iriam fazer, antes de iniciar o processo e depois que a participação dos jovens nesse momento, traria mais envolvimento e integração entre os mesmos com a comunidade. Para Cohen (1989, p. 21) citado por Lüchmann (2007, p. 50), trabalhar esse pensamento, é uma forma de se fazer entender que quando se permite o “procedimento ideal de deliberação e tomada de decisão”, as pessoas que compõem o processo, formam um entendimento que está ligado a uma percepção de ideal, de uma combinação igualitária, em que todos opinam, participam e constroem juntos, permitindo, porém uma maior satisfação e, conseqüentemente, maior motivação.

O processo de inclusão dos jovens para tomada de decisão juntamente com a comunidade, permitiu oportunizar e garantir direitos e permitir que sejam protagonistas deste novo momento do desenvolvimento. É esse momento portanto bastante oportuno, para se compreender a complexidade e as singularidades dos jovens que precisam ser levadas em consideração, pois a possibilidade de um acesso a renda para o jovem e sua família, além de viabilizar sentimento de domínio de controle financeiro promove auto-estima, favorecendo o

sentimento de pertencimento em relação a comunidade.

A comunidade teve que selecionar dois jovens, que seriam contratados por 1 ano como estagiários pela EMATER-DF. Se executassem o trabalho com eficácia e eficiência a contratação seria prorrogada por mais 1 ano. Esse processo de contratação dos jovens na EMATER-DF ocorreu por meio do programa menor aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego, que foi um programa nacional de estímulo ao primeiro emprego criado em 2003, para jovens entre 14 a 24 anos para se qualificarem profissionalmente, de contrato de trabalho determinado.

Após a seleção da comunidade para a escolha dos 2 (dois) jovens que atuariam na execução do contrato (agora chamados de agentes de desenvolvimento comunitário do Assentamento Nova Vitória) tinham por função visitar as 22 propriedades rurais aplicando os diagnósticos do IDCR. Posteriormente, apoiariam na organização e sistematização dos diagnósticos e finalmente, realizarem a restituição e apoio para execução do Plano de Ação Interinstitucional-PAI. Todas as ações com apoio e supervisão dos técnicos da instituição.

Cabe ressaltar que, antes do início do exercício destas atividades, houve um processo de formação desses agentes de desenvolvimento, com o objetivo de ampliar os conhecimentos, para a promoção da autonomia e a capacidade de domínio e transformação do ambiente em que vivem (SANTOS, 2000, p. 79). Da mesma forma que o autor ressalta, Orsi (2009) reforça que formar capital humano e se apropriar de tecnologias inovadoras, contribui com suas competências e habilidades para o processo construção do desenvolvimento da comunidade.

Essa formação processual que a ferramenta do IDCR utiliza, acontece não só com os agentes de desenvolvimento, mas também com os agricultores ao longo do processo de construção do Plano de Ação Interinstitucional (PAI), são momentos de ação reflexão sobre as necessidades locais, que permitem a construção do capital social da comunidade. Isso se traduz como uma prática inovadora, pois cria-se um laço ao se fazer escolhas refletidas sobre a estrutura social, pessoal e das situações de atuação como protagonista dos fatos e acontecimentos. Bourdieu (1980) aborda capital social como:

[...] um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1980).

É fundamental que a construção deste processo de formação, possa ser vista a luz da construção feita por Cohen (1989, p. 21) citado por Lüchmann (2007, p. 50) que esta baseada no pressuposto de política deliberativa, no sentido de construção democrática e participativa realizada por um grupo de pessoas comprometidas que se associam entre si, e por meio de considerações construídas coletivamente, promovem sentimento de igualdade e solidariedade. Quando se promove a participação voluntária, inicia-se o projeto de construção de objetivos comuns a fim de se alcançar unidade, por esse motivo é que toda a comunidade deve estar envolvida no processo e necessariamente precisa ser ouvida.

O IDCR é um processo que deve envolver os integrantes da comunidade com os agentes de desenvolvimento que farão o levantamento de dados em cada propriedade. Isso deve ocorrer desde o início do processo de implementação, por meio do curso de formação até o processo final de avaliação das ações de desenvolvimento da comunidade por meio da construção do Plano de Ação Interinstitucional (PAI). O período que compreende o processo de formação permite a reflexão de diversos níveis de conhecimentos que caminham desde se entender de metodologias de problematização, elaboração de diagnósticos, construção de processos de organização e gestão social, até a discussão de conceitos como: políticas públicas, desenvolvimento, sustentabilidade, empoderamento, pertencimento, entre outros.

O objetivo do entendimento desta construção conceitual, ocorre em virtude do processo de levantamento de dados do IDCR, onde relação de indicadores multidimensionais que identifica as habilidades da região, os limitantes ambientais, econômicos, de promoção de bem-estar, produtivos e de prestação de serviços que precisam ser identificados. Após esse momento, os dados serão sistematizados e farão parte de um relatório diagnóstico que identifica o índice de desenvolvimento da comunidade (IDCR), que serve para a comunidade apresentar os diversos segmentos do setor público, como explica Orsi (2009), como uma ferramenta de intervenção que permite uma análise de multicritério.

Essa análise tem por função identificar as necessidades e definir prioridades da comunidade com informações de áreas importantes que permeiam o desenvolvimento. São sistematizadas em seis dimensões básicas: de promoção e bem-estar social, cidadania, agroecologia, necessidades ambientais, econômicas e de apropriação tecnológica (ORSI, 2009).

O objetivo da técnica de análise de multicritério é estruturar e combinar as diferentes análises a ter em consideração no processo de tomada de decisão, sendo que a tomada de decisão se baseia em escolhas múltiplas e o tratamento dado a cada uma das escolhas condiciona, em grande medida, a decisão final. A análise multicritério

ser usada para retratar o raciocínio e as convicções subjetivas das diferentes partes interessadas sobre cada questão em particular. É, normalmente, usada para sintetizar opiniões expressadas, para determinar prioridades, para analisar situações de conflito, para formular recomendações ou proporcionar orientações de natureza operacional. (ROY B.; BUYSSOU D. 1993, p. 21).

Orsi (2009) compartilha a ferramenta que permite a construção de um relatório diagnóstico, que se organiza e está sistematizado através de entrevistas individuais.

Para o governo do DF, a definição do índice de ponderação foi admitida pela participação dos membros eleitos e efetivos do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS-DF) que elegeram as prioridades das comunidades, definiram um peso em valor de 0 a 5 para delimitar parâmetro de importância do instrumento. O peso próximo a 0 é definindo como o de menor importância e o peso 5, como o de maior importância. Esse mesmo processo foi repetido na região do entorno com um diferencial. Como nos municípios não dispunham de conselho de desenvolvimento local, cada assentamento participante do projeto elegeu 2 (dois) representantes por assentamento, no sentido de estabelecer parâmetros territoriais para aquele município.

A partir da coleta de informações e tabulação das prioridades, Orsi (2009) explica que a partir do processamento de dados são geradas informações que permitem avaliar o desenvolvimento da comunidade, por meio de imagens gráficas, com a especificação de barras horizontais relativas a cada pergunta específica para os temas e dimensões que foram eleitos para servir de indicadores. Esses temas abrangem componentes que estão contidos no questionário que avalia o estado de insegurança e desequilíbrio de cada dimensão e, posteriormente, cada uma das dimensões terá o seu próprio gráfico, assinalando por meio dos indicadores representados quais estão mais vulneráveis ou mais equilibrados. A demonstração em separado de cada gráfico apresenta a limitação específica de cada dimensão e a situação pontual que deverá ser investigada.

Esse relatório-diagnóstico com as representações gráficas apresenta um estado de sustentabilidade da comunidade, com a demarcação de um tempo inicial que denominado de Tempo Zero - "T0" - que serve como referência para o primeiro resultado comparativo. A manutenção do questionário inicial é sempre orientada, pois a alteração de parâmetros do diagnóstico inicial resultará na definição de outras especificações e outros índices para pesquisa (ORSI, 2009).

Os indicadores do IDCR, segundo o mesmo autor, estão fundamentados na sequência de

demandas da pirâmide de Maslow<sup>22</sup> (1987), que assim como Paim (2001, p.74) *apud* Eduards (1968), Davidoff (1983) compartilha dos conceitos e da motivação apresentada pelo estímulo de comportamentos que visam satisfazer suas necessidades básicas, bem como a necessidade de sentir-se amado, fundamental para o ser humano adaptar-se, estimular os sentidos, ter motivação para crescimento com necessidade de aperfeiçoamento pessoal e ser reconhecido, e finalmente a necessidade de expressão de ideias para promover comportamentos e sentir-se atuante nos processos de participação.

A Figura 03, apresentada a seguir, traz as expressões em sua base das necessidades básicas do ser humano. Posteriormente expressam-se as necessidades psicológicas específicas de cada indivíduo e finalmente no topo da pirâmide as necessidades de auto realização que expressam desejos mais profundos e qualificados após o atendimento de todos os anseios e desejos anteriormente estabelecidos.

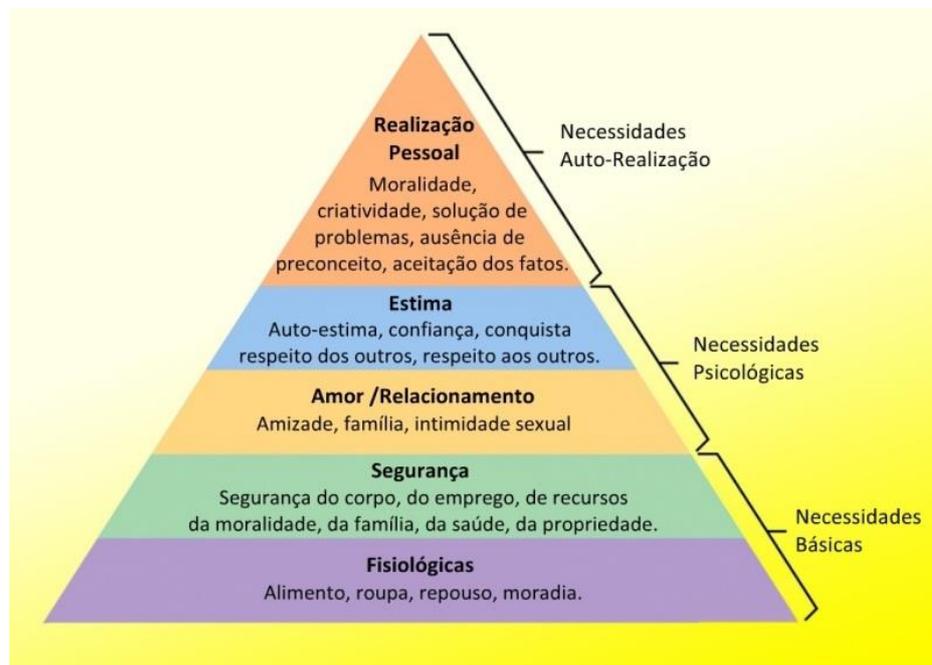


Figura 03. Pirâmide de Maslow – Hierarquia das necessidades.

<sup>22</sup> Paim (2001, p.74) traduz que a Hierarquia dos Motivos segundo Maslow - A Pirâmide de Maslow (1987): O psicólogo Abraham Maslow concluiu que “é inato dos seres humanos cinco sistemas de necessidades, dispostos hierarquicamente em forma de pirâmide, na qual podemos constatar que, por mais que as pessoas estejam socializadas, elas continuam sendo "animais carentes" durante todas as suas vidas. Após alcançarmos um estágio de necessidades, um outro o substitui, fazendo-nos subir através de sistemas de necessidade cada vez mais elaboradas, desde que essas novas necessidades não comprometam ou abatem as necessidades inferiores, mais básicas e essenciais do ser humano”.

A oportunidade em atender estas inúmeras necessidades dos indivíduos, se torna um dos principais fatores para permitir maior envolvimento, participação dos indivíduos na realização de atividades, facilitação da aprendizagem, no desempenho de suas funções, na atenção aos deveres e a motivação das pessoas, como um fator de comportamental, fundamental para proporcionar interferência e envolvimento das ações, influenciando de sobremaneira todos os demais comportamentos (RODRIGUES, 1991).

Para áreas de assentamento da reforma agrária, esse fator é primordial para o envolvimento no contexto comunitário, para nortear a hierarquia de necessidades, bem como envolver o conjunto de pessoas para viabilizar pertencimento.

Na proposta de Orsi (2009), o IDCR tem por objetivo encaminhar demandas com orientação em que o homem, no seu intelecto seja percebido, com uma construção através do diálogo, positivo, otimista, com foco no meio ambiente e no crescimento com equilíbrio em ampla extensão tanto local, (o ambiente), quanto municipal,(regional), buscando assim, a concordância como corpo coletivo, com identidade rural.

A ferramenta tem por função traduzir demandas sociais nas esferas de Estado e na iniciativa privada, bem como a identificação dos recortes regionais, estaduais e seus seguimentos produtivos, também apregoa a construção de um Plano de Ação Interinstitucional (PAI), que permite a gestão social local elaborar estratégias de conquistas para as necessidades locais.

Com a utilização do instrumento IDCR no Assentamento Nova Vitória em São Sebastião-DF, e por meio da execução do Plano de Ação Interinstitucional (PAI), iniciou-se o processo de reconhecimento das necessidades locais, com foco na resistência para superar suas limitações, aproveitando seu potencial local e a contribuição em políticas públicas construídas por uma boa capacidade de negociação com as instituições dos diversos setores.

Este assentamento foi o único caso do Distrito Federal que levantou demandas e de forma participativa com os agricultores e suas famílias, a fim de viabilizar uma gestão de políticas públicas mais específicas para a comunidade e que pautou orçamento do Estado.

Todo esse processo se deu devido a demanda social e política dos atores atuantes nas ações de desenvolvimento rural localizados no Assentamento Nova Vitória. A EMATER-DF assumiu esse desafio, de consolidar processos de intervenção para envolver os integrantes da

comunidade em um debate das necessidades locais, para identificar e viabilizar ações participativas para construir o entendimento dos diferentes níveis de desenvolvimento.

Para um nível profundo e consistente de atuação, nesse processo de intervenção “é necessário a superação de paradigmas”<sup>23</sup> de forma a permitir que as pessoas percebam que qualquer iniciativa de desenvolvimento, o homem é, em princípio, meio e fim dessa condição. Sendo assim, o maior diferencial desta intervenção é a sua viabilização através da dedicação das pessoas para a gestão social, que externaliza a coleção de resultados. Desta maneira, é fundamental o grande desafio para a ATER pública, que deve permanentemente a importância da proposta diante desses atores sociais, que passam por uma multifuncionalidade<sup>24</sup> na agricultura, tornando ainda mais complexa a construção dessas relações. Neste sentido, o maior diferencial das comunidades é a construção da proposta de desenvolvimento territorial que permita maior equidade de oportunidades para todos.

Santos (2000, p. 117) propõe uma ideia de transição de paradigma a fim de permitir que uma nova forma de conhecimento permita para esse processo de intervenção social e emancipação, faça romper com a auto-reprodução do capitalismo. É importante que os problemas sociais assumam uma condução de identificar e resolvê-los.

Desta forma, Giddens, (2002, p. 12), traduz que estamos em momento, com oportunidade de vivermos “experiências mediadas”<sup>25</sup>, em que a autoidentidade possa ser refletida de forma organizada, que o projeto auto-reflexivo permita identificar narrativas de um lugar de forma coerente, com contexto, com significado singular e particular, construída e reconstruída sob um contexto local e global, com estilo de vida a partir da diversidade de opções, formada pela pluralização<sup>26</sup> dos contextos.

---

<sup>23</sup> Paradigma citado por Ricardo Abramovay em Paradigmas do capitalismo agrário em questão (1998, p.21), e definido como termo das ciências humanas, defendido por Thomas S. Kuhn (1962/1987), mostrou por meio das revoluções científicas, que ocorre “com indivíduos que não são de espírito completamente abertos e prontos para aceitar as novidades e os desafios colocados por ela”. Percebe-se um paradigma quando novas medidas de revoluções científicas são implantadas, e outros padrões de julgamento são estabelecidos.

<sup>24</sup> Já discutida por Maria José Carneiro em camponeses, agricultores e pluriatividade, (1998, p.148).

<sup>25</sup> Para GIDDENS, “e o envolvimento de influências temporal/espacialmente distantes com experiência sensorial do homem”.

<sup>26</sup> Anthony Giddens (2002, p.13) traduz a pluralização de contextos, como uma ação de escolhas e estilos, respeitando um “planejamento de vida reflexivo e organizado, que traduz riscos de contato com o conhecimento especializado, como característica de estruturação de autoconhecimento”.

O diferencial na utilização da ferramenta de diagnóstico IDCR, destacada por Orsi (2009) e as metodologias participativas propostas nesse trabalho, visam dar voz e vez às comunidades, sem discriminar o nível de desenvolvimento sócio-econômico-cultural em que vive o grupo social, seu grau de comprometimento com as instituições associativas ou o seu potencial produtivo.

Além das metodologias participativas, o paradigma de atuação deve fundamentar principalmente na atenção à agricultura familiar e na produção agroecológica, com uma nova visão relativa ao desenvolvimento do espaço rural.

O objetivo da ferramenta do IDCR é avaliar o desenvolvimento comunitário local, em suas multidimensões (econômicas, sociais, ambientais, agroecológicas, de apropriação tecnológica e de bem-estar social), mas principalmente perceber outros níveis de contribuição com os processos de participação, relações de confiança, as posturas e comportamentos individuais e coletivos, a prática das ações coletivas para a construção do Plano de Ação Interinstitucional (PAI) possibilitando assim, um outro envolvimento das pessoas, uma outra reflexão e permissão para as atitudes de protagonistas.

Entatizamos aqui que a utilização da ferramenta IDCR sem a execução do Plano de Ação Interinstitucional será a prática de um exercício sem aprovação e obtenção de resultado. Isso porque são as ações desencadeadas na construção do PAI que permitirá momentos de reflexão e participação para a promoção do sentimento de pertencimento na realização das ações. O IDCR sem PAI é orfão e a expressão de seus dados terão o caráter superficial.

Bordenave (1983, p. 2), contribui com o contexto de participação, informando que existem diversos níveis de participação, sejam eles de grande ou de pequeno porte (micro ou macroparticipação). A participação de pequeno porte é quando por sua própria decisão e vontade as pessoas se juntam em prol de um único objetivo, sem favorecimento pessoal a fim de obter conquistas comunitárias. O segundo momento nos traz mobilidade e dinâmico por isso é de grande porte, são processos que compreendem a construção realizada por diversas camadas sociais, para a produção de recursos materiais e culturais que traduzem as contribuições da família, escola, trabalho, esporte, atividade religiosa, da comunidade para formar uma aprendizagem prática, constante, refletida, que possa permitir uma trajetória de participação, mesmo com traumas que contribuiram com a desistência da ação de alguns, mas a permanência e a continuidade de outros, a fim de alcançar os objetivos econômicos, sociais, ou políticos que podem ser determinados junto aos poderes públicos.

É importante enfatizar nesta discussão, o entendimento do termo “confiança”, que na construção feita por Giddens (1991, p. 31) trata das consequências da modernidade para relacionamento entre pessoas, como estruturas internas das relações de poder e protagonismo. Um ponto destacado pelo autor é a necessidade de transparência e procedimento para a realização das ações, em qualquer procedimento que se deseja fazer, sendo necessário que as pessoas compreendam o que estão fazendo, que o executor da tarefa careça demonstrar credibilidade e respeito como resultado de suas ações em face aos resultados a serem apresentados.

Giddens (1991, p. 31) destaca confiança como “elo entre fé e crença” e apresenta a necessidade de conhecimento como algo fundamental para aquilo que se vai fazer, domínio do assunto para se fazer bem. É necessário ter domínio das percepções morais, sociais, ambientais, políticas, econômicas e outras para se respaldar quando da tomada de decisões. Desta maneira, é imperativo destacar que na modernidade, faz-se referência ao “impacto da tecnologia sobre o mundo material” levando em consideração o caráter dinâmico e de risco que perpassam as instituições sociais.

Esse momento de reflexão nos faz perceber a complexidade de construir resultados conjuntos e promover ações colaborativas com grupos de pessoas, que diante de tais manifestações, de necessidades comunitárias em busca de interesse comuns, as pessoas se unem para a prática do bem comum. As mudanças de formas da administração pública para uma gestão democrática, participativa, que preconizava a participação popular é fundamental para a construção e formulação de políticas públicas que se fomentem pronunciado papel da gestão social das comunidades.

No contexto da gestão social, como um momento decisório de ação compartilhada e direito à fala sem promoção de constrangimento, intimidação ou violência em um sistema social público, privado ou de organizações não governamentais, tais características apresentam-se como um momento de diálogo, de responsabilidade social pública de interação entre Estado e sociedade civil com o objetivo de promover uma administração pública ampliada com a prática de cidadania deliberativa (TENÓRIO, 2005, p.121).

Quando falamos de cidadania deliberativa, segundo Tenorio (2005, p. 121 *apud* Habermas, 2004), traduzem essa dimensão como uma nova interpretação para a autonomia e a construção dialogada, com o objetivo de se promover a soberania popular, levando em consideração a diversidade moral, ética e dos paradigmas individuais que irão estar presentes

nas formas de construção dialogada.

O principal marco referencial desta construção é a participação em igualdade de condições para possibilitar a forma mais aproximada de consenso com formação de opinião e com a construção de interesses por justificação moral e institucionalização das formas de comunicação.

No próximo capítulo, serão tratadas as questões de gestão social, levando-se em consideração suas relações de poder e protagonismo nas estruturas internas das comunidades que trazem a diversidade das relações sociais para o desenvolvimento territorial, entendendo em especial, as limitações do Assentamento Nova Vitória, objeto desse nosso presente estudo.

## **CAPÍTULO 4 - A DIVERSIDADE DA GESTÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

*“O maior cuidado de um Governo deveria ser o de habituar, pouco a pouco, os povos a dele não precisar.”*

*Alexis de Tocqueville*

Neste capítulo, veremos os resultados do protagonismo da gestão social do Assentamento Nova Vitória, em relação às ações de poder de negociação com os agentes institucionais públicos que representam o Estado, a fim de obter conquistas de pautar recurso público para garantir os direitos sociais da comunidade.

Todo esse trabalho descreve o uso da ferramenta IDCR com a utilização do Plano de Ação Interinstitucional (PAI), que formula ações encadeadas metodologicamente para alcançar os objetivos da comunidade.

Neste momento também serão identificados quais foram os pontos de estrangulamento que limitaram a gestão social local para o alcance dos resultados esperados pelo planejamento.

### **4.1 Gestão Social: relações de poder e protagonismo nas estruturas locais e territoriais**

Para conhecer a atuação da sociedade civil em relação as esferas públicas, temos a necessidade de conhecer a trajetória de conquistas sociais e políticas, construídas nesses

espaços de poder, a fim de promover protagonismo em suas estruturas internas, por meio da ação de cada indivíduo e suas possibilidades de ações à nível político institucional representativa coletivo, para posicionar-se diante da complexidade estabelecida nas relações de diálogo.

No final dos anos 1970, diante dos momentos de reestruturação das conjunturas políticas e sociais, chamado de transições democráticas, surge o conceito de sociedade civil, que traduzia o significado de participação e organização popular para as lutas contra o regime militar. Para respaldar e alterar o nível de poder da sociedade diante das possibilidades de mobilização e organização (GOHN, 2004, p. 21).

O cenário constituído pelo regime não-democrático, era estabelecido de privilégios e acumulação de capital das empresas multinacionais, em que se enaltecia apenas as classes média e alta da população. Com isso, iniciava-se um processo de demanda da sociedade civil, por melhorias nas condições de bens, serviços e direitos sociopolíticos, uma conquista de autonomia independente do Estado.

Essas demandas resultarão na necessidade de organização consciente, livre de ações que propagassem os princípios e práticas autoritárias, de momentos que viabilizassem a tomada de decisões de forma participativa e com autonomia nos diversos espaços de construção dialogada, sejam aqueles dos movimentos por moradia, direitos do trabalho estudantis, entre outros.

Para os espaços internos de discussão, Gohn (2004, p. 22) esclarece que embora as assembleias fossem espaços de construção de agendas e pautas para tomadas de decisões, o que se observava era a existência do domínio e controle interno diante das diferentes lideranças, suas bases e assessorias externas.

A participação da sociedade civil nesses espaços de discussão, era percebido pelo regime político preponderante como ato de rebeldia e desobediência, esclarece Gohn (2004, p. 22). Mas dentro destes espaços de conquista e luta pela liberdade e justiça social, foram destacados líderes e atores sociais que se tornaram protagonistas históricos desses movimentos, que enfatizaram para que estes espaços de luta não se restringissem apenas aos sindicatos ou partidos políticos, mas em outras formas de organização como associações e organizações não governamentais (ONGs).

Segundo Gohn (2004, p. 22), a partir de 1985, inicia-se a abertura dos canais de participação e de representação política, através das pressões populares com alterações dos

processos eleitorais democráticos, que viabilizaram novas formas de poder institucionalizado pelo Estado.

É importante ressaltar que todo esse sistema político de conquista era mediado e se encontravam dentro dos aparelhos do Estado, com características de representação popular, mas com antigas posturas de repressão anti-democrática, adaptadas e reformuladas sob um novo discurso, apenas com reformulação e adaptação de um novo discurso, sem mudança de comportamento.

Apartir do ano de 1990, com a estruturação de novos conceitos e referenciais teóricos, discutiu-se autonomia de forma limitada para dar conta do nível de discussão realizado pela sociedade. E para esse novo momento da discussão sobre cidadania, preconizada pela Constituição de 1988 com a conquista por lei e direitos civis, políticos e melhoria da qualidade de vida. Para Gohn (2004, p.22), esse termo (autonomia limitada) trata da inclusão de direitos de modo coletivo reconhecidos como sociais básicos, que buscam reivindicar também a responsabilidade social dos cidadãos com a inclusão de políticas sociais de governo.

Essa discussão aparentemente simplista, na realidade foi fundamentada com intenso e profundo processo de luta contra o crescente sistema de economia globalizada de mercado, que enfatizava o lucro imediato e contra o sistema político de democracia liberal, formada especialmente por um Estado mínimo, pelo sucateamento de serviços essenciais para a sociedade. A participação da sociedade civil nesse contexto, não significava apenas ocupar espaços públicos, mas lutar pela democratização da gestão pública e intervir nas prioridades políticas.

Para ampliar essa discussão, é necessário entender outras concepções além da de mercado e política de estado. É necessário estudar os efeitos repressores do sistema para com a sociedade. Essa fundamentação das conquistas é permeada por conceitos discutidos por sociólogos, políticos e economistas.

Para formulação de conceitos nos estudos de sociedade civil, Gohn (2004, p. 22) *apud* Putnam (1993), traz questões do empoderamento e capital social, em que identifica que as comunidades cívicas são reconhecidas como “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” e para se sentirem empoderadas no contexto, *empowerment* (empoderamento) é necessário fazer-se pertencido e participante dos momentos de diálogo. (Putnam, 1993, p. 31).

A fundamentação teórica de capital social feito por Gohn (2004, p. 22) apud Putnam (1993), reforça que as teorias fundamentadas como redes de valor para cada indivíduo, precisam estabelecer reciprocidade e confiança, portanto, são ações cívicas que atuam dentro de uma rede de relações sociais recíprocas. Ações individuais, sem construção coletiva perdem a força e o valor, para isso é necessário estabelecer e considerar uma soma de fatores e experiências individuais que formam uma estrutura de capital social.

As ações de reciprocidade e cooperação são oriundas da junção de um espírito igualitário e solidário, e sociedade democrática só existe se sua premissa fundamental for baseada na participação individual consciente ou de grupos organizados (GOHN, 2004, p. 22, apud PUTNAM, 1993).

Essas formas de participação nas esferas públicas podem se dar por meio da atuação em conselhos e outras formas institucionalizadas de representação organizada, a fim de lutar para que o Estado cumpra seu papel no exercício das ações públicas.

É necessário destacar para que haja processo de mudança e transformação da sociedade, deve ocorrer participação não só no plano local, ou no plano micro, mas que estas esferas de discussões sejam ampliadas para o território. Gohn (2004, p. 22) apud Putnam (1993), afirma que o crescimento do valor humano promovido pelas construções solidárias na formação do capital social no contexto local, gera autoconfiança, mas, são no território com a presença e participação das instituições, que se criam espaços de reivindicação comum, definição de prioridades, laços de pertencimento e identidades para definição de conquistas sociais e políticas.

A maior dificuldade diante dessa trajetória é que os atores desse processo de construção, ainda estão muitos baseados nas ações locais, nos projetos focalizados, interesses próprios de suas associações locais. Nesse impasse, surgem movimentos e ONGs apoiados pelo terceiro setor, de perfil mais corporativo, estruturado com apoio de grandes grupos ou companhias empresariais, sem experiência em trabalhos sociais ou alguns com capacidade de se organizarem e defenderem os interesses estruturados em trabalhos de forma processual a fim de defender sua cidadania.

De certa forma, a formação desse impasse surgiu com cenário contraditório, de um lado busca-se a participação comunitária inclusive com políticas compensatórias e de outro discussão mais ampla com entidades, redes e fóruns que lutam por mudanças de transformação social do modelo de desenvolvimento do país, que respeite a ética, a cidadania,

a justiça e a igualdade social de todos. Esse impasse trouxe outras formas de distribuição dos fundos públicos em parceria com a sociedade civil organizada, através do Conselho de Desenvolvimento Local que foram criados em todo Brasil, que estavam desempenhando funções obscuras com o uso dos recursos públicos.

Gohn (2004, p. 24) configura a discussão de parceria na distribuição e uso destes fundos públicos focalizados não em áreas sociais, mas direcionados para execução de projetos pontuais como trabalho com jovens, mulheres, crianças entre outros de interesse apenas do Estado. A atuação sociedade civil nestas ações, são de caráter passivo e criados para receber as propostas e encaminhá-las com prazos e resultados para execução, a fim de descaracterizar as antigas formas de reivindicação dos movimentos sociais.

A estatização das organizações sociais, aqueles que tinham por finalidade a execução de funções públicas por meio de contratos de execução de chamadas públicas, são propostas de contratação das organizações sociais, que não estavam consideradas pela reforma do Estado no ano 1990, sendo que o papel dos conselhos gestores à época era sugerir propostas de execução destas chamadas públicas (GOHN, 2004, p.22).

Diante do exposto de parte da trajetória da gestão social, faremos o diálogo dos resultados obtidos no Assentamento Nova Vitória, com o objetivo de perceber as ações de desenvolvimento local que podem ter contribuído com o desenvolvimento territorial e os níveis de complexidade da gestão social que podem ter impedido a execução destas ações.

É importante perceber que as ações da gestão social, levando em consideração suas relações de poder e protagonismo nas estruturas internas, nos trará luz para a tradução da complexidade das relações sociais para o desenvolvimento, entendendo os pontos de estrangulamento e as limitações deste assentamento.

#### **4.2 O IDCR – Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural no Assentamento Nova Vitória**

Com os resultados do levantamento do IDCR do Assentamento Nova Vitória, temos para compor a base de dados do Relatório-Diagnóstico, entrevistas realizadas com 22 famílias, em 16/11/2009, em 100% da comunidade e a fonte de dados é a EMATER-DF, 2014.

Os assuntos abordados foram especificados somente em suas dimensões macro, para se permitir o entendimento do cálculo do índice.

**i. MULTIDIMENSIONAL**

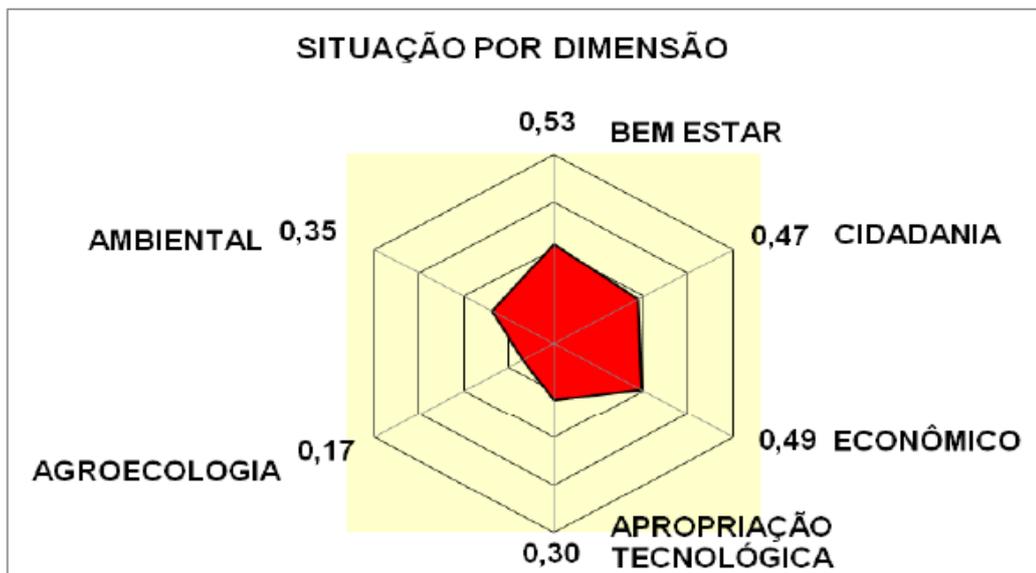


Figura 04 – Multidimensional, situação da comunidade por dimensão do IDCR

**ii. BEM ESTAR**

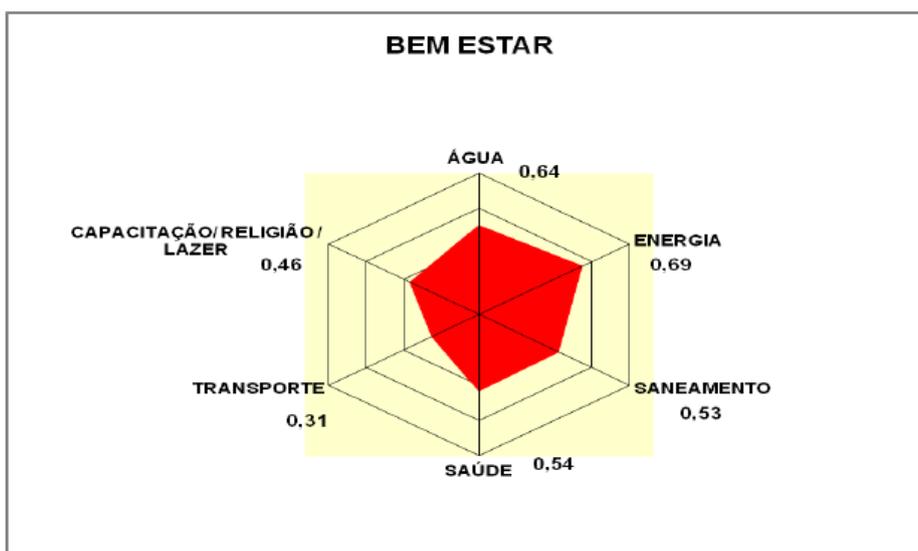


Figura 05 – Dimensão Bem-estar do IDCR

iii. CIDADANIA

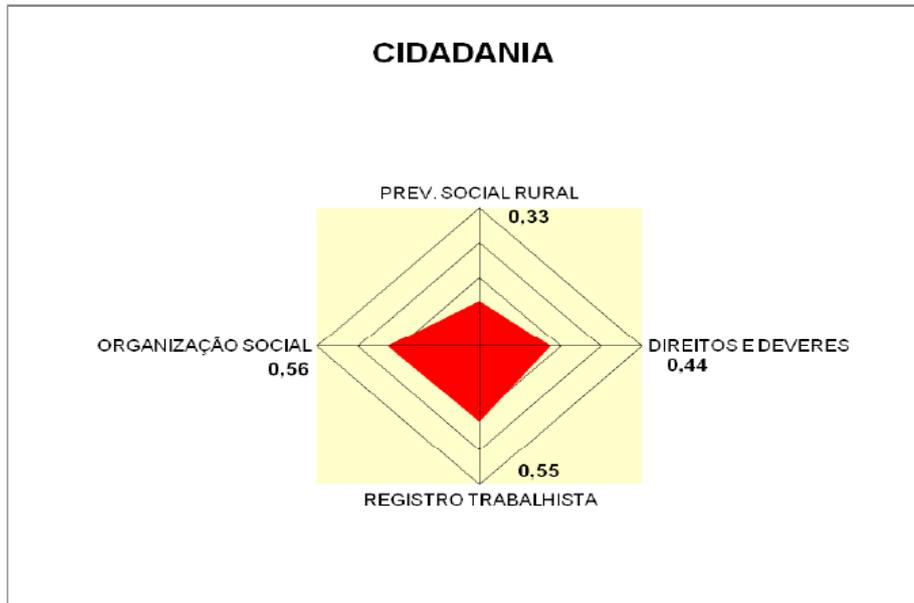


Figura 06 – Dimensão Cidadania do IDCR

iv. ECONÔMICA

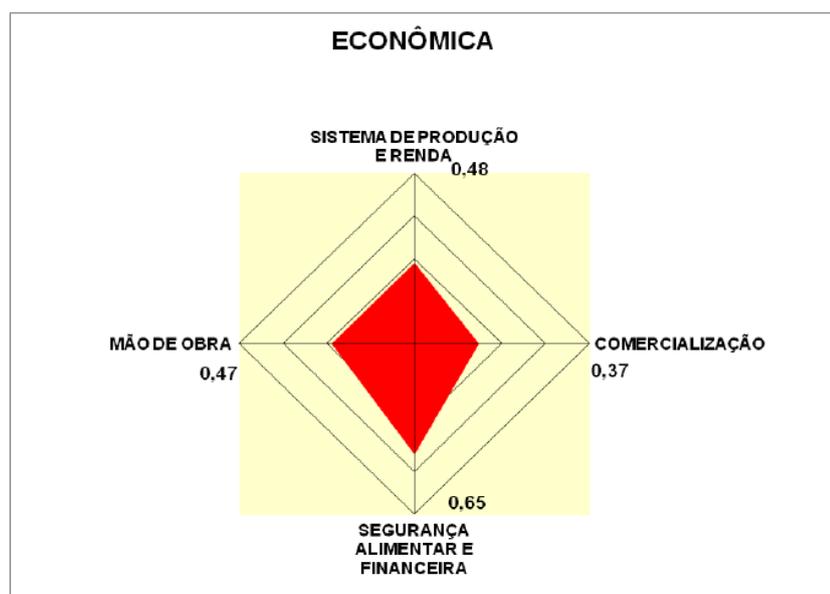


Figura 7 – Dimensão Econômica do IDCR

## v. APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA

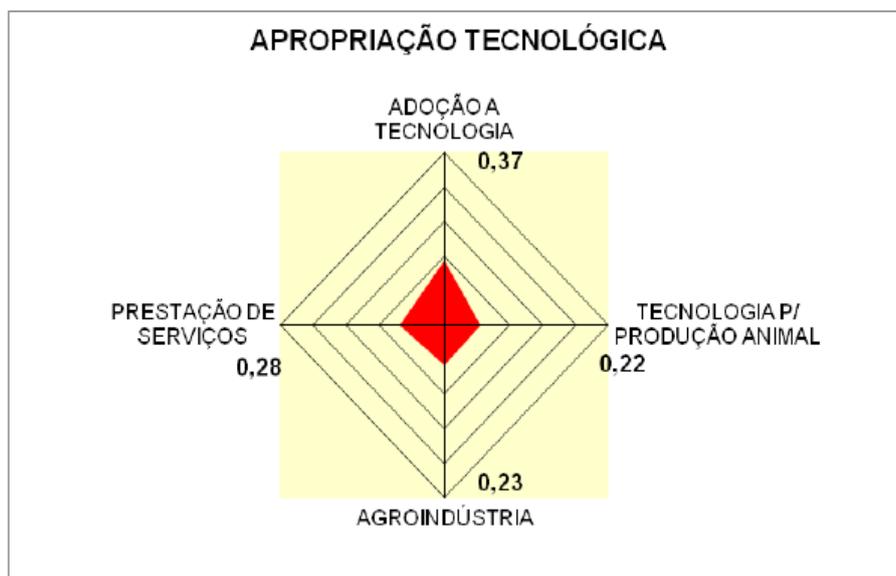


Figura 8 – Dimensão Apropriação Tecnológica do IDCR

**vi. AGROECOLOGIA**

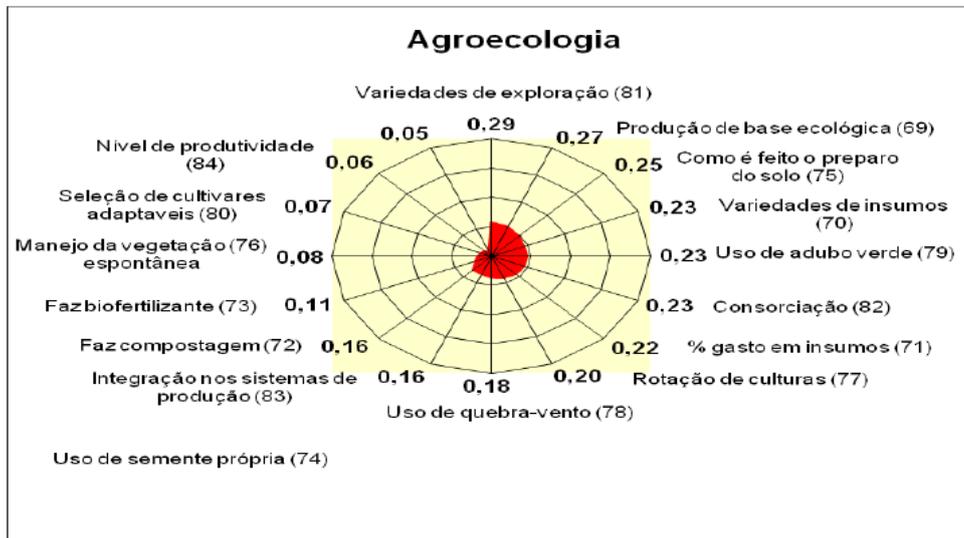


Figura 9 – Dimensão Agroecológica do IDCR

**vii. MEIO AMBIENTE**

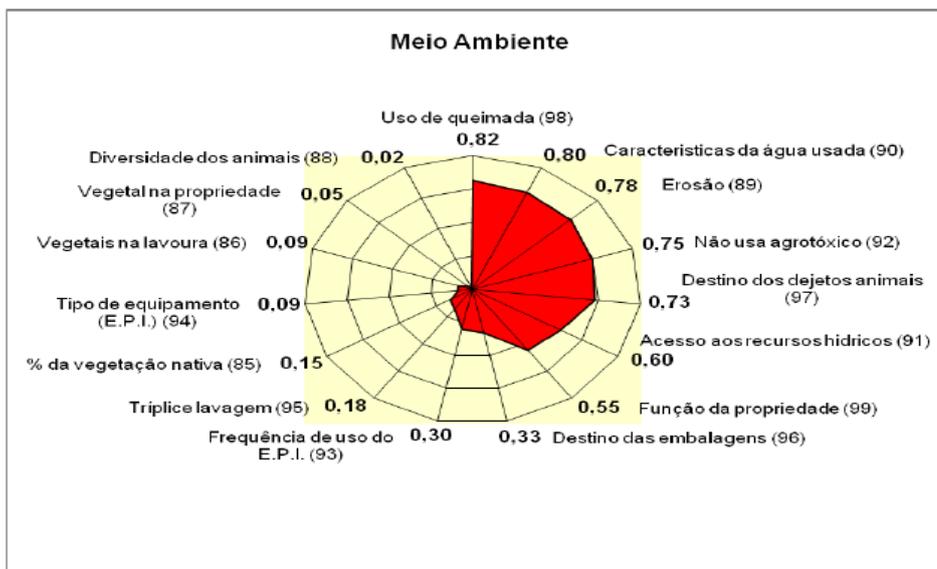


Figura 10 – Dimensão Meio ambiente do IDCR

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GERAÇÃO

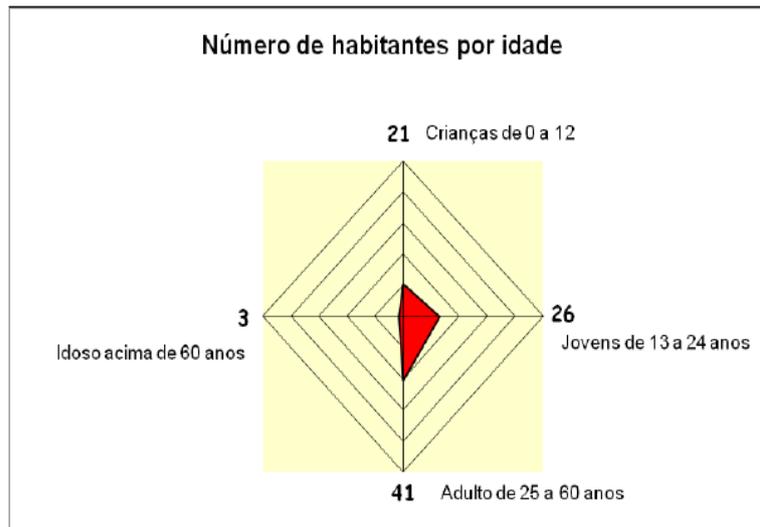


Figura 11 – Distribuição da População por Geração

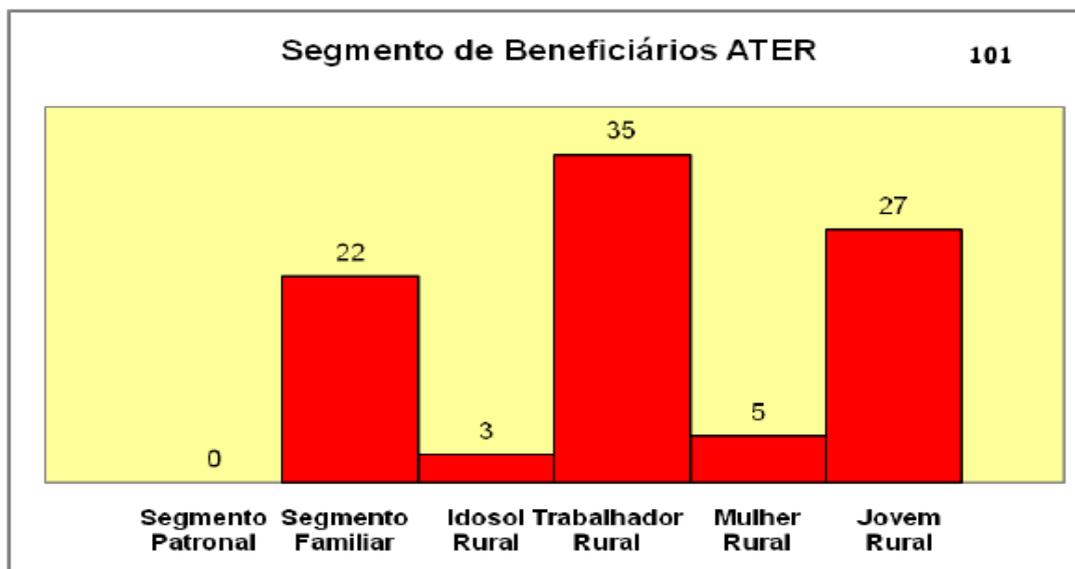


Figura 12 – Segmento de Beneficiários ATER

viii. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

b. QUE JÁ ESTUDARAM

a. ALFABETIZADOS

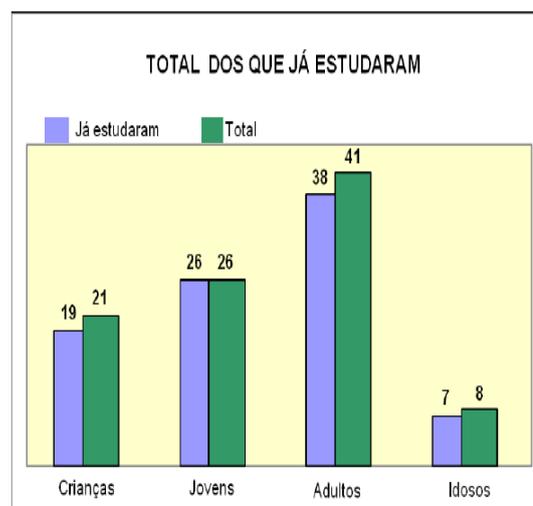
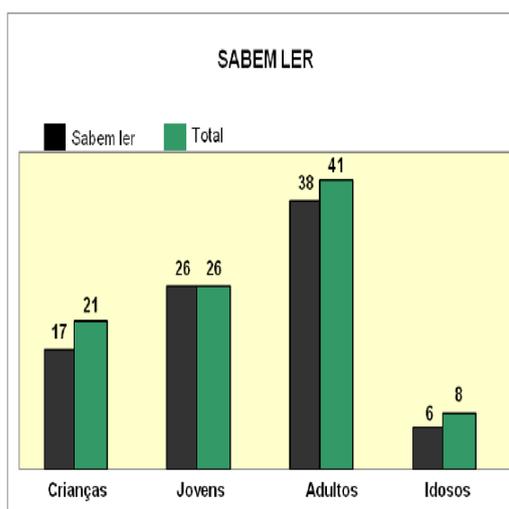


Figura 13 – Distribuição da população por nível de escolaridade

c. NÍVEL DE INCLUSÃO EDUCACIONAL POR GERAÇÃO

Siglas utilizadas:

Nº total = número total de pessoas nesta faixa etária

NFI = Nível fundamental incompleto

NFC = Nível fundamental completo

NMI = Nível médio incompleto

NMC= Nível médio completo

NSI = Nível superior incompleto

NSC = Nível superior completo

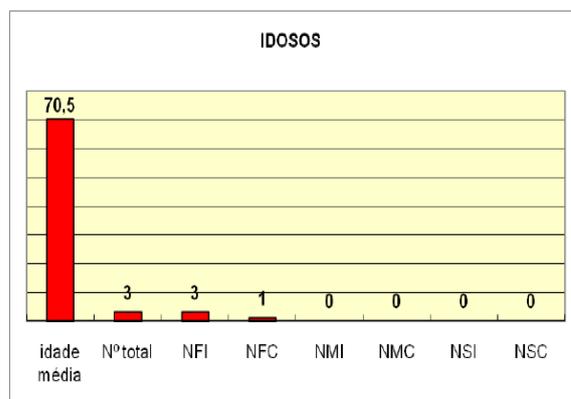
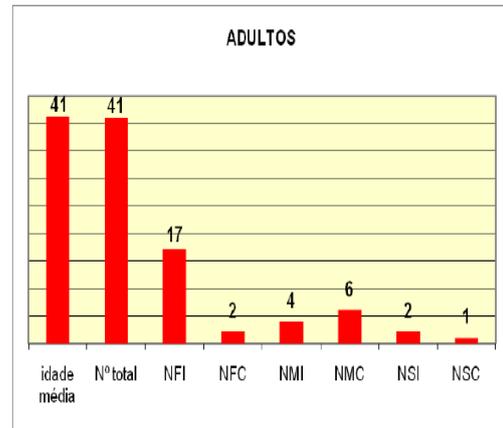
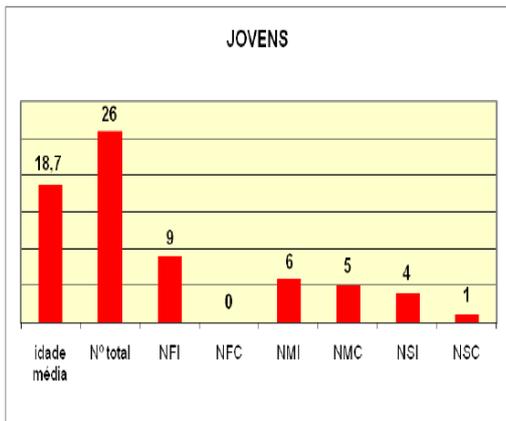
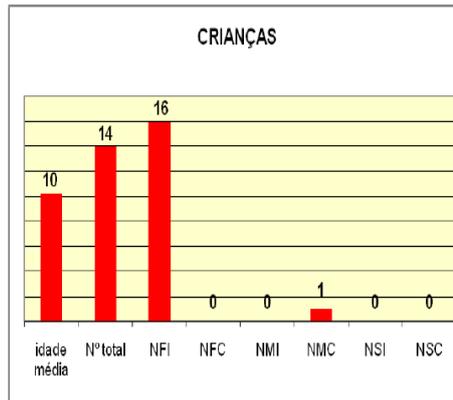


Figura 14 – Nível de inclusão educacional por geração

A coletânea dos índices e dos gráficos apresentados compõem os indicadores do relatório-diagnóstico da comunidade, das situações em seis dimensões, com seus temas e assuntos específicos, que foram apresentados e discutidos com os segmentos de beneficiários da comunidade, para estruturação do PAI. Conforme segue:

Tabela 04. Demonstrativo da composição e dos valores utilizados para gerar o valor do IDCR da comunidade.

<b>Cálculo do IDCR</b>				
<b>DIMENSÃO</b>	<b>VALOR ACUMULADO (COMUNIDADES)</b>	<b>PONDERAÇÃO</b>	<b>ALCANÇADO</b>	<b>IDEAL</b>
<b>BEM ESTAR</b>	0,53	0,20	0,106	0,2
<b>CIDADANIA</b>	0,47	0,20	0,094	0,2
<b>ECONÔMICO</b>	0,49	0,20	0,098	0,2
<b>APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA</b>	0,30	0,13	0,039	0,13
<b>AGROECOLOGIA</b>	0,17	0,13	0,023	0,13
<b>AMBIENTAL</b>	0,35	0,14	0,048	0,14
<b>SOMA</b>		1,00	0,408	1

O valor do IDCR da Comunidade Nova Vitória em 16/11/2009, “Tempo Zero” (T0), é de 0,408. Cabe enfatizar que apesar dos indicadores especificarem a definição de índices em seu valor acumulado, inferiores ao que definiam necessidades mais emergente, o que se observa, conforme define Maslow na hierarquia de prioridades, que a definição pela dimensão bem estar, para atender as necessidades fisiológicas e de segurança, para posteriormente expressarem seus demais desejos psicológicos e de auto realização para as famílias e comunidade.

Partindo da análise dos resultados apresentados e da problematização dos temas e assuntos relevantes, a construção das propostas de enfrentamento e superação das vulnerabilidades e aproveitamento das potencialidades, apresentam-se expressas no PAI (encontra-se nos anexos).

#### **4.3 O Plano De Ação Interinstitucional (Pai) como ferramenta de Gestão Social no Assentamento Nova Vitória**

Buscamos aqui construir a sistematização de informações e resultados, oriundas da construção de ações ocorridas no Assentamento Nova Vitória, em virtude da dinâmica de

construção da gestão social local, por meio do Comitê Gestor, com o levantamento de necessidades da comunidade, a fim de promover um aumento do índice na dimensão Bem Estar e conseqüentemente, ampliar o nível de satisfação dos moradores com o atendimento de suas necessidades em seus diversos níveis.

A redução dos níveis de vulnerabilidades principalmente das famílias assentadas, revela o bom desempenho da gestão social local, permitindo o aumento do IDCR da comunidade em se tornar reconhecida, com possibilidade de financiamentos e implantação de novos projetos.

A análise desta reflexão nos faz perceber a diversidade de ações necessárias para se construir resultados conjuntos e promover colaboração com grupos de pessoas, para isso é fundamental que todo o processo de construção seja fundamentado em uma gestão democrática, participativa, que mediante as manifestações das diversas necessidades comunitárias sejam eleitas as prioridades, conforme preconiza o IDCR em seu Plano de Ação Interinstitucional.

Para agilizar o processo a gestão social local, logo após a leitura e eleição prioritárias necessidades da comunidade, o Comitê Gestor viabiliza a articulação com parceiros institucionais, representantes do Estado, a fim de pautar recursos públicos para atender as demandas da comunidade. Para esse momento chamado de concertação interinstitucional estavam presentes as seguintes instituições: Representante da administração Regional de Sao Sebastiao, representante do conselho tutelar, representante da saúde, Diretor da escola local, Secretario de Agricultura , Presidente da EMATER-DF, representante da Companhia de Água e Esgoto de Brasilia (CAESB) e representante da Câmara Legislativa Distrital.

Todos esses atores institucionais assistiram uma apresentação feita pelo Comitê Gestor, especificando quais ações institucionais atenderiam as necessidades da comunidade. O grande desafio seria trabalhar as diversas expectativas com os diferentes atores envolvidos, para enriquecer as ações de ATER, vinculando estrategicamente as pessoas ao processo de desenvolvimento.

Cabe nesse espaço de construção o empoderamento, o exercício de competência e habilidade, tanto da equipe multidisciplinar de ATER que facilita o processo, como do capital humano e social da gestão local. O mais importante como análise de observação ao longo de todo período de construção das ações, foi a posição de participação e construção coletiva do grupo, os laços de confiança estabelecidos na equipe e o entusiasmo presente nos membros do

Comitê Gestor.

Com a apresentação do PAI aos atores institucionais, o plano torna-se politicamente conhecido, mediante a postura de protagonismo da gestão local, também essa ação de concertação interinstitucional, viabilizou-se compromissos estabelecidos com todos atores presentes, formulando-se assim, uma agenda com a administração pública e uma sequência de ações que se estabelecia vínculos sociais e políticos.

Cabe destacar que durante o período que compreende a aplicação dos questionários no ano de 2009 até a execução da ação para negociação com o poder público local, levou-se o prazo de dois anos, período de formação dos agentes de desenvolvimento local que formularam o Comitê Gestor e serem realizadas transcorriam desde a reflexão de identificação dos problemas da comunidade, até as causas que provocaram a existências destes problemas, são reconhecidas como ações de avaliação de medio prazo para gerar mudança de comportamento.

A avaliação dos métodos de intervenção na ATER pela comunidade é processo importante do ciclo de gestão das ações da mesma, juntamente com a elaboração do plano PAI e implementação.

Nesse contexto questões podem ser levantadas tais como: Que instrumentos estão disponíveis hoje como parâmetro de avaliação das necessidades para que se estruture um programa de intervenção e seja avaliado o processo e posteriormente o resultado? A conquista é ter utilizado o IDCR, e ter alcançado esta resposta.

A avaliação de método de intervenção são processos que tem como um dos principais pressupostos a sua implementação em etapas interdependentes e de forma consecutiva. Com base nos problemas/necessidades identificados junto aos clientes/consumidores intermediários e/ou finais. A intervenção inicia-se com a concepção de pesquisas e projetos de desenvolvimento e finaliza com o uso das tecnologias geradas e com a análise dos impactos/benefícios ocorridos para a sociedade (ROCHA, 2014, p. 80).

De forma simplificada, o processo de avaliação se resume em: Avaliação de Necessidades, Intervenção e Resultados. A Figura 12 representa graficamente o processo de avaliação.

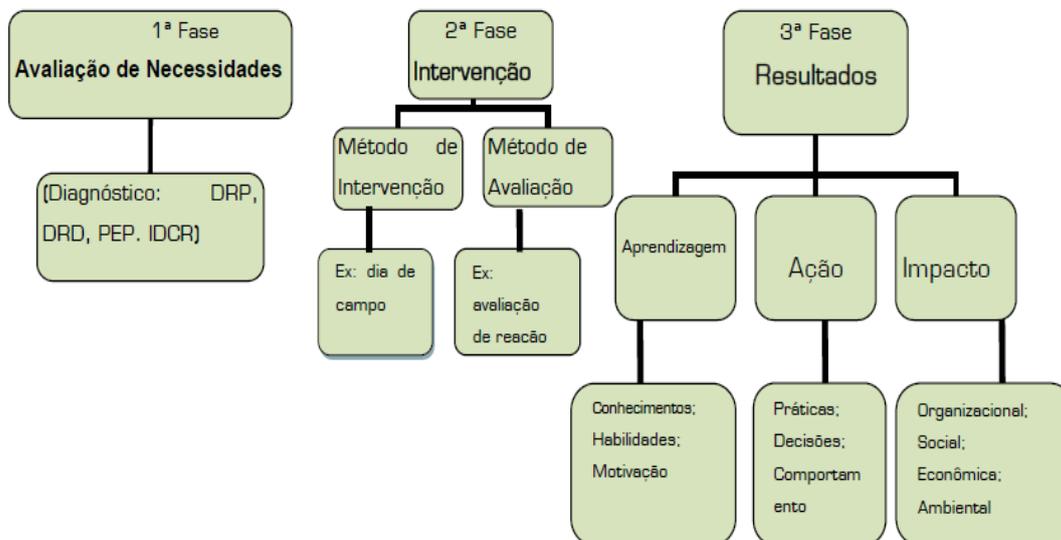


Figura 15 - Modelo do Processo de Avaliação de Necessidades de Treinamento, adaptado de Rocha (2014).

Na primeira fase, é realizada a prospecção de demandas por meio da aplicação dos questionários, como diagnóstico inicial e posteriormente são utilizadas ferramentas de diagnóstico como o Diagnóstico Rural Participativo DRP, na fase de restituição para hierarquizar prioridades e problematizar situações mais emergentes da comunidade identificadas pelo IDCR.

Feita a identificação das necessidades, pode-se planejar o método de intervenção. No caso do Assentamento Nova Vitória foram realizadas excussões, reunião técnica, unidade demonstrativa e palestras que apoiaram a tomada de decisões das famílias envolvidas no processo. A eficácia destas atividades, é verificada por meio da avaliação de reação. Esta tem como foco obter dados sobre a percepção dos participantes. No caso de um programa de longa duração faz-se a avaliação de processos, pois há a necessidade de monitoramento constante deste e de correções durante a sua vigência.

A terceira etapa diz respeito a verificação dos resultados, e estes podem vir a curto, médio e longo prazo. Os resultados de curto prazo são referentes a aprendizagem e denotam mudanças em conhecimento, habilidades, crenças, valores, percepção, atitude, motivação. Os resultados de médio prazo referem-se a ação e indicam mudanças em comportamentos, práticas, decisões, políticas, relações interpessoais. As mudanças em longo prazo dizem respeito às áreas organizacional, econômica, social e ambiental. O conjunto desses

indicadores permite verificar se os objetivos iniciais foram atingidos; o que de fato funcionou; quem se beneficiou ou não se beneficiou e quais resultados não esperados que ocorreram (ROCHA, 2014, p. 89).

A importância de realizar a avaliação de métodos de intervenção está em possibilitar uma melhor otimização no uso dos recursos investidos e nos resultados alcançados. A partir de um modelo de avaliação referenciado pode-se levantar indicadores que auxiliarão na correção dos problemas identificados e na tomada de decisão, como o IDCR.

Um excelente fator favorável ao êxito da ação planejada no PAI do Assentamento Nova Vitória, foi o empenho do poder legislativo distrital, que assegurou verba no orçamento do Estado, por meio de emenda parlamentar<sup>27</sup>, que foi encaminhada para a Secretaria de agricultura, e na secretaria foi elaborado um projeto para a execução da construção da quadra poliesportiva juntamente com o centro comunitário. Junto a CAESB obteve-se a conquista para a liberação para a construção de um posto artesiano para o assentamento, também via emenda parlamentar.

Estas prioridades foram estabelecidas baseadas no cálculo do índice do tema Bem Estar que a comunidade considerou como prioridade. Cabe lembrar que conforme esclarecido no capítulo 2, existem estímulos de comportamentos que visam satisfazer primeiramente suas necessidades básicas, para que o ser humano se sinta amado e reconhecido, estimulando os sentidos, a promover a motivação e o crescimento para o aperfeiçoamento pessoal.

Para execução das ações de formação e construção de conhecimento estavam envolvidos neste processo juntamente com os agentes de ATER, o Conselho Tutelar, a Direção da Escola e a Agente Comunitária de Saúde que analisaram do total de 22 famílias, os anseios de uma população de 80 pessoas.

Deste público estudado, algumas demandas eram latentes. Pois neste período, grande parte das famílias do assentamento estavam enfrentando crises de agressão física e verbal por parte dos jovens, suspeita de uso de drogas e alto índice de evasão escolar dos mesmos. Nas oficinas de construção participativa, viabilizavam-se diálogos de necessidades como a falta de atividades de lazer e esporte para os jovens da comunidade, que perfaziam um total de 32,5% da população.

---

<sup>27</sup> Deputado distrital Joe Vale

É importante considerar a diversidade de gênero e geração preconizada pela metodologia do IDCR, pois esta vertente de geração permitiu um olhar diferenciado da comunidade para com o protagonismo dos jovens, que valorizou um indicativo que não seria percebido pelos demais membros do comitê, caso a juventude local não estivesse inseridos no processo. O item lazer que faz parte da dimensão bem estar, valorizou os integrantes do segmento de jovens, que permitiu uma atuação consciente e com protagonismo de estratégias para o processo de intervenção na comunidade.

Para essa situação a gestão social local, por meio do Comitê Gestor, realizou juntamente com as instituições envolvidas, o convite para outros atores institucionais como a polícia civil e o SEBRAE para compor a equipe.

As ações compreendiam desde palestras com a utilização do ônibus da polícia civil que apresentava consequências do uso de drogas. Oficinas de terapia familiar para reflexão do papel da família para a inclusão produtiva da comunidade, realizadas pelo Conselho Tutelar e EMATER-DF. E com o objetivo de fortalecer essa, foi realizada uma viagem técnica para conhecer o trabalho das famílias da região de Quirinópolis Goiás, que faziam parte de um programa para aumento da produção leiteira, denominado “Balde Cheio” em que a unidade da família era o foco principal. Esta ação foi realizada com apoio dos parceiros da Cooperativa AGROVALE, o SEBRAE E EMBRAPA.

Para mensurar a avaliação da trajetória do desenvolvimento do assentamento Nova Vitória, tomamos por base o referencial teórico da abordagem construído por Ferreira (2009) apud Rocha (2014, p. 153), que destaca sobre as necessidades de se avaliar as discrepâncias que compreendem níveis macro, meso e micro de análise, conforme Figura 13.

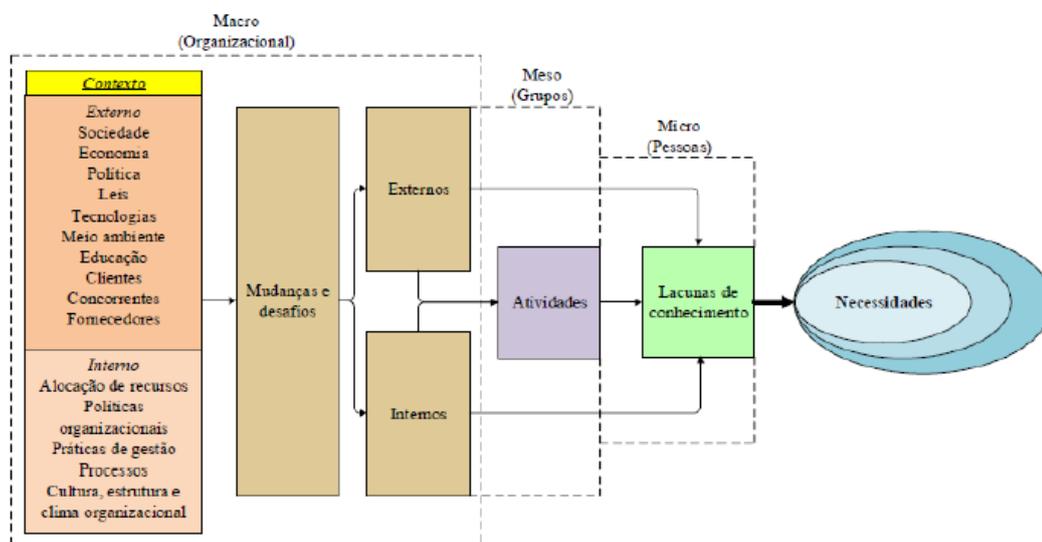


Figura 16 - Modelo da Abordagem da Ação Racional de Fishbein e Ajzen (2010) apud Rocha (2014).

Cabe ressaltar para análise da abordagem, a leitura dos processos que permeiam os agentes internos e externos de um contexto organizacional. Existem fatores externos que fogem ao controle dos executores do projeto. Existem demandas para serem atendidas que são as necessidades básicas da comunidade, que perpassam por mudanças e desafios que podem ser definidos pelo comportamento dos assentados.

A intenção comportamental (I) do público que está diretamente ligado a uma determinada ação, tendo em vista o estabelecimento de diversas mudanças e desafios alheios ao nosso conhecimento, podem desenvolver Atitudes (A), que promovem uma Percepção Normativa (PN) que gera a Percepção de Controle Comportamental (PCC), ou seja, pessoas podem definir padrões de comportamento diretamente relacionados às suas Crenças Comportamentais (CC) e normas de conduta e controle. Por exemplo, uma mesma pessoa em um espaço de ação participativa, ela pode manifestar expressão de pensamento com contribuições proativas para o bom desempenho do processo participativo, ou manter-se inerte sem expressar nenhum tipo de manifestação que contribua com o processo participativo, tudo isso irá depender das variáveis de atitude frente ao momento que esta ocorrendo que dependem dos laços de confiança estabelecidos com o grupo no qual ele faz parte.

Para se desenvolver uma atitude de querer fazer/utilizar/adotar do ponto de vista da motivação pessoal, isto está diretamente ligada a predisposição para agir frente à apresentação de um determinado objeto/tecnologia ou ação. As crenças comportamentais, são a base para a formação da atitude, que estão atreladas a determinado objeto, que se busca alcançar em função da associação entre o referido objeto e suas características, qualidades e atributos (ROCHA, 2008, p.142).

No contexto da discussão realizada pela psicologia comportamental, temos:

...que Percepção Normativa diz respeito ao querer fazer/utilizar/adotar do ponto de vista da motivação social, percepção do indivíduo em relação à opinião de cada pessoa que é relevante ao referencial dele. As crenças normativas, outro tipo de crença, levam os indivíduos terem a percepção de que a maior parte das pessoas importantes para eles (ou referentes) pensam que eles deveriam (ou não deveriam) desempenhar determinado comportamento e a Percepção de controle comportamental está relacionada ao querer fazer/utilizar/adotar do ponto de vista da motivação situacional, grau de controle que o indivíduo possui ou percebe que pode ter em determinadas situações envolvendo aspectos de oportunidade e/ou recurso (ROCHA, 2008, p.142)

A análise do contexto do Assentamento Nova Vitória, para esse período de ação reflexiva, a fim de compreender os impactos gerados após a ação de intervenção com o IDCR, percebemos que para se possa mensurar ações de impacto em programas de promoção de desenvolvimento, é necessário compreender que o processo desde a coleta de dados, para levantamento de necessidades, denominado de diagnóstico, até a realização de atividades de intervenção esta gerou resultados que deve ser analisados em diferentes escalas de tempo, para definir períodos de curto, médio e longo prazo.

As ações de curto prazo compreenderam os resultados obtidos com as mudanças de conhecimento proporcionadas pela aprendizagem, habilidade, valores, percepção, atitude, aspiração, motivação, opinião. Como mencionado, pessoas que participavam do Comitê Gestor, o principal momento em que disponibilizaram a perceber a dinâmica dos processos que estavam interrelacionados no ambiente organizacional, por meio do processo de formação e construção de conhecimento na participação de debates, oficinas e viagens técnicas de sensibilização em seus temas específicos, ampliou-se a aspiração e motivação para o alcance de melhores resultados no ambiente social

Os resultados de médio prazo foram oriundos do comportamento social, prática decisões, ações políticas, relações interpessoais e adoção de tecnologia que possibilitaram a melhoria nas condições sociais, econômicas, ambientais e organizacional dos integrantes do processo e as mudanças de suas atitudes e comportamentos, podem influenciar as ações de longo prazo que apresentam-se como caminhos alternativos para a promoção do desenvolvimento da comunidade.

Rocha (2014, p. 135) destaca que para a avaliação de programas existe diferenciação entre os processos e os resultados esperados. As ações externas que compõem a estrutura de construção de um projeto (recursos financeiros disponíveis para as instituições, profissionais que acompanharam as ações como representante institucional, o público na comunidade que se destina ao projeto, as tecnologias disponíveis para atuar com esse público diferenciado), podem mensurar esses resultados e será preciso que o agente observador tenha se apropriado do conhecimento dos níveis de avaliação em um contexto para o desenvolvimento.

Transcorridos os anos de 2009 até 2014, nosso objeto esteve centrado na avaliação das ações do Comitê Gestor, para promover ações que desencadeassem ao processo de desenvolvimento. Levando em consideração a análise dos resultados, da execução do Plano de Ação Interinstitucional e o depoimento de membros da comunidade do Comitê Gestor,

com perguntas semiestruturadas para construirmos diversas informações do contexto da gestão social do Assentamento Nova Vitória.

A visibilidade de alcance das ações começa com a análise dos resultados de curto e médio prazo. A conquista de resultados para ações de desenvolvimento, muitas vezes podem variar em seus níveis de número de anos para execução de um projeto, pois todo o resultado dependerá do monitoramento e acompanhamento direcionado para ao período de execução das ações de intervenção e o processo de formação continuada, pode definir o resultado final para público envolvido. Isso porque métodos e técnicas de formação continuada contribuem em resultados de médio prazo para promover mudanças de comportamento.

Os ganhos sociais e políticos obtidos pela comunidade, foi o que proporcionou todo protagonismo diante da relações internas de poder. O processo de formação de envolveu participação, o comprometimento existente entre os membros do Comitê Gestor que expressava relações de confiança, a motivação pessoal dos jovens em realizar ações para promoção de bem estar da comunidade, tais como campeonatos de futebol, a estruturação do cine rural, momento de encontro de 01 vez por mês entre jovens e seus familiares, estabelecido para assistirem juntos filmes em um espaço cedido por uma igreja da comunidade, que dura até a presente data com apoio da instituição de ATER.

A atuação dos jovens do assentamento como estagiários da EMATER-DF, também serviu de incentivo para retorno dos alunos que estavam fora da escola e já cursavam ensino médio, pois a renda recebida pelos alunos inseridos no projeto menor aprendiz, servia de estímulo para promover motivação à outros jovens da mesma idade e realidade social. Destes dois jovens, que atuaram como estagiários, 01(um) Wellington Martins, encontra-se aluno de ensino superior do Instituto Federal de Brasília-IFB.

Torna-se notório o alcance dos resultados de aprendizagem e ação de comportamento, pois a realização da mobilização de protagonismo social de sensibilização dos parceiros institucionais para viabilizar recursos públicos, direcionados exclusivamente para atender às demandas da comunidade, foi uma grande conquista.

As unidades produtivas, desenvolveram suas ações locais em torno da cadeia do leite, com apoio da Cooperativa Agropecuária COPAS, localizada na região de São Sebastião-DF, que disponibilizou um tanque de resfriamento de leite para as famílias de agricultores do assentamento, com recolhimento de leite a cada 3 dias na região. As comunidades que apresentavam os melhores índices de qualidade, recebiam um pagamento adicional, além do

estabelecido pela cota de pagamento. Esta ação servia de incentivo para a atuação das mulheres e jovens apoiarem na higienização dos latões de leite, para favorecer o aumento de renda da família, e conseqüente, permitir melhoria na qualidade de vida.

Outro projeto também desencadeado em virtude das demandas do IDCR, foi o de melhoria da qualidade da alimentação animal, com a execução da EMATER-DF em parceria com a EMBRAPA, do projeto “Balde Cheio”, que viabilizava a melhoria de pastagens com a implantação de irrigação localizada para pequenas propriedades.

Para as principais demandas estabelecidas como prioritárias para o assentamento que eram a construção do Centro Comunitário, com a quadra poliesportiva e a instalação de um poço artesiano, para possibilitar que o acesso à água para outra parte do assentamento, encontraram dificuldades que limitaram sua execução. Um fator resultante do diagnóstico identificou limitações da gestão social local e atores institucionais para o êxito na execução do projeto para a construção do centro comunitário e a quadra poliesportiva e implantação do poço.

Os conflitos internos identificados entre moradores para definirem a escolha do local, para a construção do Centro Comunitário, com a quadra poliesportiva o qual já era estabelecido para este fim desde a criação do assentamento, perpassava pela não aceitação do morador mais próximo a este lote. Que anteriormente nunca havia se manifestado, tendo em vista o espaço ainda não ter sido utilizado para este fim, portanto não existiam conflitos aparentes.

Um dos moradores da região, vizinho ao lote da área comunitária, não concordou com a construção do centro comunitário e da quadra, alegando que a utilização da área para fins de práticas esportivas e de lazer iria prejudicar sua unidade produtiva, que trabalhava com animais (gado de leite), e isso poderia promover um nível de estresse nos animais, prejudicando sua produção leiteira.

Outros argumentos foram indicados por vizinhos que há bastante tempo este assentado utilizava esta área comunitária irregularmente como pasto para seus animais, mas a Secretaria de Agricultura<sup>28</sup>, instituição responsável para encaminhar as providências se refutou a entrar nesse embate político.

---

<sup>28</sup> Secretário de Agricultura Lúcio Valadão, no Governo Agnelo Queiroz

Outro fator limitante das ações Comitê Gestor, que foi afetado em seus resultados, foi a água, que a instituição CAESB como unidade responsável por esta ação, encaminhou seu procedimento utilizando o recurso por meio de execução de projeto técnico, iniciando suas atividades com a execução de 05 tentativas para encontrar uma vertente de água no solo da região, com essa limitação ambiental não houve localização definitiva para instalação do poço, o que impediu naquele momento a instalação do mesmo.

Diante do exposto, os recursos que estavam disponíveis para o investimento para a comunidade, foram direcionados para outras comunidades que possuíam em suas estruturas internas, tempo, recurso, local e pessoas para desempenhar o papel de gestão social, com objetivo de se evitar desperdício de recursos públicos.

Identifica-se que não houve acompanhamento por parte do poder público para execução das ações planejadas, percebe-se que houve descontinuidade das ações e gestão de recursos públicos e privados, necessitam ser administrados e priorizados a fim de evitar mau uso desses recursos. Esse fator é um agravante, levando em consideração o tempo político eleitoral, que por vezes inviabiliza ações de comunidade que não conseguiram acompanhar ou apropriar as diretrizes que permeiam esse processo.

É fundamental entender o papel da ATER pública, que mesmo com a mudança dos agentes de ATER que iniciaram o processo de intervenção, deveria ter permanecido com acompanhamento e monitoramento das ações para que não fosse interrompido o processo de construção social, e aproveitamento do capital social construído neste assentamento.

Essa comunidade atuou em seu estágio de avaliação em curto e médio prazo, com resultados significativos, promovendo um alto nível de participação, mas para que não se perca todo investimento dedicado ao capital humano dessa população para construção da formação do capital social que promoveu protagonismo, é necessário que as instituições realizem a contrapartida de promover novos debates e estudos a fim de continuar a caminhada junto à trajetória do desenvolvimento.

O IDCR com a utilização do PAI é uma ferramenta de construção de protagonismo social para gestão social, conforme estudado no Assentamento Nova Vitória - região administrativa de São Sebastião, Brasília-DF, que percorreu caminhos para o desenvolvimento territorial, viabilizando a dedicação das pessoas foco na resistência para superar suas limitações, aproveitando o potencial local para melhor capacidade de negociação junto aos diversos setores institucionais.

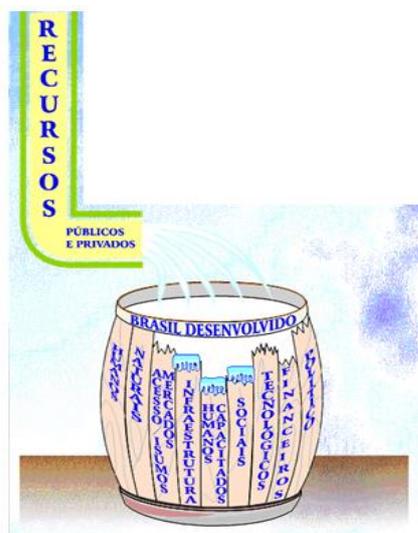
Deixamos registrado a contribuição da necessidade de ajustes quanto às variáveis do IDCR, diante dos 397 parâmetros que agrupados, processados e calculados geram o índice da comunidade. Que devem ser adaptados conforme o público e a realidade social de cada comunidade. Outro fator é maior clareza para expressar os questionamentos aos agricultores, como a utilização de termos ligados ao censo comum para que diante do levantamento de realidade local, sejam entendidos por todos. E finalmente, deve ser objeto de estudos futuros o aprofundamento na análise de comportamento, ligado a psicologia social para ampliar a percepção de conflitos internos em grupos de pessoas, e afetam o processo de construção do desenvolvimento.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre desenvolvimento em assentamento de reforma agrária é complexa, pois implica no conhecimento do recorte aplicado ao território, que envolve a comunidade estudada, bem como identificar as variáveis de multicritérios que envolvem as dimensões sociais, econômicas, ambientais, agroecológicas, de cidadania e de apropriação tecnológica, fazendo referência a fatores demográficos, nível de escolaridade, entre outros.

Desta forma reducionista, o histórico do estudo de aferições de desenvolvimento são inicialmente baseadas no crescimento econômico de uma determinada comunidade, sendo medida pelo PIB – Produto Interno Bruto por pessoa. Com o tempo, adequou-se o conceito para se trabalhar com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que propõe a comparação entre três dimensões (longevidade, educação e padrão de vida), utilizando quatro variáveis (expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, taxa combinada de matrículas e renda per capita, em logaritmos), com foco na variável do PIB, comprovando sua complexidade. Posteriormente, foi desenvolvido o trabalho com Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para analisar as intervenções com políticas públicas no Brasil.

O resultado do índice gerado pelo IDCR do assentamento Nova Vitória em 2009, foi de 0,408 oriundo da amostragem de 100% da comunidade de um total de 22 unidades produtivas, levantamento do tempo um (T0) da comunidade. Somados os dados que compunham esse relatório-diagnóstico, foram desenvolvidas ações para desencadear o processo de desenvolvimento local encabeçadas pelo Comitê Gestor, representação social eleita para o desempenho da função de gestão, reconhecida pela associação do assentamento.



A Figura 17 ao lado mostra o desenho da situação quanto ao uso de recursos investidos, que podem estar sendo desperdiçados por falta de capacitação das pessoas, de organização social e infra-estrutura precária.

É fundamental que seja consolidado o processo de gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade, para gerar produtos que atendam as demandas prioritárias feitas pela comunidade, mas a realização desta prática

Figura 17. Desenho do desperdício de recursos públicos e privados.

necessita de ações estratégicas, conjugadas com as diretrizes de políticas de Estado, para a realização de ações continuadas a fim de evitar desperdício destes raros recursos disponíveis.

O protagonismo da gestão social local é que viabilizará a continuidade das demandas que não foram atendidas, pautando seus interesses em Planos de Governo, para evitar que os recursos investidos sejam desperdiçados por falta de competência e/ou prioridade do Estado.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001, p. 121-140.
- \_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 1999.
- AJZEN, I.; FISHBEIN, M. **Understanding attitudes and predicting social behavior**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1980.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90. **Cadernos CEAS**, Salvador, n. 167, jan.-fev. 1997.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, 2013.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. Brasiliense: São Paulo, 1983. 88 p.
- BOURDIEU, Pierre. O Capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 18 dez. 2014.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2. ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2004. 180 p.
- CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: Monteiro, D.; Monteiro, M. **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão Rural**. Belém: UFPA, 2006.
- CARVALHO, Alba. M. P. de. A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, 2008. Disponível em: <[http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs\\_v39n1a2.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs_v39n1a2.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do Capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma agrária (ABRA)**, ed. esp., jul. 2013.

COUTO, Cláudio Gonçalves. A longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000100002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

DELGADO, Nelson Giordano (Coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_19/Livro%20Brasil%20Rural%20em%20Debate.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2015.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. De outros espaços (1967), Heterotopias. Dits et écrits 1984 , Des espaces autres (conferência no Cercle d'études architecturales, 14 de março 1967). **Architecture, Mouvement, Continuité**, n.5, out.1984, p. 46-49.

\_\_\_\_\_. De outros espaços (1967), Heterotopias. Dits et écrits 1984 , Des espaces autres (conferencia no Cercle d'études architecturales, 14 de março 1967), in *Architecture, Mouvement, Continuité*, n°5, outubro 1984, pp. 46-49. M.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 32-49.

FURTADO, Celso. **BRASIL: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87 p.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. v. 6.

\_\_\_\_\_. **Parte II**: textos selecionados de Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1991. p. 189-232.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas sociais: focalização ou universalização?. **Revista de Economia Política**. 2006. v. 26, n.4(104), out.-dez.2006. p.564-574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/06.pdf> >. Acesso em: 18 dez. 2014.

IBGE. [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default\\_2012.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm) em 15-04-2015.

LAMARCHE, Hungues. **A agricultura familiar**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/671/1/2008\\_tese\\_%20fpjmarques.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/671/1/2008_tese_%20fpjmarques.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- MARTINS, J. S. A. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado. In: **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 347-353.
- MOREIRA, Helena Margarido; GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. O Protocolo de Quioto e as possibilidades de inserção do Brasil no mecanismo de desenvolvimento limpo por meio de projetos em energia limpa. **Contexto Internacional**, 2008, vol.30, n.1, jan.-abr. 2008. p. 9-47. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n1/01.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2005. p.14-16.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, vol.15, n. 43, 2001, p. 83-100. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19455/000307819.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- NOSSO futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. 430 p.
- NORRIS, Pippa. **A virtuous circle?: the impact of political communications in post-industrial democracies.** New York: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <<http://hks.harvard.edu/fs/pnorris/Acrobat/PSA2000%20Yearbook.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Digital divide: civic engagement, information poverty and the Internet worldwide.** New York: Cambridge University Press, 2001.
- ORSI, Sergio Dias. **IDCR: um instrumento de empoderamento para apoiar o desenvolvimento do espaço rural.** Brasília: EMATER-DF, 2009. 28 p.
- PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania e espaço público: perspectivas brasileira para os anos 90. **Revista crítica das Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, 1991. p. 115-117, out. 1991. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/33/Maria%20Celia%20Paoli%20-%20Movimentos%20Sociais,%20Cidadania,%20Espaco%20Publico.pdf>>. Acesso em:

18 dez. 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Org). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 592 p.

PRIGOGINE, Ilya. **From being to becoming: time and complexity in the physical sciences**. San Francisco: Freeman, 1980.

REIS, Fábio Wanderley. Estado liberal, projeto nacional, questão social. In: **Mercado e utopia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 418-444. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v7ywf/pdf/reis-9788599662793-15.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

ROCHA, F. E. de C. **Avaliação psicossocial do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado da Paraíba**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2008. 177 p. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/569255/1/rocha01.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

ROCHA, Francisco E. de Castro Rocha ( et al.) **Metodologia de transferência de tecnologia no contexto da avaliação de programas: um modelo lógico**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SANTOS, José Vicente Tavares. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: **Violências no tempo da globalização**. SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUER, Sergio. Agronegócio e realidade agrária no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. ed. esp., jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 139-171.

SLATER, Don. **Cultura do consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

STÉDILE, João Pedro. Golpe “destamparia revolta popular”. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 21. nov. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/30600>> Acesso em: 21. nov. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)visitando o conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em questão**. Ano 3, n. 5, jan.-jun. 2005. Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/20176](http://www.spell.org.br/documentos/download/20176)>. Acesso em: 21. nov. 2014.

VEIGA. José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 87 p.

## APÊNDICES

### Apêndice A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

#### Roteiro de entrevista semiestruturada Avaliação da Gestão social

Nº da entrevista: 000\_\_

Data:

Apresentação e convite para participar da entrevista.

Local (município):

Duração da entrevista: 30 minutos

#### DADOS SÓCIO DEMOGRÁFICOS

1. NOME:

IDADE:

2. ENDEREÇO

3. CONTATO TEL.:

EMAIL:

4. ESTADO CIVIL:

a. Casado(a) ou juntado(a)	( )
b. Viúvo(a)	( )
c. Solteiro(a)	( )
d. Outros	( )

#### 5. ESCOLARIDADE:

a. Analfabeto	( )
b. Ensino fundamental incompleto	( )
c. Ensino fundamental completo	( )
d. Ensino médio incompleto	( )
e. Ensino médio completo	( )
f. Técnico agrícola incompleto	( )
g. Técnico agrícola completo	( )
h. Ensino superior incompleto	( )
i. Ensino superior completo	( )
j. Outros	( )

#### 6. TAMANHO DA PROPRIEDADE/ÁREA DE PRODUÇÃO (ha): 4 hac / 2 hac

#### 7. REGIME DE EXPLORAÇÃO:

a. Proprietário/empreendedor/sócio	( )
b. Meeiro (produz à meia)	( )
c. Parceiros (tem porcentagem nos lucros e contrato de parceria)	( )
d. Arrendatário	( )
e. Gerente	( )

Caracterização da participação social				
O Sr(a) participa ou já participou como membro ativo da associação local?	Sim (X)	Quantas Gestões?	Presidente	( )
			Vice Presidente	( )
			Secretaria	( )
			Tesoureira	( )
			Conselheira	( )
Não ( )				
Qual a frequência que você participa das reuniões para tomada de decisão na comunidade?	Sempre – Todas as reuniões			( )
	Quase sempre – De 5 reuniões falho 1			( )
	As vezes – De 5 reuniões falho 2			( )
	Quase não participo – Participei de pelo menos 1			( )
	Nunca participei			( )
Qual seu nível de participação das reuniões para tomada de decisão na comunidade?	Você propõe sugestões e ajuda o grupo a agir independente da ajuda de outras pessoas			( )
	Você interfere dando sua opinião mesmo se não for perguntado			( )
	Você só responde se for perguntado			( )
	Você prefere somente ouvir as informações			( )
Quais as falhas que impede sua participação nas ações da organização local?	Descontinuidade – começa e não termina			( )
	Mesmice – sempre são as mesmas pessoas fazendo as mesmas coisas			( )
	Falta de tempo			( )
	Falta de recursos (dinheiro, ferramentas...)			( )
	Conflitos constante			( )
	Realização de ações não democráticas – Alguém decide sozinho			( )
Outros: Falta de união da comunidade.			( )	
Motivação pessoal (crenças comportamentais)				
Levando-se em conta que a participação na gestão social ainda é uma prática bastante intensa, mas com muitos índices de desmotivação ao longo do tempo, gostaria de saber:				
Do seu ponto de vista, por que as lideranças deixam de participar e dar continuidade as ações planejadas?	Ficam sozinhos/ sem apoio ao longo da trajetória			( )
	Muitas críticas			( )
	Dificuldades da burocracia na administração			( )
	Falta de recurso financeiros para tocar o projeto			( )
	Falta de tempo para dar sequência as ações			( )
	Necessidade de ganhar dinheiro para sustentar a família			( )
Em sua opinião, quais são as vantagens/coisas boas da participação na liderança da comunidade?	A união e bom relacionamento com as pessoas			( )
	Quando as ações dão certo se conquista o respeito e a valorização das pessoas			( )
	A conquista do respeito político			( )
	Da conquista de privilégios diante das oportunidades			( )
	Ter poder diante da tomada de decisões			( )

	Outros: Nenhuma	( )
Em sua opinião, quais são as desvantagens/problemas da participação na liderança da comunidade?	As outras pessoas começam a achar que tudo é sua obrigação em você fazer	( )
	A pessoa perde sua privacidade	( )
	Quando as ações são mal sucedidas ocorrem criticas e desrespeito das pessoas	( )
	Da exploração de políticos	( )
	Das conquistas pessoais financeiras (carro, casa, etc) obtidas sempre existe o pré-julgamento de alguém.	( )
	Para tomada de decisão você se torna refém da opinião da maioria, perda da identidade pessoal.	( )
Motivação social (crenças normativas)		
Que instituições representantes do poder publico, apoiam o Sr. Nas ações comunitárias?	Instituições administrativas (adm. Regional, prefeitura, câmara de vereador)	( )
	Instituições de serviços Agua, luz, segurança,	( )
	Instituições de segurança – Delegacia local, posto policial.	( )
	Instituições de saúde – Postos de saúde, agente de saúde.	( )
	Instituições de ensino – Escolas e universidades	( )
	Assistência Técnica e Extensão	( )
	Organizações Não Governamentais	( )
	Partidos políticos	( )
	Movimentos sociais	( )
Motivação situacional (crenças de controle)		
O que mais facilita a realização de uma ação na comunidade?	Ter uma boa liderança na comunidade	( )
	Ter apoio político (deputado, secretário de Estado)	( )
	Ter apoio de alguma instituição do governo	( )
	Ter uma associação forte	( )
	Fazer parte de um movimento social	( )
	Apoio de instituição religiosa	( )
Em sua opinião, quais os cuidados que se deve ter ao exercer uma liderança.	Não impor suas próprias opiniões	( )
	Saber ouvir, respeitar as opiniões alheias.	( )
	Não permitir que diferenças entre os colaboradores tomem maiores proporções nas discussões	( )
	Não promover desunião ou desmotivação na comunidade	( )

Apêndice B – Imagens do Histórico e Ações do Assentamento Nova Vitória





Cine rural....



Viagem a

Quirinópolis



Viagem a Quirinópolis



Viagem a Quirinópolis

DEMANDAS EMERGENCIAS

Construção do Centro Comunitário



Já temos computadores, móveis...

Resta a conclusão de nosso Centro comunitário:

- Onde conseguir um projeto e a verba ??
- Como devemos fazer????
- Quem procurar ???



DEMANDAS EMERGENCIAS

Água



Necessitamos de acesso a água potável para algumas famílias....

- O que fazer ???
- Quem procurar ???



DEMANDAS EMERGENCIAS

Bem-estar



Saúde ...  
- Médico pelo menos uma vez na semana...

- Um carro com motorista para os atendimentos a pessoas que não podem ir ao posto de saúde....



Atendimento odontológico...

DEMANDAS EMERGENCIAS

Infraestrutura



Estradas....

- Conservação ...
- Construção de baciões....

- O que já foi feito ???
- Quem procurar ???

- Onde???



DEMANDAS EMERGENCIAS

Projeto Saneamento Ambiental....

- Coleta do lixo ???
- A coleta seletiva de lixo ???
- Compostagem ???
- Quem procurar ??



- Como fazer ???

DEMANDAS EMERGENCIAS

Lazer...



Quadra poliesportiva ....

- Como conseguir patrocínio???

- Quem procurar ??



AGRADECEMOS!!!

ASSOCIAÇÃO DAS PRODUZIDAS E/OU AMADORAS DE  
SANTO ESPÍRITO - SÃO CARLOS  
CNPJ 06.714.127/0001-07

## ANEXO

### ANEXO A - PLANILHA PARA ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E ATIVIDADES DO ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA COM AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS (PLANO DE AÇÃO INTERINSTITUCIONAL – EMATER/DF)

tem	AÇÕES E ATIVIDADES	CUSTO R\$	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	FACILITADOR INSTITUCIONAL	RESPONSÁVEL DA COMUNIDADE PELA GESTÃO	DATA/PRAZO		SITUAÇÃO EM 16/08/11				AÇÃO CORRETIVA
						INÍCIO	CONCLUSÃO	NÃO INICIADA	ATRASADA	EM DIA	REALIZADA	
	<u>Atendimento odontológico</u>	R\$50,00(Co mbustível)	Secretaria de Saúde	Enfermeira Chefe do Programa	Agente comunitária	13/04/11	2012					Ir até a secretaria de saúde
.1	Escrever ofício solicitando reunião na Secretaria de. Saúde.	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	11/04/11	11/04/11					Secretaria de Saúde não tem orçamento, Buscar apoio SESI ou SESC
.2	Escrever ofício solicitando reunião com SESI/ SESC, com apoio do Secretario de Agricultura e Presidente da EMATER.	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	11/04/11	11/04/11					Solicitar reunião presidente EMATER DF e Secretário da Agricultura
.3	Reunião presidente EMATER DF e Secretário da Agricultura	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	11/04/11	31/08/11					Concertação Interinstitucional no assentamento 31/08/11
	<u>Projeto Ambiental de Destino do Lixo/ Coleta Seletiva e Compostagem</u>	Direito Social	SLU/ EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Comitê Gestor	11/04/11	Jul/2012					Escrever ofício
.1	Escrever ofício para EMATER DF solicitando apoio e marcando reunião para elaboração do projeto	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	01/08/11	24/08/11					Construção de suportes, capacitação e excursão
.2	Elaboração de ofício para apresentação Teatral grupo arte seletiva. Arte Seletiva: 3354 3140, 33715443 ou 8421 7220	Zero	SLU Arte Seletiva	Adailton	Comitê Gestor	01/08/11	Dez/2011					
.3	Construção de suporte para lixo na frente das propriedades	Recurso próprio	Proprietário Rural	Jovem rural, ou mulher rural	Comitê Gestor	01/08/11	Dez/2012					
.4	Capacitação sobre reciclagem Acerto na Concertação Interinstitucional, no assentamento 31/08/11	Sem custo EMATER.	EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Representante dos jovens	01/08/11	Mar/2012					
.5	Capacitação sobre Compostagem. Acerto na Concertação Interinstitucional, no assentamento 31/08/11	Assumido pela EMATER	EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Representante dos jovens	Jan/2012	Mar/2012					
.6	Excursão técnica sobre reciclagem de Lixo	Assumido p/ EMATER	EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Representante dos jovens	01/08/11	Abr/2012					
	Time de futebol e <u>Quadra Poliesportiva</u> <u>8m x 30m com</u> postes de iluminação com refletores com lâmpadas de vapor metálico, não-ofuscantes, de 200/250 lux/m2	Emenda Parlamentar	Secretaria dos Esportes	Professor de educação física e produtor na comunidade	Representante dos jovens	01/08/11	Dez/2013					Apoio de Secretário Agricultura e Presidente da EMATER
.1	Escrever e entregar ofício para Secretaria esporte solicitando reunião para construção de quadra poliesportiva na comunidade. Acerto na Concertação Interinstitucional, no assentamento 31/08/11	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Representante dos jovens	2012						

tem	AÇÕES E ATIVIDADES	CUSTO R\$	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	FACILITADOR INSTITUCIONAL	RESPONSÁVEL DA COMUNIDADE PELA GESTÃO	DATA/PRAZO		SITUAÇÃO EM 16/08/11				AÇÃO CORRETIVA
						INÍCIO	CONCLUSÃO	NAO INICIADA	ATRASADA	EM DIA	REALIZADA	
	<u>Atendimento odontológico</u>	R\$50,00(Co mbustível)	Secretaria de Saúde	Enfermeira Chefe do Programa	Agente comunitária	13/04/11	2012					Ir até a secretaria de saúde
.1	Escrever ofício solicitando reunião na Secretaria de Saúde.	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	11/04/11	11/04/11					Secretaria de Saúde não tem orçamento, Buscar apoio SESI ou SESC
.2	Escrever ofício solicitando reunião com SESI/ SESC, com apoio do Secretário de Agricultura e Presidente da EMATER	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	11/04/11	11/04/11					Solicitar reunião presidente EMATER DF e Secretário da Agricultura
.3	Reunião presidente EMATER DF e Secretário da Agricultura	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	11/04/11	31/08/11					Concertação Interinstitucional no assentamento 31/08/11
	<u>Projeto Ambiental de Destino do Lixo/ Coleta Seletiva e Compostagem</u>	Direito Social	SLU/ EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Comitê Gestor	11/04/11	Jul/2012					Escrever ofício
.1	Escrever ofício para EMATER DF solicitando apoio e marcando reunião para elaboração do projeto	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Comitê Gestor	01/08/11	24/08/11					Construção de suportes, capacitação e excursão
.2	Elaboração de ofício para apresentação Teatral grupo arte seletiva. Arte Seletiva: 3354 3140, 33715443 ou 8421 7220	Zero	SLU Arte Seletiva	Adailton	Comitê Gestor	01/08/11	Dez/2011					
.3	Construção de suporte para lixo na frente das propriedades	Recurso próprio	Proprietário Rural	Jovem rural, ou mulher rural	Comitê Gestor	01/08/11	Dez/2012					
.4	Capacitação sobre reciclagem Acerto na Concertação Interinstitucional, no assentamento 31/08/11	Sem custo EMATER	EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Representante dos jovens	01/08/11	Mar/2012					
.5	Capacitação sobre Compostagem. Acerto na Concertação Interinstitucional, no assentamento 31/08/11	Assumido pela EMATER	EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Representante dos jovens	Jan/2012	Mar/2012					
.6	Excursão técnica sobre reciclagem de Lixo	Assumido p/ EMATER	EMATER GEAMB	Gerente de Meio Ambiente EMATER	Representante dos jovens	01/08/11	Abr/2012					
	Time de futebol e <u>Quadra Poliesportiva</u> 8m x 30m com postes de iluminação com refletores com lâmpadas de vapor metálico, não-ofuscantes, de 200/250 lux/m2	Emenda Parlamentar	Secretaria dos Esportes	Professor de educação física e produtor na comunidade	Representante dos jovens	01/08/11	Dez/2013					Apoio de Secretário de Agricultura e da Presidente da EMATER
.1	Escrever e entregar ofício para Secretaria esporte solicitando reunião para construção de quadra poliesportiva na comunidade. Acerto na Concertação Interinstitucional, no assentamento 31/08/11	Zero	Associação do assentamento	Presidente da Associação	Representante dos jovens	2012						

